

ELAS NO SUL E NO NORTE



EUC



TERESA CUNHA CELINA SANTOS TATIANA MOURA SOFIA SILVA



Título: Artigo Feminino: Elas no sul e no norte. art.º ♀ VII Organização: Teresa Cunha e Celina Santos

ISBN: 978-989-?????-?-?

Depósito Legal: ??????/11

Impressão e acabamento: Rainho & Neves, Lda. – Santa Maria da Feira geral@rainhoeneves.pt

Maio de 2011

Os textos não reflectem necessariamente a opinião e posições da AJPaz. Os textos foram publicados respeitando na íntegra a sua forma e conteúdo originais.

SHMÁRIO

7. Apresentação

9. art.° ♀ VII

As que falam e as que são faladas [de Adriana Bebiano]

15. Parte I – Pensar e Fazer

- 17. Capítulo 1 Feminismos de-lá-para-cá-e-para-além do sul e do norte [de Teresa Cunha]
- 41. Capítulo 2 Silêncios da violência armada: mulheres e armas de fogo [de Tatiana Moura e Rita Santos]
- 71. Capítulo 3 O que é que elas têm que ele não tem. Economias solidárias e capitalismo [de Celina Santos]
- 95. Capítulo 4 Prática educativa de transformação social: o potencial da investigação-acção participativa [de Sofia Silva]

111. Parte II - Fazer e Pensar

- 113. Capítulo 5 Pedagogias feministas
- 113. 5.1. Economias solidárias. Lost [de Celina Santos]
- 131. 5.2. Comércio mundial [de Celina Santos e Sandra Silvestre]
- 155. 5.3. Soberania alimentar [de Celina Santos e Sandra Silvestre]
- 167. Capítulo 6 Luto como mãe. As histórias de um filme _[de Tatiana Moura]
- 183. Capítulo 7 Economias solidárias em acção
- 183. 7.1. Convívio e solidariedade: Práticas de xitique em Moçambique _[de Catarina Trindade]
- 193. 7.2. Pirilampa: a mercearia solidária da Granja do Ulmeiro Ide Teresa Cunha, Tatiana Moura, Sandra Silvestre e Sofia Silva

203. Biografias

APRESENTAÇÃO: Elas no sul e no norte. art.º ♀ VII

A **art.º** § é um projecto de edição anual de um livro cuja finalidade é a produção, registo e partilha de conhecimentos e saberes da autoria de mulheres. A intencionalidade da **art.º** § amplia-se através da visibilização dos seus pensamentos, reflexões e contributos para a Paz, a Justiça, a Solidariedade, a Igualdade e a Liberdade. Este livro é, assim, uma forma de produção de *outro* conhecimento através de análises, testemunhos, opiniões e experiências de diversas mulheres, bem como uma forma de intervir, pública e politicamente, de forma alternativa e inclusiva. A sua expressão, necessariamente feminina, engloba todas as formas de expressão, desde o artigo de opinião, ao testemunho, entrevista, pintura, poesia ou qualquer outro.

Ao longo das edições que antecedem **Elas no sul e no norte. art.º ♀ VII¹** foram apresentadas e debatidas questões muito diversas tais como, direitos humanos e os direitos humanos das mulheres; caminhos para um mundo melhor e emancipação social; os direitos sexuais e reprodutivos; o aborto; a solidariedade feminista; a participação e desenvolvimento comunitário; a arte a emancipação das mulheres; pós-colonialismo e feminismos; migrações; paz e segurança; educação.

Este ano o número VII da **art.º** \$\mathbb{2}\$ tem como objectivos apresentar e discutir, tanto do ponto de vista conceptual como do ponto de vista da intervenção sociopolítica, três áreas de trabalho das mulheres numa perspectiva feminista, a saber: os diálogos feministas cosmopolitas e solidários entre o sul e o norte; as violências e as lutas das mulheres, e finalmente, as economias solidárias e feminismos. O primeiro tema pretende contribuir para o debate sobre o lugar de outras perspectivas

^{1.} Como a leitora e o leitor facilmente perceberão, os textos apresentados na presente edição não seguiram as mesmas normas de citação e referência bibliográficas nem estruturas textuais padronizadas. As organizadoras, deliberadamente, pretendem sublinhar que a coesão da obra que agora se apresenta se baseia na consistência interna dos seus objectivos e conteúdos e não na normalização formal.



feministas num contexto de uma globalização emancipatória e solidária; o segundo tema problematiza e radicaliza a articulação entre violência e género e mostra o que está para além dos discursos feministas dominantes; o terceiro tema aspira a apresentar um contra-discurso sobre a crise económica e as suas ligações com visões feministas outras.

Uma das qualidades editoriais é apresentar não só reflexão e reflexão sobre as práticas mas também as práticas que ajudam a transformar as teorias e tornar possível outro mundo. Neste sentido, incluímos neste número um capítulo que pensa e esclarece o vício virtuoso que herdamos de Paulo Freire de não pensar sem agir e não agir sem pensar. Neste sentido a **art.º** \$\mathbf{2}\$ é uma obra que privilegia todas as formas de expressão e comunicação de mulheres de todas as idades, experiências, origens, e contextos e se dirige a um público com interesses diversificados: trabalhadoras/es e educadoras/es sociais, pesquisadoras/es de ciências sociais, ciências da educação, professoras/es, animadoras/es, políticas/os, líderes comunitárias/os entre outros.

art.º ♀ As que falam e as que são faladas

Adriana Bebiano

Do conhecimento, sabemos que é sempre o lado do avesso da ignorância; sabemo-lo ainda situado. Quero dizer: sabemos "nós", as que partilham esta posição política. Será que a posição partilhada faz de nós uma *comunidade* de leitoras, contadoras de histórias e agentes da história colectiva?

A demanda pela construção de uma comunidade atravessa este livro e o todo o projecto do art.º Q VII. Paradoxalmente, a comunidade constrói-se – frágil, efémera, assim se projectando no futuro em fantasia – na assunção da sua fragmentaridade, na explícita singularidade das vozes múltiplas. Esta posição epistemológica (política) é desde logo expressa neste livro na inclusão de artigos-vozes em diferentes registos e seguindo diferentes regras formais. O contrário da disciplina; o contrário da formatação do conhecimento instalado; o contrário do que nos ensinaram na escola. O contrário do que nós ainda ensinamos? Supondo que se pode ensinar a indisciplina, não se tornará assim a indisciplina disciplinada? Como acontece com o Carnaval, a encenação da subversão pode resultar na contenção da subversão. Mas também, alternativamente: na disseminação da subversão.

A pluralidade de vozes do livro estende-se às comunidades de mulheres sobre quem fala, desde as da Mercearia Pirilampa, da Granja do Ulmeiro, às praticantes do xitique, em Moçambique, às mães em luto e em luta pelos filhos perdidos no Brasil. Estaremos mesmo perante uma plurivocalidade? Por outro lado, que pode fazer quem tem acesso à escrita e a uma editora se não dar a ver /dar a conhecer quem, tendo voz, não tem acesso ao público? (Portanto, não tem plenamente voz.) Na procura de uma comunidade – ou do sonho de uma linguagem

Na procura de uma comunidade – ou do sonho de uma linguagem comum – há quem fale, e quem seja falado. A questão ética é incontornável: can the subaltern speak? Pode, quem tem acesso ao público, representar – no sentido de "figurar", mas também de "falar por" – quem o não tem? Não há saída airosa para este dilema ético: falar "por ela", não é ainda dar-lhe voz; por outro lado, calar, é condenar à inexistên-



cia e, logo, eticamente insustentável, como argumentam Gaytry Spivak e Susan Sontag. Estamos perante o duplo vínculo de que fala Spivak: qualquer opção terá sempre a sua margem de erro e trará a sua dose (posterior) de arrependimento. No entanto, se toda a tentativa de solução para um problema está condenada ao fracasso, o próprio processo de articulação de uma solução é já, em si mesmo, um pequeno sucesso. Criar espaço para a subalterna ser *ouvida* – essa é a solução mínima, proposta por Spivak, e penso que essa é aqui alcançada.

Desde logo, no trânsito do-cá-para-lá-e-de-lá-para-cá delas no norte e no sul, que atravessa tanto o texto de reflexão teórica de Teresa Cunha como os estudos de caso e as histórias de práticas e pedagogias feministas – com enfoque aqui nas questões da economia e da violência – de Catarina Trindade, Celina dos Santos, Sofia Silva, Rita Santos e Tatiana Moura.

As analogias — "isto é parecido com aquilo" — que usamos para organizar o pensamento, criam o mesmo e a alteridade; mas criam também a alteridade em mim, o reconhecimento da outra em mim: o braço dado no braço, o humano como responsabilidade pelo Outro, o humano criado na consciência que a minha precariedade começa na consciência da precariedade do Outro. A questão ultrapassa os problemas específicos das "mulheres" e coloca-se no plano da definição do humano, tal como Judith Butler — na esteira de Levinas — o define em *Precarious Life.*

A "justiça para as mulheres" passa obrigatoriamente por uma justiça económica (global), questão que, tendo sido esquecida na segunda vaga dos feminismos, tem vindo a afirmar-se como central e cada vez mais premente no contexto do colapso do capitalismo neoliberal a que estamos a assistir. "Redistribuição", "Reconhecimento" (das diferenças) e "Participação" têm sido palavras de ordem de Nancy Fraser – por exemplo – já desde os finais dos anos 1990, e têm-se revelado cada vez mais urgentes. Não surpreende, portanto, que a maior parte dos ensaios deste volume (pelo menos) refira aspectos da organização económica de comunidades de mulheres. Daí também a importância da inclusão das Oficinas sobre "Soberania Alimentar" e "Economias Solidárias" e do ensaio de Celina dos Santos sobre "Economias Solidárias e Capitalismo". No contexto do empobrecimento global e do esgota-



mento dos recursos do planeta, tornam-se imperativas as formas solidárias de organização económica, alternativas à lógica do capitalismo neoliberal, de forma a garantir não apenas a sobrevivência mas também a dignidade de cada ser humano. Cabe aqui perguntar porém: advogar as práticas informais de uma economia de proximidade como (quase) exclusiva solução para a pobreza, não resultará na absolvição do Estado das suas responsabilidades? Não garantirão as economias informais – que surgem no contexto da pressão negativa exercida sobre as pessoas excluídas – a própria sobrevivência do sistema que as excluí? Colocando a questão noutros termos: quem é que tem o direito à cidadania e, consequentemente, o direito a alguma protecção por parte do Estado? Ou devemos abdicar do Estado e pensar a cidadania constituindo-se fora do Estado? Não deviam tod@s @s cidad@s. como defende Carole Pateman, ter direito a um rendimento básico mínimo. que permitisse uma vida modesta mas decente? Colocando a questão ainda de outra forma: as economias solidárias funcionam a um nível micro; uma economia solidária que funcionasse a um nível macro deveria contar com o Estado, obrigaria a uma reestruturação global, a uma política global de "reconhecimento", "redistribuição" e "participação" globais. De outra forma, as práticas informais e /ou de economia solidária continuarão a ser relegadas para as margens e a fazer, basicamente, "controle de danos", paradoxalmente contribuindo para a manutenção das assimetrias de rendimentos e de poder existentes. No entanto, tornando-se "suficientemente relevantes", logo, funcionando como pressão junto das instituições e do Estado, podem ter uma função emancipatória.

O que aprendemos com as práticas do "Sul"? Desde logo as histórias que aqui ouvimos, particularmente nas vozes emprestadas de Teresa Cunha e de Catarina Trindade, que dão conta das histórias de mulheres que tendemos imaginar como vítimas – a partir do nosso "ângulo de visão cego" – e que aqui se contam como combatentes e agentes. Uma pergunta se impõe, porém: é possível pensar uma organização social /comunidade na qual estejam ausentes relações de poder? Não estamos ainda perante uma divisão sexuada do trabalho, na qual as mulheres continuam a ter a posição de responsáveis do cuidado e do sustento, mas que as mantém (ainda) afastadas dos lugares de decisão



e do protagonismo? As histórias que aqui se contam são conhecimento válido e são emancipatórias; temos, no entanto, de pensar os seus limites paralelamente com o seu potencial.

Como temos também a obrigação de pensar os limites da investigação-acção: eu não posso ser a outra, ser a voz da outra. Na investigação, quem fala está na posição de sujeito; quem é "estudado", na posição de objecto (de estudo). A investigação-acção – teorizada por Sofia Silva e exemplificada em todas as outras histórias-ensaio deste livro – é uma forma de solidariedade, numa economia de troca de bens: "elas" dão as suas histórias exemplares; "nós" damos a conhecer essas histórias. A "pedagogia do oprimido" de Paulo Freire é o bom ponto de partida; a encenação de um quotidiano que fosse, todo ele, todos os dias, um "teatro d@ oprimid@" – Boal, depois de Boal – permitir-nos-ia ir mais longe. De resto, não devemos nós pensar estas práticas não apenas situadas "fora dos muros da escola", em acções "dirigidas" @os excluíd@s, mas também dentro das nossas escolas, esses "aparelhos ideológicos de estado" – como as definia Althusser – disciplinadores e criadores de obediências várias?

De alguma forma, é isso justamente que fazem as Oficinas de Soberania Alimentar e de Economias Solidárias aqui propostas: ensinar a pensar de outra maneira, "fora-da-caixa" da competitividade e do bem próprio; ensinar a pensar o bem comum, na confiança mútua. Os exercícios aqui propostos trouxeram-me, estranhamente, uma sensação de reconhecimento. De facto, na infância e na adolescência fiz exercícios muito semelhantes, na organização escutista das Guias de Portugal, exercícios esses que marcaram a minha prática pedagógica e social em situações de trabalho. O que me faz pensar nas questões aqui propostas como sendo, em muitos aspectos, um regresso a valores do passado, no que o passado teve de bom – falo das décadas de 1960 e 1970 – e que foi esquecido nas "décadas da abundância", questão a que regressarei daqui a pouco. É também urgente pensar criticamente o nosso próprio lugar: como praticar uma "pedagogia da oprimida" e relações de confiança em nome do bem da comunidade no nosso quotidiano, na nossa escola. Um exercício de auto-reflexão é necessário: não reservar estas práticas para os espaços "exóticos" em que, eventualmente, fazemos os nossos trabalhos de campo e "transferência de



conhecimentos". A investigação-acção começa dentro da nossa própria "casa" – só assim poderemos pensar de-lá-para-cá-e-de-cá-para-lá. A categoria indisciplinada – que não-se-deixa-disciplinar – e que atravessa estes ensajos é "mulheres". Múltiplas, diferentes, singulares, dizemos nós, combatendo o essencialismo, porque as categorias essencialistas são falsas e impedem a possibilidade de agência, de intervenção no social no sentido da produção da mudança. Pensar que "se sempre foi assim, é porque é naturalmente assim; logo, sempre assim será", é colocar as situações sociais fora-da-história e conduz à paralisia. O combate a este "destino", passa também pelo combate a qualquer essencialização do "feminino" e do seu (supostamente natural) lugar de subalternidade, reflexão esta que está presente em todos os ensaios deste livro. Como está presente a consciência de que "a capacitação para a acção" (empowerment) precisa da categoria "mulher". por muito provisória ou estratégica que seja. Os números do Banco Mundial, apresentados no texto de Celina dos Santos, mostram que essa categoria existe: são as mulheres as mais pobres do planeta. São elas – nós? – também as primeiras vítimas da violência mais oculta, no continuum de violências argumentado por Rita Santos e Tatiana Moura. Aceitar a existência (provisória e estratégica) dessa categoria, no entanto, obriga-nos ao reconhecimento de outras categorias, que colocam mulheres diversas em situações sociais e económicas diversas. A consciência da necessidade da interseccionalidade das abordagens não deixa de estar presente nestes textos, nomeadamente nos estudos de caso. Classe, etnia, educação, geografia e história distanciam as que falam daquelas de quem se fala, o que não impede a existência da solidariedade. Mais: esta consciência obriga à solidariedade, despida de maternalismos. E coloca a hipótese de uma sororidade na diferença. Uma pergunta se impõe: que há de novo nas organizações destas mulheres agui narradas, nas actividades de economia informal que organizam para a sobrevivência das famílias? O que as distancia das mulheres do passado, que, em Portugal, foram escasseando nas duas últimas décadas de abundância ilusória e de consumo hedonista, mas cuja existência permanece, representada na senhora que vende bolos de Ançã junto da estátua de D. Dinis às sextas-feiras de manhã? Ou na funcionária de limpeza da minha Faculdade que me vende sabonetes



"feitos em casa", como necessário suplemento ao emprego mal pago? Todas nós conhecemos exemplos destes, na nossa realidade, aqui e agora. E todas nós teremos na família uma história de uma mulher destas, que testemunhámos, ou que ouvimos contar. A pergunta: haverá aqui uma ruptura com a lógica capitalista? Ou terão estas mulheres sempre existido nas classes menos abastadas, na sombra, e em *suplemento* dessa lógica?

Duas questões me surgem aqui: a primeira, a da invisibilidade destas mulheres muito próximas de nós, cujas vidas seria interessante resgatar, visibilizando a linha matrilinear das nossas próprias famílias. São histórias com potencial emancipatório, de "capacitação para a acção" de quem se confronta agora com o espectro de uma nova pobreza.

A segunda questão é mais uma preocupação autocrítica: não serão estas histórias todas marcadas pela nostalgia de uma (imaginada) comunidade ideal? Não terão sido estas utopias já várias vezes encenadas ao longo de séculos, particularmente visíveis nos movimentos românticos, nas revoltas e comunas juvenis dos anos 1960, e em Portugal nos anos quentes de 1974-1975? Importa, pois, potenciar a nostalgia e fazê-la matéria de futuro, matéria de construção de uma "comunidade que há-de vir".

Uma inquietação final: quem vai ler este livro? Quem ouve estas histórias?

Parte I Pensar e Fazer

CAPÍTULO 1: FEMINISMOS DE-LÁ-PARA-CÁ-E-PARA-ALÉM DO SUL E DO NORTE¹

Teresa Cunha

How do the ways in which we construct, teach, and disseminate knowledge of the Other undermine or promote alliances between women?

Obioma Nnaemeka²

Indisputable, gender has been a fundamental organizing principle in Western societies. Intrinsic to the conceptualization of gender is a dichotomy in which male and female, man and woman, are constantly and binarily ranked, both in relation-ship to against each other. It has been well documented that categories of male and female in Western social practice are not free of hierarchical associations and binary oppositions in which the male implies privilege and the female subordination.

An analysis that starts from male/female pairing simply produces further dichotomies. I is not surprising, then, that researchers always find gender when they look for it.

Oyèrónké Oyewùmí³

De quantas maneiras se pode pensar a liberdade, a autonomia, a autodeterminação, enfim, a emancipação das mulheres face a qualquer sistema de opressão ou de dominação é uma das questões para as quais busco conhecimentos e respostas. Estou convencida que a dignidade é pluriversal assim como as lutas e os conceitos de resistência e libertação que as mulheres usam para a alcançar e garantir. Tomando a sério a ideia de que as ciências sociais críticas devem saber e não temer tematizar para lá do óbvio, que se alimentam da infinitude cognoscente do mundo, que se constroem do poder de imaginações socioló-

Este texto tem por base principal o meu trabalho de doutoramento que teve como objectivo central uma análise comparada, feminista e pós-colonial das estratégias de poder e autoridade das mulheres de Moçambique e Timor-Leste. Justifica-se assim recortes da literatura científica utilizada e algumas referências a conceitos ou exemplos centrados nos dois países em particular.

^{2.} Nnaemeka, 2005: 51.

^{3.} Oyewùmí, 2005: 99.



gicas férteis porque aprendentes, então, os pensamentos feministas podem e devem ser questionados da mesma maneira e com a mesma radicalidade.

Para começar assumo os questionamentos de Obioma e de Oyèrónké como um ponto de passagem entre as minhas origens culturais onde começa a minha reflexão e lugar de pronunciamento e as opções que se abrem diante de mim quando me desloco, me descentro, me movo e me encarrego de me fazer pensar e enunciar a partir de um espaço-tempo que inesperadamente irrompe e me ensina muito mais do que eu poderia, sequer, ponderar.

Neste texto procuro fazer um exercício teórico ao qual preside o pensamento pós-abissal de Boaventura de Sousa Santos que nas suas palavras é um aprender com o Sul usando epistemologias do Sul (Santos, 2009). Proponho-me buscar a co-presenca de racionalidades heterogéneas, até divergentes, mas que podem articular-se em ecologias dinâmicas, fazendo devir novos campos de saberes feministas assim como identificar os seus limites e ignorâncias. Será pelos caminhos arriscados da assunção da incompletude constitutiva de todos os sistemas de conhecimento que a minha busca cognitiva encontra as suas razões para privilegiar o que se tem pensado, escrito, discutido e tematizado em suis não imperiais, onde me procuro mover e que pode aparecer aos olhos da ortodoxia norte-cêntrica das ciências sociais duvidoso, desconhecido, amalgamado, indistinguível. Porém, cheio de sabedoria, energia e vitalidade na resolução de problemas, na realização de alternativas, na concepção e realização das mais variadas maneiras de pensar e fazer o mundo no qual dicotomias que desigualam e subalternizam todas e qualquer mulher não fazem sentido.

Lanço o desafio aos pensamentos feministas⁴ que, na sua laboriosa crítica à modernidade e aos mecanismos que mantiveram ensombradas as mulheres, as suas perspectivas e os seus conhecimentos, não têm

^{4.} Refiro-me aos feminismos dominantes de matriz norte-cêntrica – catalogados frequentemente como feminismo liberal, feminismo radical, feminismos pós modernos e da diferença, entre outros – que apresentam dificuldades em tematizar outras racionalidade feministas que divirjam em coisas consideradas nucleares como por exemplo o conceito de emancipação feminina ou das mulheres. Sobre este assunto tomo a obra Um olhar sobre os feminismos... de 2003, entre muitas outras, como um exemplo do potencial provincianismo do feminismo português de matriz ocidental, ou se se quiser, como uma versão, não assumida, de um pensamento abissal.



realizado com igual vigor a crítica do colonial dentro de si mesmos, isto é, quando pretendem ser a medida e o ponto de referência para todas as mulheres do mundo. A intensidade e a persistência com que muitos feminismos nomeiam as mulheres do sul como padecentes de pobreza, de sujeição incontrolada, de ignorância, de insolvência, de dependência, de iliteracia transfigura-se na hipervisibilidade da sua invisibilidade sublinhando, antes e depois de tudo, uma naturalizada incapacidade dos sujeitos concretos. É como se nenhuma resistência lhes fosse possível e, através dela, a alteração de facto das suas condições e das suas alegadas subalternidades, permanecendo vítimas imóveis, mudas e meros reflexos dos medos, fascínios e opressões patriarcais encarnadas nos seus pais-reis-senhores⁵ de todos os tipos e categorias. São pensamentos abissais aqueles feminismos para os quais se definem linhas de separação para lá das quais não há feitos de mulheres, eficácia, negociações, não há regulação, influências, contactos, amores, raivas, revoltas porque parece que não há gente nem mulheres reais, só as excepcionais. O pensamento abissal informa as epistemologias feministas que constroem, de diferentes maneiras, os abismos nos quais negam uma parte da humanidade feminina para que a outra parte da humanidade feminina se afirme (Ibid: 32). Porém, um simples olhar fenomenológico sobre a realidade mostra que tais precipícios e vazios são cegueiras e surdezes que um pensamento hipertrofiado de si não vê, não quer ver e que desistiu de se deixar surpreender pela infinitude das criações impulsionadas pela alteridade e pela poli-racionalidade femininas. Não pretendo nesta reflexão trocar uma pretensão de completude por outra. Não procuro substituir uma amálgama indiscernível por outra ou trocar os pensamentos feministas de matriz ocidental pelo desdobramento infinito das vidas e das subjectividades que podem ser categorizadas por mulheres de-um-terceiro-mundo-o-sul-ex-colonizado-em--vias-de-desenvolvimento. Pelo contrário, procuro questionar os silenciamentos e as invisibilidades que nos suis e nos nortes imperiais⁶

Esta problemática tem sido desenvolvida em vários trabalhos de Boaventura de Sousa Santos dos quais destaco Entre Prospero e Caliban: Colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. Santos, 2002: 23-85.

Sigo Boaventura de Sousa Santos quanto ao uso da metáfora do sul global não-imperial concebido como a metáfora do sofrimento humano sistémico e injusto provocado pelo capitalismo global e pelo colonialismo (Santos, 2009: 44).



decorrem de teorizações feministas, incluindo as portuguesas, que afastam e fazem inexistir uma série de outras realidades, saberes e perspectivas e que não admitem a pluversalidade da emancipação das mulheres. Quando entra em acção um pensamento ecológico (Ibid: 43) a co-presenca dá-se, e nela, comecam a aparecer com nitidez muitas mulheres, que a colonialidade (Quijano, 2002) mantém nos seus estatutos de vítimas, oprimidas, mamanas⁷, criadas, amásias ou nonas de malai⁸ e que são e foram, afinal, importantes contra-tradutoras culturais cuja proximidade com que vivem e viveram com os produtos e produtores dos impérios e colonialismos vários têm sido capazes de segregar e a alimentar, por dentro e para fora, as suas contradições e fragilidades que drenam lógicas de resistência, contra-posição e revolta. Muitas têm mostrado que sabem usar o seu cosmopolitismo linguístico subalterno e a sua poli-racionalidade no seu interesse ou no interesse das suas comunidades (Argwal, 2003; Cunha, 2006) mostrando que as categorizações dominantes dizem pouco e escondem muito sobre elas. Parece-me pois, de particular interesse, procurar outras versões, outros pontos de vista, outras estruturas de interpretação e representação da realidade societal que podem constituir-se como postulados e narrativas que estão para lá da separação, vitimização, ausência e silêncio.

A minha hipótese é que desses outros lugares e outros termos de pronunciamento emergem textualidades onde se encontram lados quase sempre escondidos e não-ditos das penas e fados mas também das resistências e transgressões das mulheres, das subjectividades inconformadas sempre a imaginar outras coisas, outros espaços e outras expressividades. É nesta matriz que ancoro as minhas propostas de um feminismo pós-colonial, uma vez que neste não busco a linearidade do tempo que se segue às independências políticas. O pós-colonial que conceptualizo também não conforma a recorrência discursiva e política contemporânea de que o ciclo colonial ocidental está encerrado e que das suas (ir)responsabilidades sociais e políticas são mais

Mamana é como se designam, frequentemente, no sul de Moçambique as mulheres que já tiveram filhas ou filhos.

^{8.} Designação das mulheres que em Timor, de uma maneira mais ou menos forçada, viviam maritalmente com oficiais ou colonos portugueses e dos quais tiveram filhas e filhos.



ambíguas ou menos perniciosas do que as independências quiseram afirmar e tornar irreversível. Com o pós-colonial busco a comparação com recurso à dissemelhança no mesmo; recorro às analogias que não anulam as diferencas: indago as próprias referências correndo o risco de chegar a interpretações abertas a sentidos sem sentido para mim. aos ruídos do mimetismo com diferença, aos limites do que não é possível traduzir e tornar seguer equivalente, a uma alteridade que vai muito para além das divergências e similitudes. O pós-colonial é contar a história de outra maneira, com outros enunciadores, outras geografias do conhecimento, outros nós de razão mas também é abrir-se a outros destinatários, à crítica e à inconformidade que outros auditórios podem exercer sobre a busca epistemológica. Uma abordagem crítica e pós-colonial trabalha no sentido de resistir, em primeiro lugar, à continuada absorção dos outros pela narrativa e gramática que se tornaram dominantes e que, por isso, se toma a si mesma como ponto de partida, ponto de chegada e paradigma comparativo e hermenêutico. Por outro lado, também é necessário lançar bases para que as narrativas dissemelhantes, disjuntivas e contraproponentes possam, não apenas emergir, mas instalar-se plenamente nas discussões e debates teóricos. Contudo, há que reconhecer uma dificuldade fundadora na operação da pluriversalidade, já que esta pressupõe um exercício permanente de descentração de si mesmo. Construo este texto e a reflexão que o sustenta a partir do meu lugar de enunciação que é, em si mesmo, um escombro colonial, ou na economia poética de nomeação timorense metan-mutin, preta-branca porque nascida em Angola mas filha de mãe e pai europeus e a viver em Portugal.

Prossigo este trabalho dedicando-me a uma crítica das indolências e limites das categorias de *género* e *patriarcado*. Em seguida procuro distinguir algumas linhas de força da reflexão feminista feita a partir do *sul* e, com algumas propostas de ordem teórica, concluo este texto.

Utilizar o género enquanto conceito que dá conta do carácter socialmente construído de identidades sexuais ou perspectiva analítica para aumentar a capacidade de formular novos sentidos não pode subsumir a ideia de que o conceito e a categoria de género podem esconder mais do que aquilo que revelam quando pulverizam a pluridiversidade societal que são as mulheres, as suas posições, ideias e estatutos (McFad-



den, Issues of gender... [s.d.]: 25; Chow; Lyter, 2002: 44). Apesar de o conceito de género nos permitir, numa primeira instância, perceber o viés social da naturalização das identidades sexuais associadas a mulheres e homens não é capaz de, por si só, dar conta de todas as formas concretas que assumem os seus problemas, as suas resistências e alternativas nos diversos contextos sociais e epocais (Karim, 1995: 25).

As intelectuais feministas que procuram fazer uma análise a partir do ponto de vista do sujeito que foi objecto colonial alertam que não basta falar de mulheres e homens como se esta fosse uma relação naturalmente dual, simples e não problemática. Pelo contrário, a relacão entre as mulheres e os homens pressupõe um confronto cognitivo prévio acerca das desigualdades ou continuidades dos seus poderes (Ibid) que determinam, em última instância, quem oprime versus quem é oprimido ou é oprimido e opressor ao mesmo tempo. É necessário reforçar a ideia de que qualquer abordagem que naturalize e generalize um conceito distorce o conhecimento porque toma como geral o que é particular e social e situacionalmente construído. Em segundo lugar, porque tende a indiferenciar o que não pode ser homogeneizado. Por último porque define como ponto de referência um centro auto-imaginado. Assim, como muitas mulheres foram definidas como o outro, a outra⁹, pelos homens que se imaginam um centro que define as periferias, muitas mulheres do norte imaginaram-se como sendo o centro, remetendo para os subúrbios das epistemologias chamadas científicas as outras mulheres que não habitam nem partilham as suas crenças nem as sua culturas. O sistema de poder desigual é assim que se reproduz: de cada vez que as mulheres do leste ou do sul são definidas como outro, é porque os homens e as mulheres ocidentais do norte se atribuem e têm o poder de se representar como centro.

Como afirma Maréma Touré ([s.d.]: 2) a este propósito, conceitos como relações de género ou mulheres e o desenvolvimento, criados e exportados a partir do norte para o sul empobrecido e subdesenvolvido são definidos a partir do seu exterior funcionando como discursos que legitimam a marginalização da maioria das mulheres africanas e asiáticas e

^{9.} Ver entre outros o seguinte trabalho de Diana Fuss publicado em 1989 Essentially speaking. Feminism, nature & difference.



as afastam do seu próprio entendimento das coisas. Ela argumenta que as pessoas são encriptadas em sistemas onde mal são ouvidas e muito menos entendidas. Estes feminismos, vistos como sistemas de poderes de umas mulheres sobre as outras, não só não percebem a diversidade e os processos particulares em que as opressões ocorrem como também se tornam cegos e insensíveis aos processos de apropriação, cooptação, resistência e criação de alternativas que estão operativas no mundo. A redução da multiplicidade existencial e biográfica das mulheres à categoria mulheres foi seguido por um essencialismo cultural que as coloca, nomeia e categoriza segundo a sua origem, lugar. cultura: umas passam a ser mulheres ocidentais e as outras a ser não-ocidentais às quais se atribuem conjuntos de características e valores que as distinguem afastando-as e desigualando-as umas das outras. Estas diferencas, criadas e mantidas em abstracto, permitem a segregação e o domínio de umas pelas outras ainda que a evocação de uma irmandade feminina seja usada como uma estratégia retórica de unidade (Bohler-Muller, 2002: 87; McFadden, Radically speaking.... [s.d.]).

Os contactos ocorrem mas algumas teorias feministas só conseguem ver e descrever realidades e práticas que classificam de longínguas, excepcionais, exóticas, nativas, locais, tradicionais, sexistas, e assim por diante. A observação etnográfica e a respectiva catalogação desencarnam-nas do espaço, do tempo, da história e da cultura, interpretam--nas e comparam-nas consigo mesmas, reduzem-nas, no limite, a meros subsistemas de submissão patriarcal que elas já haviam compreendido e tematizado. Ficam por compreender o papel determinante das redes familiares no acesso ao poder ou o papel dos rituais e das transcendências na configuração e confirmação de papéis e identidades sociais, os estatutos, transitivos ou não, baseados no sexo biológico ou simbólico, entre muitas outras coisas. Patricia McFadden refere-se a uma espécie de femocracia do norte ocidental que tem vindo a inventar conceitos e categorias que têm estado ao serviço de um certo modo de olhar, conceptualizar e manter o sul na dependência e na menoridade epistemológica, social e política. Torna-se claro pois, que é necessário exercitar uma hermenêutica da suspeita sobre os feminismos e as suas generalizações ao mesmo tempo que se deve motivar uma hermenêutica pluritópica, na qual todas as mulheres do



sul que o quiserem, podem ter lugar. Como propõe Gayatri Spivak, cabe às feministas saber desenvolver uma ética da singularidade que é uma busca da comensurabilidade entre pessoas culturalmente situadas, é a procura, face a face da alteridade não de forma abstracta, teórica e categorial mas ouvindo e dando espaço à plurivocabilidade (Spivak, 1996; McFadden, Radically speaking..., [s.d.]).

Muitas destas mulheres e epistemologias chamam repetidamente a atenção para o carácter etnocêntrico da categorização feminista dominante lembrando que no que diz respeito ao conceito de patriarcado é necessário considerar a existência de outras formas de agregação e composição societal de tipo patrilinear mas que não se formam, nem se manifestam, muito menos funcionam e se nomeiam da mesma maneira que as identificadas no mundo ocidental. A este propósito o debate entre as feministas é intenso e os universalismos regionais. como lhe chama Boaventura de Sousa Santos (2004: 37), são continuamente discutidos e reinterpretados. Entre muitos outros, os trabalhos de Chandra Talpade Mohanty (1991), Amina Mama (1995), Wazir Karim(1995), Kalwant Bhopal (1997), Titi Ufomata (2002), John N. Oriji (2000), Vandana Shiva (1993; 2000), Mojúbàolú Olúfúnké Okome (2001). Ifi Amadiume (1998; 2005), Esther Chow, Deanna Lyter (2002) e Kum--Kum Bahavnani, (Feminist futures: re-imagining women..., 2003), denunciam como os viés universalistas dos feminismos ocidentais dominantes codificam e reduzem a heterogeneidade das mulheres a categorias gerais e fechadas transformando-as todas em vítimas da opressão masculina patriarcal universal. O potencial do carácter etno e logocêntrico da categorização feminista dominante esconde a complexidade e a diversidade das experiências sociais, materiais, simbólicas, políticas e de poder das mulheres, mostrando o quanto podem ser desadequados e incapazes conceitos como patriarcado e género. Os estudos de Okome, Ufomata, e Amadiume proporcionam análises notáveis sobre os diferentes sistemas de família, parentescos, linhagens, relações familiares e de proximidade¹⁰. Em algumas sociedades africanas há mulheres que podem ser maridos e onde as filhas meninas podem ser

Uso este conjunto de expressões uma vez que um só conceito não permite captar a complexidade destas relações sociais.



filhas-macho sendo estas identidades sociais duplas e transitivas (*dual identity*) não baseadas no sexo biológico ou classe social, assentando muito mais nas relações intergeracionais, de estatuto e de relacionamento com a terra (Amadiume:, 1998: 32).

A revolta das mulheres Igbo no começo do século XX contra as autoridades coloniais mencionada em cima e durante a qual as palavras de sabedoria de uma mulher mais velha eram ouvidas com muita atenção pela mais jovem mulher da sua comunidade que liderava a revolta contra o chefe, dancando e cantando em torno da sua casa até que este depusesse as insígnias oficias e se demitisse (Oriii, 2000: 3-4)¹¹ atingiu também a autoridade dos homens locais ao servico do colonialismo inglês. Estes acontecimentos e a sua descrição mostram bem como os critérios, os pressupostos, as formas, os conteúdos, as lógicas de associação, protesto, estratégia e resultados esperados revelam uma racionalidade incapaz de ser explicada e compreendida pelas categorias geradas pelo paradigma ocidental feminista. Ao colocar em realce a juventude, as relações estratégicas entre gerações, métodos pacíficos de resistência, não distinguindo a estética da ética e da política, as experiências e as lições destas mulheres Igbo são, em si mesmas uma fractura, um dissenso crítico para quem pensa. escreve e preceitua, por exemplo, a resolução de conflitos com sensibilidade ao género, paradigma conceptual de reputadas sociologias das relações internacionais, ciências políticas e estudos para a paz. Estes trabalhos, além de mostrarem a diversidade social local, permitem pensar a infinitude não só das formas culturais mas também das potencialidades cognitivas e conceptuais presentes nos mundos das mulheres.

Também Karim (1995), Bhopal (1997) e Agarwal (2003), entre outras, mostram como na Ásia as dicotomias entre individual e comunitário, familiar e estatal, informal e formal, visibilidade e invisibilidade são inadequadas para compreender as relações entre mulheres e homens e os poderes das mulheres. Apresentando diferenciações importantes em toda a sua extensão continental, o que importa notar é que, tanto num caso como no outro, poder, autoridade e estatuto social das mulheres repousam em relações intergeracionais, territorialidades, parentescos, em lutas e códigos de acesso à terra e aos recursos, na

^{11.} Tradução da minha responsabilidade.



regulação dos conflitos através de práticas do silêncio e do desencorajamento da confrontação e na imbricação vital entre público e privado e das quais resultam sistemas de opressão e luta que pouco têm a ver com o *patriarcado* tal qual ele é formulado no norte ocidental (Karim, 1995: 18).

Do mesmo modo, os trabalhos feministas que se têm debruçado sobre Moçambique e Timor-Leste como os de Isabel Casimiro (2004; 2008), Conceição Osório (2002; 2005), Irena Cristalis (2002), Terezinha da Silva (2003), Signe Arnfred (2002; 2003), Andrea Fleschenberg (2003; 2005), Christine Mason (2005) ou ainda de Teresa Amal (2006) também sublinham que as fontes de legitimidade usadas pelas mulheres são múltiplas e interagem no processamento das decisões pessoais, no acesso e exercício do poder e na construção das ideias de feminilidade ou maternidade. Estas outras formas de interpretar e construir as subjectividades e o mundo fundam-se em constelações racionais difíceis de classificar e de organizar através das teorias do patriarcado omnipresente geradas no ocidente. Tal como o colonialismo inventou o outro e o outro do outro. pode-se dizer que a aplicação universal das categorias de patriarcado e género são invenções decorrentes do mesmo tipo de pensamento abissal e arrogante 12. As categorias analíticas que se tentam impor e com as quais se querem explicar todas as realidades de maneira trans-histórica e acrítica pode-se dizer que é, fundamentalmente, um recurso retórico do conhecimento ocidental, uma ficcão mutável e cultural. Como lhe chama Donna Haraway (1992: 153) é uma história de duração limitada, um localismo globalizado se quisermos tomar emprestado este conceito a Santos (2001), um produto mutante do específico nas palavras de Kum Kum Bhavnani (2003). A pergunta sobre a incapacidade hermenêutica e teórica destes conceitos para elaborar pensamentos feministas pós-coloniais permanece legítima e actual.

É necessário notar que estas/es autoras/es não fazem com as suas análises uma mera inversão narrativa, a construção de um discurso épico ao contrário sobre as mulheres do sul ou do oriente. Tal como Pumla Ggola (2001) alerta, o pensamento pós-colonial é um pensamento

^{12.} Ver os trabalhos de Santos, 2009, 2006, 2004; Wiredu, 2003; Dussel, 2000; Meneses, 2003; Mama, 1995; Shiva, Mies, 1993; Spivack, 1999; Oruka, 1997 entre muitos outras.



híbrido onde se confrontam memórias, tempos e conhecimentos que não iludem os extraordinários problemas e limitações que as mulheres enfrentam. As suas tragédias pessoais e colectivas, as consequências que os actos sexistas têm na vida delas, a impunidade que na e fora da guerra e da família tem sido usada para as manter sob controlo e dominação no interesse dos homens (McFadden, Issues of gender..., [s.d.]: 24; Kusinza, 2005), são temas e preocupações constantes, importantes mas não exclusivos. Estas feministas pretendem dar conta do dinamismo que está presente nas suas sociedades, nos ganhos e perdas de estatuto e importância que as mulheres experimentam na sucessiva interacção social dentro e com outras culturas. Elas identificam as estratégias de poder e contra-poder que algumas mulheres encetam para alcancar protagonismo individual assim como as suas faltas de lealdade e de solidariedade (Osório, 2002; Hassim, 2003). Elas e eles estudam os arcos culturais onde diferentes hegemonias se confrontam e não deixam de chamar à atenção de que as mulheres, sendo vítimas de muitos silenciamentos, são muito mais do que isso: são seres humanos plenamente presentes na história como senhoras ou escravas ou nem uma ou outra coisa (Karim, 1995; Ufomata, 2000; Mama, 2001; Lewis, [s.d]; 2000; Chow; Lyter, 2002; Femisnist futures: re-imagining women.... 2003: Pereira, 2005). Elas mostram como a ideia de uma irmandade de mulheres natural e universal é apenas uma ideia sem conteúdo (Touré, [s.d.], Mohanty, 1991: 466) e reforcam a proposição de que todo o conhecimento é uma ignorância pois não há qualquer teoria capaz de contar, narrar e explicar toda a complexidade e diversidade do mundo. Tal como recomenda Vandana Shiva (1993) e Chandra Mohanty (1991) é preciso descolonizar o norte da sua tendência para universalizar as suas experiências e percepções. O debate que se tem vindo a processar no sul também não se esgota na identificação e na prova do dinamismo intrínseco a todas as sociedades e as suas consequências analíticas e teóricas. As intensas discussões académicas travadas no Sul pretendem ainda compreender como se processa a recusa activa de muitas mulheres em serem pensadas como sujeitos fora da história que tem sido contada sem as palavras e os conhecimentos delas. Como desarticular essas versões que fragmentam, separam e mumificam em particular as mulheres mais vulneráveis, mais fragilizadas e mais empo-



brecidas é um assunto que percorre insistentemente o interesse científico do sul não imperial.

As feministas do sul procuram clarificar quais são os diversos campos de interesse e de investigação, as suas preocupações analíticas, as convergências e divergências entre si mas também com as feministas do resto do mundo. Chandra Mohanty considera que apesar de haver muitos estudos sobre e realizados pelas mulheres do sul, eles nem sempre contêm perspectivas feministas e sublinha as dificuldades das investigadoras em criarem corpus de análise diferenciados das produções ou temas dominantes. Uma outra crítica é acrescentada por Wazir Karim e Esther Chow que referem que a investigação no sul ainda está demasiado centrada em perspectivas exógenas e conta por vezes com a centralidade de conceitos que não são capazes de ler as realidades que pretendem analisar. Contudo, é necessário sublinhar que esta produção académica feminista tem vindo a sofrer alterações significativas na última década consolidando-se e produzindo um conjunto assinalável de trabalhos e abordagens epistemológicas originais. Uma dessas originalidades é a sua atenção acerca das culturas populares e da história oral e social das mulheres a partir dos seus contextos concretos e situados de vida. Esta atenção tem trazido para os estudos feministas no Sul as vozes das mulheres assumidas como terrenos epistemológicos férteis de criatividade cultural, consciências insurgentes e rebeldia política¹³. Desde as trajectórias etnográficas coloniais, passando pelas análises dos modos de resistência das mulheres à sua exotização e à inexistência, o enfoque dado às potencialidades da indisciplina da própria cultura e experiência subalterna das mulheres do e no Sul e às suas reflexividades emergentes oferecem uma ideia quanto à forma e ao processo de construção da investigação e da interpretação que estas cientistas vão fazendo da experiência individual e colectiva no tempo do pós-independência.

É neste território dinâmico de ideias e perspectivas que Amina Mama esclarece que as principais aspirações das mulheres do sul podem ser idênticas às de todas as mulheres: elas querem para si e para as suas filhas dignidade, igualdade na diferença e as suas vidas livres de qual-



quer tipo de violência. Contudo, não deixa de assinalar que o feminismo africano não é um feminismo de sobrevivência, estereótipo a que este tem vindo a ser associado (Mama, 2001) mas que, ao contrário, se preocupa com mudancas substantivas ao nível económico, político, social e das subjectividades. Como em todo o lado, as feministas estão interessadas no mundo e são desafiadas por ele a partir de questões elementares da sobrevivência até às questões mais complexas relacionadas com a auto-reflexividade, a inovação e o mais sofisticado cosmopolitismo contemporâneo (Okome, 2001: 6). Há algumas autoras que afirmam que as feministas do sul não se podem dar o luxo de produzirem um conhecimento apenas preocupado com o bem-estar das mulheres uma vez que a pobreza, as pandemias, a discriminação do sistema económico e do bem-estar atinge a majoria das pessoas do sul. Maréma Touré (s.d.: 8) explicita que os homens não são um *alvo* porque os problemas e as opressões não decorrem apenas de modos patriarcais de organização social mas também dos efeitos de todos os neocolonialismos e injusticas globais em presenca.

Os estudos feministas contra-hegemónicos do sul ancoram-se e alimentam o conhecimento necessário a uma luta mais global e mais ambiciosa que procura colocar em causa a própria organização político--social da nossa contemporaneidade e contribuir para a imaginação de um outro paradigma de conhecimento (Bhopal, 1997; Chow; Lyter, 2002). Neste contexto pode-se entender a importância dada por Shireen Hassim (2003; 2004) à articulação que tem vindo a estabelecer entre Estado, sociedade civil, movimentos de mulheres e poder político. Ela desenvolve os seus trabalhos sobre os movimentos sociais e de mulheres na África do Sul e vê nestes uma das principais centralidades da investigação feminista em África pela sua enorme oportunidade de conhecimento e utilidade social. O interesse sobre a racialização das sociedades do Sul, o uso da religião como instrumento de dominação colonial, a construção colonial de subjectividades deficitárias, a intersecção entre raça, género e classe social assim como os estudos sobre a participação na vida pública política e económica das mulheres oferecem hoje um vasto campo de literatura e de análise que procura mapear os novos construtos das e acerca das mulheres do e no Sul. É nesta linha que se pode detectar um interesse crescente por



perspectivas pós-coloniais no sentido de serem construídas análises a partir de lugares de enunciação até há pouco tempo considerados insolventes por ausência, por desprovimento ou por inexistência.

Outro dos campos de produção intensa de conhecimentos e de preocupações feministas do sul é a violência, sobretudo aquela que é praticada contra as mulheres de todas as idades, estatutos sociais e condições físicas. Dada a sua proliferação e dimensão, as últimas décadas puseram a violência contra as mulheres na agenda dos movimentos sociais e das academias feministas. Não existem consensos generalizados mas algumas ideias surgem como sendo produtos fortes do pensamento do sul. Os trabalhos de Amina Mama, entre outros, evidenciam a possibilidade de as identidades femininas em África poderem ser mobilizadas para pensar melhor a violência e pensar mais e melhor os recursos disponíveis para a enfrentar e ultrapassar. Ao cruzar sexo com identidade ela destaca que as mulheres em muitas sociedades do sul estão mais sujeitas a trocas culturais exógenas devido aos sistemas de alianças e casamento, escapando em melhores condições à ideia de etnicidade exclusiva e excludente. Através da análise do comportamento das mulheres somalis e das mulheres hutus e tutsies do Ruanda durante os conflitos bélicos da década de 90 ela argumenta que a construção das identidades sexuais femininas e o seu estatuto nestas comunidades pode ajudar a mitigar formas violentas de resolução de conflitos e criar espacos para fazer emergir maneiras menos dramáticas e mais inclusivas de lidar com a diferença (Mama, [s.d.].). Também Wazir Karim explica que no sudeste asiático o princípio da não-confrontação ou a bruxaria (1995: 17-18) que as mulheres praticam frequentemente tem ajudado a encontrar alternativas interessantes e menos violentas no que diz respeito à gestão dos conflitos a que as mulheres estão sujeitas. Christine Mason (2005), ao analisar como as mulheres de Timor-Leste se confrontaram com a extrema violência durante os vinte e quatro anos de guerra contra a Indonésia, mostra como elas foram gerando formas de resistência não-violentas que lhes permitiram apoiar a luta de libertação a partir de outras lógicas que não as militares.

Henri Odera Oruka diz-nos que não basta saber pensar e raciocinar, mas que é preciso que os pensamentos e a razão sejam sagazes, se tornem relevantes e férteis para a sociedade onde eles são produzidos e



que sejam capazes de aumentar a felicidade e diminuir o medo das outras raças (1997:136). Este conjunto de novas epistemologias feministas que se preocupam com a violência e a sua deslegitimação social e cultural construídas a partir das experiências das mulheres do sul e pelas mulheres no sul têm-se constituído como uma crítica pertinaz, por exemplo, ao receituário dominante sobre as transições pós-bélicas e a construção dos Estados. Sem essencializar o papel das mulheres a este respeito, estas/es autoras, destacam que estas construções identitárias, menos conhecidas e aproveitadas, são um terreno epistemológico interessante à reflexão e pensamento crítico, feminista e pós-colonial.

Toda esta energia, este experimentalismo e conhecimentos continuam a parecer invisíveis ou esquecíveis e, mais uma vez, separam e rotulam as mulheres, desigualando-as, promovendo elites, ou como algumas me ensinaram em Maputo, há as mulheres grandes e as mulheres pequenas. A maioria das avaliações nacionais e internacionais continua a mostrar as-mulheres-do-mundo-ex-colonizado-de-hoje curvadas pelo trabalho. pobres e iletradas, incapazes e infelizes cercadas de crianças ranhosas e igualmente insolventes. Algumas que, excepcionalmente, escaparam à miséria comprovam duas coisas: em primeiro lugar, que os governos fazem tudo o que está prescrito internacionalmente pela igualdade e a emancipação das suas mulheres e, em segundo lugar, que a maioria delas nem mesmo assim o consegue! Antes como hoje precisam de uma acção salvadora que vinda de algures as redimirá da sua persistente falha ontológica. Por um lado, muitas feministas continuam a estatuir e a dizer-se como a medida certa e correcta da emancipação feminina, por outro lado, a reedição da sombra lançada sobre tantas experiências e sabedorias é conveniente para manter as mulheres imersas na pobreza e mais preocupadas em sobreviver do que em questionar as velhas e as novas ordens das coisas.

Retomando a ideia central no pensamento de Santos de que a consciência da incompletude não é razão nem imperativo para ordenar a completude (Santos, 2009), e com Khatibi e Wiredu, estou convicta de que qualquer pensamento-conhecimento, incluindo o pensamento feminista, que não seja profundamente plurilógico que não se inspire



na sua própria pobreza, fragmentação e limitações está sempre pronto a dominar e a reduzir o outro à esfera da sua auto-suficiência e, por isso é, potencialmente, um pensamento etnocida (2001: 76; 2003: 55). São as heranças e as razões que fundam a minha proposta teórica que sublinha a importância de colocar em evidência as estreitas articulações construídas pelo colonialismo entre raça, identidades sexuais e classe e a acção de desestruturação, apagamento e de invenção do outro e do outro do outro, a outra, realizadas através delas. Nenhum entendimento ou conhecimento sobre as mulheres e os homens dos países da periferia do sistema mundial pode estar completo sem uma análise e discussão sobre o seu período colonial.

A todo este trabalho de investigação sobre a energia, vitalidade e acção ancestrais das mulheres e sobre as que inventam nos mais variados espacos-tempo contemporâneos preside a ideia de tradução desenvolvida por Santos (2002). A tradução é um princípio de agregação face aos processos separatistas realizados por qualquer sistema de dominação, tornando-se, assim, numa ferramenta teórica e prática de construção do conhecimento e uma pragmática de resistência. Eu diria que a tradução proposta por Santos faz predominar a lógica do matrimónio que é a da criação de alianças e redes, em detrimento da lógica do património, que privilegia a propriedade e a exclusividade. Esta sugestão dá espaço às perguntas silenciosas, como nos sugere Khatibi (2001: 36), e a subjectividades transgressivas (Santos, 2004: 44) que desocultam uma visão de feminilidade que não se esgota nas visões feministas dominantes no mundo contemporâneo. Os alertas que nos chegam de muitas feministas de África e da Ásia que foram referidas ao longo deste texto fazem compreender melhor a necessidade de refazer continuadamente o mapa cognitivo dos feminismos e valorizar a existência de múltiplas agendas e prioridades das mulheres. A justiça cognitiva apoia-se no conceito de comunidade que é, por um lado, um conjunto de expectativas estabilizadas e, por outro, a possibilidade de se abrir e ficar em contacto interactivo e inter-subjectivo com outras comunidades. O princípio-chave de maximização da justiça para todas e todos tem como objectivo ampliar e fazer emergir alternativas nos esforços da emancipação humana. Isto configura um movimento com três sentidos e com uma finalidade comum: o primeiro deve promover



a inclusão das mulheres e dos seus problemas específicos nas estruturas em diferentes escalas resolvendo os seus problemas mais imediatos; o segundo procura e promove as mudanças e as rupturas necessárias para colocar em causa os sistemas discriminatórios estejam eles onde estiverem; o terceiro procura gerar os anteriores a partir das consciências e conhecimentos insurgentes das muitas mulheres-do-mundo-ex-colonizado¹⁴

A minha crítica feminista pós-colonial parte da subalternidade das mulheres construída e destruída sucessivamente e inscreve a recusa da partilha do centro (Gandhi, 1998: 59) e o desejo da multiplicidade e o desordenamento de centros na discussão e na realização científica. É minha convicção que é esta excentricidade matricial que pode fundar uma nova imaginação sociológica sobre a forma de organizar as sociedades, as relações entre elas, as relações entre a subjectividade e a cidadania e multiplicar os campos societais de complementaridade e intercomunicabilidade. O pós-colonial abre uma porta à assunção da minha ignorância primordial sobre, a outra tomada como o outro e o outro do outro para me colocar em face de conceitos de emancipação desenvolvidos pelas epistemologias feministas do sul que procuram e constroem conhecimentos a partir de escombros, mas cuja narrativa pode prefigurar actos de descolonização epistemológica e subverter as relações sociais sexistas existentes. Parece ser epistemológica e metodologicamente fundamental desenvolver a capacidade de tolerância à ambiguidade, trabalhar com a ausência de totalidades e explicações gerais mas apenas com pedaços, trechos e indícios, como preconiza a sociologia das emergências de Santos (2006). Não cabe neste trabalho prescindir de conhecer, apesar das limitações e preocupações que esta reflexão implica. Cabe continuar a segurar o que já se sabe mas sem aceitar com simplismos soluções que parecem ser interessantes mas que podem estar longe de serem suficientemente inteligíveis e emancipatórias. Des-exotizar a relação epistémica com estas mulheres deste Sul vulnerável, mas de uma formidável energia de sobrevivência e de transformação (Khatibi, 2001: 36) entrando nas suas conversas, criando espaços de

¹⁴ Ver, entre outros os trabalhos de Laura Padilha, 2002 e Boaventura de Sousa Santos, A gramática do tempo..., 2006 e Epistemologias do Sul, 2009.



intercâmbio solidário com elas e praticando a humildade epistemológica, são as minhas propostas para dar início a práticas não-sexistas de descolonização da justiça, da política e da epistemologia para o devir de uma contra-cultura de emancipação feminista cosmopolita e pós-colonial. Argumento que as perspectivas pós-coloniais dos feminismos podem oferecer um pensamento subversivo que tanto põe em causa os restos do império colonial ainda presentes no sul como os interesses dominantes e que, em boa medida, são os interesses dos homens do sul.

Por isso e por último, lanço mão de um utensílio teórico que aqui designo de sociologia dos resgates que intenta redescobrir e resgatar do tecido social e dos imaginários tudo aquilo que tem sido encoberto e olvidado mas que já mostrou ser útil, eficaz e capaz de se transfigurar em novos conhecimentos e tecnologias de emancipação pessoal e colectiva. Uma sociologia de resgates permite dotar os grupos, as comunidades e, dentro delas, as pessoas mais vulneráveis que na maioria dos casos podem ser meninas, adultas e velhas, das forcas e dos poderes provados e usados no passado e que podem ser accionados para lidar com novas misérias ou contrariedades no sentido da sua felicidade e emancipação. Destabilizar e questionar o monolitismo reinventando as memórias da libertação; pensar a emancipação a partir de todas as lutas e métodos disponíveis através das memórias divergentes que ampliam o seu carácter performativo e exemplar. Umas para as outras, umas das outras, umas com as outras, as mulheres destes espaços-tempo podem construir hoje, como antes, as suas próprias formas de emancipação. Atrevo-me pois a afirmar que tenho como propósito participar no debate sobre a complexidade dos colonialismos ainda presentes e operativos e, portanto, sobre a inesgotável perplexidade que os pós-colonialismos podem inscrever num pensamento feminista pós-iluminista, não-imperial, humilde e aprendente.



Referências bibliográficas

- AGARWAL, Bina (2003), A field of one's own: gender and land rights in South Asia. Australia: University Press.
- AMADIUME, Ifi (1998), Male daughters, female husbands: gender and sex in an African society. London: Zed Books.
- AMADIUME, Ifi (1997), Reinventing Africa: matriarchy, religion, culture. London; New York: Zed Books.
- AMAL, Teresa (2010), "Challenging international relations 'rationales': another understanding to Timor-Leste and Mozambique", in Michael Leach et al. (orgs), Hatene kona ba, compreender, understanding, mengerti Timor-Leste. Melbourne: Swinburne Press, 153-158.
- AMAL, Teresa (2006), Sete mulheres de Timor: feto Timor nain hitu. Porto: Edições Afrontamento.
- ARNFRED, Signe (2002), "Conceptions of gender in colonial and post-colonial discourses: the case of Mozambique" in CODESRIA'S GENERAL ASSEMBLY, 10, KAMPALA, 2002. Africa in the New Millennium (consult. em 28 Dez. 2005). Disponível em www:<URL: http://www.codesria.org/Archives/ga10/Plenary/gender_arnfred.htm>.
- ARNFRED, Signe (2003), "Images of 'motherood': african and nordic perspectives", Jenda: Journal of culture and women studies, 4.
- BHAVNANI, Kum-Kum (2001), Feminism and "race". Oxford: University Press.
- BHOPAL, Kalwant (1997), Gender 'race' and patriarchy: a study of South Asian women: interdisciplinary research series in ethnic, gender and class relations. Aldershot: Ashgate Publishing Limited.
- BOHLER-MULLER, Narnia (2002), "Really listening?: women's voices and the ethic of care in post-colonial Africa", African Feminisms, 54, 86-91.
- BOZZOLI, Belinda (1991), Women of Phokeng: consciousness, life strategy, and migrancy in South Africa: 1900-1983. London: James Currey.
- CASIMIRO, Isabel (2004), Paz na terra, guerra em casa: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique. Maputo: Promédia.
- CASIMIRO, Isabel (2008), Percorrendo lugares, percorrendo tempos: mudanças recentes nas relações de género em Angoche. Coimbra: FEUC (dissertação de doutoramento mimeo).
- CHOW, Esther Ngan-Ling; LYTER, Deanna (2002), "Studying development with gender perspectives: from mainstream theories to alternative frameworks" in Chow Esther Ngan-Ling (org), *Transforming gender and development in East Asia*. London: Routledge, 25-57.
- CRISTALIS, Irena (2002), Bitter dawn: East Timor: a people's story. London: Zed Books.



- CRISTALIS, Irena; SCOTT, Catherine (2005), Independent women: the story of women's activism in East Timor. London: CIIR.
- DUSSEL, Enrique (2000), Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão. Petrópolis: Editora Vozes.
- BHAVNANI, Kum-Kum et al. (orgs) (2003), Feminist futures: re-imagining women, culture and development. London; New York: Zed Books.
- FLESCHENBERG, Andrea (2005), "Asia women politicians at the top: roaring tigresses or tame kittens?" in Kazuki Iwanaga (org), Women's political participation and representation in Asia: obstacles and challenges. Copenhagen: NIAS Press.
- FUSS, Diana (1989), Essentially speaking. Feminisme, nature & difference. New York: Routledge.
- FLESCHENBERG, Andrea (2003), "Revisiting the glass ceiling in Asia: comments on feminist leadership models", in Universities of Duisburg, Dynasties and Female Political Leaders in Asia. Project Discussion Paper; 3/2004.
- GANDHI, Leela (1998), Postcolonial theory. A critical introduction. New York: Columbia University Press.
- GQOLA, Pmula Dineo (2001), "Ufanele uqavile: blackwomen, feminisms and postcolonialty, Africa. Agenda: feminist media, 50, 11-22.
- HARAWAY, Donna (1992), Primate visions: gender, race and nature in the world of modern science. Londres: Verso.
- HASSIM, Shireen (2003), "Representation, participation and democratic effectiveness: feminist challenges to representative democracy in South Africa" in Anne Marie Goetz, Shireen Hassim (orgs), No shortcuts to power: african women in politics and policymaking. London: Zed Books.
- HASSIM, Shireen (2004), Voices, hierarchies and spaces: reconfiguring the women's movement in Democratic South Africa. Natal: SDS University of Kwazul.
- KHATIBI, Abdelkibir (2001), "Maghreb plural" in Walter Mignolo (org), Capitalismo y geopolítica del conocimiento: el eurocentrismo y la filosofía de la liberación en el debate intelectual contemporáneo. Buenos Aires: Ediciones del Signo.
- KUSINZA, Josée (2005), "Violences envers les femmes dans le cadre des conflits armés" in Teresa Cunha; Celina Santos (orgs), Nós de outras teias: solidariedade feminista. Coimbra: Mar da Palavra,149-162.
- LANGER, Eduardo (2000), La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO.
- LEWIS, Desiree (s.d.), "African gender research and postcolonialty: legacies and challenges" (consult. em 28 Dez. 2005). Disponível em www:<URL: http://64.233.183.104/search?q=cache:GlWK6G9D1A]:www.codesria.org/Links/conferences/gender/LEWIS.pdf.



- KARIM, Wazir Jahan (org) (1995), Male and female in developing Southeast Asia. Oxford: Berg Publishers, 1995.
- MAMA, Amina (1995), Beyond the masks: race, gender and subjectivity. London: Routledge. MAMA, Amina (2001), "Challenging subjects: gender and power in African contexts", African Sociological Review. 5, 2.
- MAMA, Amina (s.d.), "Taking about feminism in Africa" in Women's world: women's african voices. Disponível em www:<URL:. http://wworld.org/programs/regions/africa.pdf>.
- MASON, Christine (2005), "Women, violence and non-violent resistance in East Timor.", *Journal of Peace Research*, 42, 6, 737-749.
- MCFADDEN, Patricia (s.d.), "Issues of Gender and Development from an African Perspective" in Women's World: Women's African Voices. (consult. em 2 Jan. 2006). Disponível em www:<URL: http://www.wworld.org/programs/regions/africa/patricia_mcfadden4.htm.
- MCFADDEN, Patricia (s.d.), "Radically speaking: the significance of the women's movement for Southern Africa" in Women's World: Women's African Voices. (consult. em 2 Jan. 2006]. Disponível em www:<URL: http://www.wworld.org/programs/regions/africa/patricia_mcfadden3.htm.
- Nnaemeka, Obioma (2005), "Bringing African women into the classroom: rethinking pedagogy and epistemology" OYEWÙMÍ, Oyèrónké (2005), "Making history, creating gender: some methodological and interpretive questions in the writing of Oyo oral traditions" in Oyèrónké Oyewùmí (org) African gender studies: a reader. New York; Hampshire: Palgrave Macmillan,51-65.
- MENESES, Paula (2003), "Agentes do conhecimento?: a consultadoria e a produção do conhecimento em Moçambique" in Boaventura de Sousa Santos (org), Conhecimento prudente para uma vida decente. Porto: Edições Afrontamento, 683-715.
- MOHANTY, Chandra Talpade (1991), "Under western eyes: feminist scholarship and colonial discourses" in Chandra Talpade Mohanty et al. (org), Third world women and the politics of feminism. Bloomington: Indiana University Press, 462-487.
- OKOME, Mojúbàolú Olúfúnké (2001), "African women and power: reflections on the perils of unwarranted cosmopolitanism", Jenda: Journal of culture and women studies, I, 1.
- ORIJI, John N. (2000), "Igbo Women from 1929-1960", West Africa Review. (consult. Em 16 Fev. 2006). Disponível em www: <URL: http://westafricareview.com/vol2.1/oriji.html.
- ORUKA, Henry Odera (1997), "Mahatama Gandhi and humanism in Africa" in Anke Graness, Kai Kresse (orgs), Sagacious reasoning: Henry Odera Oruka in memoriam. Frankfurt am Main: Peter Lang.



- OSÓRIO, Conceição (2002), "Poder político e protagonismo feminino em Moçambique" in Boaventura de Sousa Santos (org), Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 419-452.
- OSÓRIO, Conceição (2005), Subvertendo o poder político?: análise de género das eleições legislativas em Moçambique: 2004. Maputo: WLSA Moçambique.
- OYEWÙMÍ, Oyèrónké (2005a), "Making history, creating gender: some methodological and interpretive questions in the writing of Oyo oral traditions" in Oyèrónké Oyewùmí (org) African gender studies: a reader. New York; Hampshire: Palgrave Macmillan, 169-205.
- OYEWÙMÍ, Oyèrónké (2005b), "(Re) constituting the cosmology and sociocultural institutions of Òyó Yourùbá. Articulating the Yourùbá world-sense" in Oyèrónké Oyewùmí (org) African gender studies: a reader. New York; Hampshire: Palgrave Macmillan,99-119.
- PEREIRA, Charmaine (2005), "Domesticating women?: gender, religion and the state in Nigeria under colonial and military rule", African Identities, 3,1, 69-94. (consult. 28 Dez. 2005). Disponível em www: <URL: http://www.jendajournal.com/vol1.1/ okome.html>.
- QUIJANO, Aníbal (2000), "Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina" in Eduardo Langer (org) La colonialidade del saber: eurocentrismo y ciências sociales. Buenos Aires: CLACSO, 201-246.
- RIBEIRO, Margarida Calafate (2004), Uma história de regressos: império, guerra colonial e pós-colonialismo. Porto: Edições Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2001), Globalização fatalidade ou utopia? Porto: Edicões Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2002), "Entre próspero e caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade", in Maria Irene Ramalho; António Sousa Ribeiro (orgs), Entre ser e estar: raízes, percursos e discursos da identidade. Porto: Edições Afrontamento, 23-85.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2003), "O Estado heterogéneo e o pluralismo jurídico" in Boaventura de Sousa Santos; João Carlos Trindade (orgs), Conflito e transformação social: uma paisagem das justiças em Moçambique. Porto: Edições Afrontamento, I, 47-95.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, (2004), "Do pós-moderno ao pós-colonial: e para além de um e outro in CONFERÊNCIA DE ABERTURA DO VIII CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, Coimbra, 2004. Coimbra: CES, 2004. Disponível em www: <URL: http://www.ces.uc.pt/misc/Do pos-moderno ao pos-colonial.pdf>.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2006) A gramática do tempo: para uma nova cultura política. Porto: Edições Afrontamento.



- SANTOS, Boaventura de Sousa; Maria Paula Meneses (orgs) (2009), Epistemologias do Sul. Coimbra: Edições Almedina.
- SHIVA, Vandana (2000), "Recursos Naturais" in Wolfgang Sachs (org), Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Editora Vozes, 300-316.
- SHIVA, Vandana; MIES, Maria (1993), Ecofeminismo. Lisboa: Instituto Piaget.
- SILVA, Terezinha da (2003), "Violência doméstica: factos e discursos" in Boaventura de Sousa Santos; João Carlos Trindade (orgs), Conflito e transformação social: uma paisagem das justiças em Moçambique. Porto: Edições Afrontamento, II, 143-164.
- SPIVAK, Gayatri (1999), A critique of postcolonial reason: toward a history of the vanishing present. London: Harvard University Press.
- SPIVAK, Gayatri (1996), "Introduction: reading Spivak" in Maclean Landry (org) The Spivak reader. New York: Routledge.
- TOURE, Maréma (s.d.) "La recherche sur le genre en Afrique: quelques aspects épistemologiques, théoriques et culturels" (consult. 16 Fev. 2006). Disponível em www: <URL: http://www.codesria.org/Links/conference/gender/TOURE.pdf>.
- UFOMATA, Titi (2002), "Women in Africa: their socio-political and economic roles", West Africa Review, 2, 1 (consult. 28 Dez. 2005). Disponível em www: <URL: http://www.westafricareview.com/vol2.1/ufomata.html>.
- WIREDU, Kwasi (2003), "L'ancrage de la pensée africaine et les conditions du dialogue interculturel", Revue Alternatives Sud: Pour une pensée africaine émancipatrice, 10, 4, 49-60.

CAPÍTULO 2: SILÊNCIOS DA VIOLÊNCIA ARMADA: MULHERES E ARMAS DE FOGO¹

Tatiana Moura² Rita Santos³

Resumo

Apesar de jovens do sexo feminino e mulheres não constituírem a maioria das vítimas (directas) das armas de fogo, são afectadas desproporcionalmente, de várias formas. No entanto, as tentativas de entendimento e de resposta imediata ao número de mortos e feridos tanto em cenários de guerra declarada como em cenários com elevados índices de violência armada urbana têm secundarizado e silenciado estas formas (não menos importantes) de violência armada e os seus impactos na vida de diversos sectores da sociedade. Através de uma abordagem que privilegia a análise de espirais de violência(s) para além de cenários considerados como guerra oficial, e tendo por base os contextos brasileiro (mais especificamente, a cidade do Rio de Janeiro) e português, pretende-se (1) desocultar fenómenos violentos que ocorrem a uma escala mais micro, chamando a atenção para a necessidade de complexificar as abordagens à insegurança e criminalidade com armas de fogo e revelando a totalidade dos custos humanos das armas de fogo (directos e indirectos); e (2) demonstrar a ineficácia da separação analítica e política entre violência armada na esfera privada e pública, adoptando a categoria de género como lente conceptual fundamental e não secundária na análise da violência armada.

Palavras-chave: armas de fogo, violência(s) contra as mulheres, inseguranças, resistências.

Este artigo sintetiza os principais resultados dos projectos de investigação "Violência e armas ligeiras: um retrato português" (2007-2010), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, Portugal, e do projecto "Mulheres e meninas em contextos de violência armada. Um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro" (2005-2006), Fundação Ford.

Tatiana Moura é investigadora permanente do Centro de Estudos Sociais, coordenadora do Observatório sobre Género e Violência Armada (OGiVA) e co-coordenadora do Núcleo de Humanidades, Migrações e Estudos para a Paz.

Rita Santos é investigadora júnior do Centro de Estudos Sociais, do Núcleo de Humanidades, Migrações e Estudos para a Paz e do Observatório sobre Género e Violência Armada (OGiVA).



Introdução

Pese embora a heterogeneidade dos pensamentos feministas, as análises feministas sobre violências, (in)segurança e paz convergiram na desocultação das violências interpessoais e das suas articulações com outras práticas violentas manifestas a diferentes escalas (nacional e global). Não apresentando um corpo fechado de conceitos e abordagens para a paz, partilham ainda referências comuns a nível propositivo, como é o caso do conceito de segurança intersubjectiva ou micro. Partindo destes pressupostos, pretende-se analisar os traços marcantes e inovadores da proposta feminista de segurança que, ao adoptar o nível de análise microssocial, põe em destaque as práticas quotidianas de violência (e, portanto, de inseguranças), e das resistências que contra elas se desenvolvem. Para isso, num primeiro momento, anali-

nas de violência (e, portanto, de inseguranças), e das resistências que contra elas se desenvolvem. Para isso, num primeiro momento, analisar-se-ão alguns elementos-chave da denúncia feminista do carácter androcêntrico dos Estudos da Segurança. Seguidamente, examinar-se-ão os principais conceitos e abordagens introduzidos pelas perspectivas feministas, dando destaque às noções de *continuum* ou espirais de violências e segurança de proximidade. Por fim, serão identificadas e analisadas as principais características da investigação sobre violência armada e respectivos silêncios no Brasil e em Portugal.

1. A crítica feminista dos Estudos sobre Segurança: o patriarcado como "sistema de guerra"

As perspectivas feministas chegaram ao terreno das Relações Internacionais (R.I.) e dos Estudos sobre Segurança como propostas desafiadoras do seu corpo teórico tradicional, assumindo-se, em grande medida, como veiculadoras de um discurso crítico e desconstrutor da agenda da disciplina.

O elemento comum a toda a actividade de denúncia feminista é a defesa de que o objecto, as metodologias e os posicionamentos dominantes das R.I. são reflexo de uma visão dominante masculina, conotada com um certo tipo de masculinidade e que precisam de ser escrutinados de perto, de forma a suplantar a noção, também ela dominante,



de que são campos neutrais em termos de construções sexuais (Grant, 1991: 9).

No texto "Man, the State and War – gendered perspectives on national security", J. Ann Tickner (1991) atenta sobre estes "factos" das R.I. com um olhar sensível às construções com base no sexo, concluindo que todos revelam ser faces de uma mesma moeda: o patriarcado. As concepções vigentes de Estado, segurança e paz surgem como expressões redutoras e perpetuadoras de uma ordem assente na desigualdade (e não na diferença) entre sexos. O entendimento unitário e racional de Estado e das funções prioritárias que lhe são reconhecidas, como a preservação da inviolabilidade do território, ou o "dilema de segurança" e o próprio conceito de segurança nacional que lhe é associado denotam a transposição de traços masculinos, concretamente características associadas a uma masculinidade dominante⁴ (como a competitividade, autonomia e desconfiança) para uma escala macro.

O ponto de partida das análises feministas das R.I. (agenda, conceitos e abordagens) é precisamente a análise do processo de atribuição de papéis sociais diferenciados em função do sexo, que tende a subalternizar as mulheres e as suas experiências, procurando perceber o peso que têm na consolidação e perpetuação de uma cultura de violência ou "sistema de guerra" (Reardon, 1985). Para Betty Reardon, a estrutura de poder patriarcal é entendida como "a parte central da estrutura conceptual que determina virtualmente toda a acção humana, tanto pública, como privada" (1985: 15), através da imposição de papéis sexualmente definidos e hierarquizados entre si, cimentando e naturalizando relações de poder válidas tanto em contextos de guerra como em contextos de paz.

Por conseguinte, os estereótipos 'homens e violência' e 'homens responsáveis pela paz formal' traduzem o entendimento privilegiado do sistema patriarcal face ao papel que o homem tem (ou deve ter) na con-

^{4.} O patriarcado assenta em valores e pressupostos ligados a uma concepção particular de masculinidade, a masculinidade hegemónica, não sendo correcto falar de valores masculinos, por si só. A masculinidade, tal como a feminilidade, como ressalta Pettman (1996: 94), é uma construção social e cultural. A noção de masculinidade subjacente ao sistema patriarcal é a hegemónica, pelo que este sistema não subalterniza apenas as mulheres e as características femininas, como também distingue entre masculinidade máscula, de primeira classe e masculinidade de segunda classe, os "homens inferiores".



dução e realização da guerra em nome dos/das desprotegidos/as e no delineamento de fins negociados para os conflitos, onde se reestruturam as relações de poder e se definem novas prioridades. Adicionalmente, a associação 'mulheres e paz' coaduna-se igualmente com a condição de subordinação das mulheres enfatizada pelo patriarcado, construindo-se por via da percepção de que as mulheres são construtoras inatas da paz, em detrimento da sua capacidade de mobilização efectiva. Para além disso, surge também o estereotipo 'mulheres enquanto vítimas', que decorre igualmente da divisão de papéis resultante do sistema patriarcal e do entendimento da dependência da mulher face ao homem (dialéctica homem-cidadão/mulher-dependente).

Estas representações sexuadas e estereotipadas tornam possíveis actos de violência "privada", bem como actos de violência organizada, socorrendo-se de mitos legitimadores, como os da predisposição genética da mulher para a paz, ou o da visão romantizada da guerra (Enloe, 2000) e o mito da masculinidade hegemónica (Tickner, 1992; Goldstein, 2001). Mitos estes que, por sua vez, a violência e a guerra reproduzem e reforçam. Transversal a estes estereótipos está a divisão tradicional dos espaços de movimentação e responsabilidade de homens e mulheres. Ao homem está reservada, por tradição, a responsabilidade de zelar pela comunidade e pela família no espaço público, através da participação política e da actividade laboral, respectivamente, e também na esfera internacional, nomeadamente através da mobilização militar. À mulher, por defeito, está reservada a tarefa de cuidar da esfera doméstica, espaço subordinado da arena pública.

Na sequência desta masculinização da guerra e da violência e feminização da paz, algumas abordagens feministas têm alertado para os perigos de uma agenda de investigação para a paz imbuída de conceitos de violência, paz e segurança também masculinos, redutores e autoperpetuadores de uma ordem assente na desigualdade entre sexos. Segundo Caroline Moser e Fiona Clark (2001), esta realidade encerra dois perigos: o primeiro relaciona-se com o posicionamento alheado, e já tradicional, dos investigadores e estudiosos em geral face às representações sociais dos sexos; o segundo prende-se com a percepção errada ou a construção estereotipada dos papéis desempenhados por mulheres e homens em contextos de conflitos violentos.



2. Segurança feminista: da segurança nacional às inseguranças individuais

O paradigma realista de análise das Relações Internacionais advoga que num mundo anárquico de Estados soberanos, que defendem os seus interesses, a guerra é sempre uma possibilidade. Como tal, e perante as ameaças externas, a estratégia mais adequada para Morgenthau (1967) é a da acumulação de poder como forma de garante da segurança nacional, definida em termos militares. Esta equivalência da segurança nacional à capacidade militar passa pela protecção das fronteiras e integridade do Estado perante um ambiente internacional que é, na sua essência, hostil, por se caracterizar por uma constante busca de poder por parte de Estados soberanos (que conduz necessariamente ao aumento da insegurança estatal).

No entanto, nos chamados "anos dourados" dos estudos tradicionais sobre segurança, que terminaram em meados dos anos 60 (Walt, 1991), e com a noção de que as guerras nucleares seriam demasiado perigosas, a segurança e a estabilidade passaram a ser definidas enquanto equilíbrio de poder no sistema internacional. O neo-realismo, ou realismo estrutural de Waltz, conferiu uma base teórica sólida para esta apologia do equilíbrio de poder como fundamento precário da segurança. Num mundo anárquico, a cooperação mútua serviria o interesse comum; mas dada a ambição política e o egoísmo inerentes à natureza humana, a guerra é inevitável (Tickner, 2001).

Aqui reside precisamente o clássico dilema de segurança: perante a incerteza do comportamento dos (outros) Estados, procura-se a protecção, recorrendo ao armamento – segurança militar(izada); mas na medida em que este é um acto que pode ameaçar a segurança de outros Estados, instala-se a motivação para um círculo vicioso que pode deflagrar em guerra a qualquer momento (Waltz, 1979 in Tickner, 1992: 31).

O final da Guerra Fria e a emergência ou maior visibilidade de 'novos' riscos – como a degradação ecológica, a proliferação de armas ligeiras ou as novas guerras, que ocorrem maioritariamente dentro e não entre Estados – vieram reforçar a necessidade de abertura da agenda limitada e estatocêntrica da segurança. Aos estudos tradicionais sobre segu-



rança começaram a contrapôr-se os estudos críticos sobre segurança, que consideravam não ser possível incluir questões cruciais para o entendimento da segurança a partir de uma epistemologia positivista-racionalista, ou numa ontologia baseada em actores racionais instrumentalizados num mundo estatocêntrico (Tickner, 2001: 45).

Ou seja, a proposta foi a de substituir o individualismo abstracto pela análise de identidades e culturas dos Estados, que estão em constante mudança. Mas os estudos críticos sobre segurança não advogam apenas a ampliação da agenda. Ken Booth (1991) recusa a definição da política baseada na centralidade do Estado e da sua soberania, defendendo que os Estados são eles próprios, muitas vezes, fontes de inseguranças. Propõe, antes, que os indivíduos sejam os objectos da segurança, abrindo a possibilidade de falar de uma comunidade humana transcendente com preocupações comuns globais, maximizando a segurança.

De alguma forma, a Carta das Nações Unidas constituiu um marco de viragem, ou de início de transição, rumo a um entendimento da segurança contrastante com o conceito tradicional exposto. Mas se, por um lado, não se pode ignorar a articulação que este novo entendimento estabelece entre paz e cumprimento de metas sociais e económicas, como o desenvolvimento internacional equitativo ou o respeito universal pelos direitos humanos, por outro lado, porém, é manifesta a subalternização desta arquitectura de paz positiva em relação à preocupação central da Carta que é, efectivamente, a de manutenção da paz e da segurança de acordo com uma perspectiva político-militar tradicional, em que a integridade territorial e a independência política de cada Estado constituem objectivos absolutamente prioritários.

Na década de 70, Olof Palme propôs uma nova abordagem ao conceito de segurança, no Relatório da Comissão Independente sobre Questões de Desarmamento e Segurança (conhecido por Relatório Palme): a segurança entendida em termos de sobrevivência conjunta e não de destruição mútua, entendida enquanto segurança comum, denunciando as contradições entre a segurança militar dos Estados e o bem-estar económico dos seus cidadãos e cidadãs e salientando a noção de interdependência global.

No mesmo sentido, o relatório da Comissão sobre a Governação Global



(1995: 79) defende que as fronteiras dos Estados se têm vindo a tornar cada vez mais ilusórias, e que a insegurança individual tem vindo a aumentar, em resultado de novos riscos, como a destruição ambiental ou a violação de direitos humanos. Estas inseguranças e a necessidade de novas soluções, ignoradas pela abordagem estatocêntrica, e que resultam de aspectos essenciais da interdependência ecológica, económica, entre outras, conduziram ao aparecimento de novos conceitos, como o de segurança humana (ibid.: 80).

Este novo conceito de segurança, que tem como preocupação central a dignidade humana, foi popularizado pelo Relatório sobre Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 1994. Este Relatório considera a (in)segurança humana como a soma de um conjunto de (in)seguranças: económica, alimentar, na saúde, ambiental, pessoal, colectiva e política, que são sentidas quotidianamente:

Para a maioria das pessoas o sentimento de insegurança resulta mais dos receios vividos na vida quotidiana do que de um acontecimento apocalíptico mundial (PNUD, 1994: 229).

No entanto, as propostas de segurança comum e de segurança humana constituem apenas um passo da transformação pretendida pelas análises feministas, na medida em que os conceitos que propõem situam-se ainda numa lógica tendencialmente macrossocial, e não questionam as relações sociais de poder que geram inseguranças.

Por isso mesmo as e os feministas começaram a questionar quem ou o quê deve ser o objecto e sujeito de segurança, que níveis de análise se favorecem e quem ou o quê constitui uma ameaça à segurança. O nível de análise microssocial, introduzido pela crítica feminista das Relações Internacionais, veio reforçar a visibilidade da ineficácia deste modelo de segurança tradicional, que vê no poder militar o instrumento privilegiado para manter a ordem mundial hierárquica num sistema exclusivamente estatocêntrico.

Com base na constatação de que um dos factores estruturais e culturais das violências é o sistema patriarcal, e partindo da análise concreta das violências sofridas pelas mulheres e outros grupos subalternizados.



as feministas estabelecem um *continuum*, espirais ou permanências entre as várias práticas de violência e injustiça existentes (violência doméstica, armada, social, económica, etc.) (Moser, 2001). Deste modo, questionam-se os conceitos tradicionais de guerra e paz, que se revelam artificiais e redutores, e expõem-se as suas perversidades: estes conceitos negligenciam violências de ordem estrutural e cultural, que operam no longo-prazo e que estão na base de muitas das expressões violentas de larga-escala, naturalizando assim violências micro, sentidas na esfera interpessoal (não exclusivamente por mulheres, mas sobretudo por elas) e comuns a escala global, que constituem um dos eixos de alimentação de novas espirais de violência.

Perfilhando esta linha de argumentação, algumas correntes feministas, alinhadas com as abordagens do feminismo da diferenca e o feminismo pós-estruturalista, têm contestado a separação analítica estabelecida entre contextos de guerra declarada e outras práticas violentas, que ocorrem em contextos formais de paz, realçando que a sua relação não é de oposição, mas sim de conexão (Scheper-Hughes, 1997; Moser, 2001). Um dos exemplos das falsas dicotomias expostas pelas feministas diz respeito a fenómenos de hiperconcentração territorial de violência armada em cenários mais amplos de paz formal (Pureza e Moura, 2005; Moura, 2005). Ao chamar a atenção para a proximidade e conexões que estas expressões de violência de ordem micro mantêm com os teatros de guerra convencionais a nível internacional, nomeadamente em termos de actores e vítimas da violência, factores de mobilização, estratégias de guerra e formas de financiamento, estes investigadores desconstroem a base conceptual de análise da violência, superando o seu cariz dicotómico e excludente, e dão conta dos efeitos da sua inadequação em termos de formulação de alternativas à violência (Pureza e Moura, 2005; Moura, 2005; Moura, 2007).

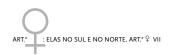
Com base neste diagnóstico acerca da origem e disseminação das várias formas de violências, a pertinência das respostas tradicionais de contenção das mesmas, materializadas nos conceitos de segurança nacional (na esfera macro, internacional) e pública (na esfera meso, nacional), são também questionadas. Para o feminismo, o paradigma de segurança estatocêntrico não só não pressupõe a eliminação de violência como a eterniza, já que a sua

[...] hiperconcentração na segurança entre Estados põe entre parênteses a insegurança interpessoal que se reforça e perpetua de acordo com padrões culturais enraizados (Pureza e Moura, 2004).

As abordagens feministas desafiam, assim, a dicotomia público/privado e denunciam as inseguranças que daí derivam, ocultadas pelo paradigma estatocêntrico da segurança nacional (Pettman, 1996), e propõem um conceito de segurança, mais abrangente, que responda às várias esferas de manifestação das violências e que dê resposta ao novo sujeito da segurança – o cidadão e a cidadã.

Um dos conceitos de segurança proposto pela investigação feminista é o de "segurança de proximidade" (Moura, 2004), que assume uma natureza multidimensional (dimensões económica, social, cultural e militar) e multiescalas (níveis macro, formal e micro, informal) (Tickner, 2001), proporcional à expansão do conceito das violências.

Em síntese, adoptando esta abordagem feminista, pretendemos, em seguida, dar visibilidade aos mecanismos produtores de violências e insegurancas e suas expressões ao nível macro e microssocial (por exemplo, na esfera doméstica), recusando a dicotomia formal entre guerra e paz (e, por consequência, entre violências – expressões, actores e espacos – a ter em conta e violências "menores") e expondo as continuidades entre fontes e práticas de violência (e insegurança) interescalas (individual-internacional). Pretendemos ainda chamar a atencão para os perigos de reprodução de abordagens dicotómicas que pautam, por vezes, as análises dominantes sobre violência armada em contextos de paz, que teimam em estabelecer ordens hierárquicas entre público/privado, directo/indirecto, formal/informal, etc., colocando, de um lado, expressões das armas de fogo que são objecto de políticas de segurança pública e de maior atenção e, do outro, expressões mais micro e menos directas que, ao serem subalternizadas, perpetuam ciclos viciosos desta violência, não permitindo encontrar formas mais eficazes de combate à mesma



3. Inseguranças esquecidas: o impacto das armas de fogo na vida das mulheres. Os casos do Brasil e de Portugal

As violências resultantes da disseminação e uso de armas ligeiras têm sido analisadas de forma isolada, distinguindo a violência armada que tem lugar em contextos de conflito armado da que afecta sociedades em tempo de paz (Cukier e Sidel, 2005). Este tipo de análise teve consequências: o primeiro cenário foi e tem sido designado como guerra e o segundo como crime. E esta incapacidade em entender os continuuns que unem ou aproximam estas violências (Pureza e Moura, 2005) justifica o facto de os dois contextos serem estudados por áreas disciplinares distintas: as violências (armadas) em cenários de paz são estudadas pela sociologia urbana e pela criminologia (em Portugal, ver Lourenço e Lisboa, 1993; 1999; Lourenco et al., 2000; no Brasil, ver Zaluar, 1996; 1999; 2000; 2002), enquanto as violências que ocorrem em contextos de guerra declarada são estudadas pelas Relações Internacionais (Gurr, 1968; Kaldor, 1999; Collier e Hoeffler, 2000). No entanto, estas duas perspectivas podem e devem ser combinadas, de forma a analisar cenários híbridos que desafiam as categorias de guerra e de paz.

No Brasil, assim como em Portugal, as áreas de investigação e intervenção sobre violência urbana e sobre violências com base no sexo têm estado separadas: tendencialmente, o campo feminista ocupa-se da violência praticada contra as mulheres, em específico da violência doméstica, privada, conferindo pouca atenção a outras articulações com o universo da segurança pública (ver, no caso português, Lisboa et al., 2003, 2005, 2006; Nélson et al., 1993, 1999; Dias, 2007; Silva, 1992; Chauí, 1999; Grossi e Porto, 2005, no caso brasileiro). Por outro lado, os investigadores e activistas nas áreas da segurança e criminalidade têm marginalizado sistematicamente as questões de género (Ferreira, 1998; Cunha, 2002; Cabral, 2007, no caso português; e Zaluar, 1994, 1996. 1999, 2000, 2002; Paixão e Beato, 1997; Silva, 1999; no caso brasileiro). Esta abordagem incompleta tem originado uma redução dos horizontes de análise e de intervenção, na medida em que, nos dois casos, se perde justamente o aspecto relacional em que se ancoram as violências, ou seja, as interacções entre masculinidades e feminilidades. Actualmente, existem cerca de 875 milhões de armas ligeiras no mundo, 75% das quais em posse privada (Small Arms Survey, 2008). Estas armas de fogo vitimam, diariamente, em todo o mundo, cerca de mil pessoas. Dessas mortes, apenas 25% se registam em contextos de guerra ou conflito armado. Ou seja, por ano, no mundo, 250 mil pessoas são vitimadas de forma fatal por armas de fogo em cenários de paz institucionalizada (Geneva Declaration, 2009).

Perante este cenário global, torna-se essencial uma análise com base nos diferentes papéis sexuais para compreender os efeitos diferenciados da violência e as suas causas, quer em contextos de guerra quer em contextos de paz, e particularmente no que diz respeito à disseminação de armas de fogo, transversal a ambos os cenários.

Apesar de mulheres e jovens do sexo feminino não constituírem a maioria das vítimas (directas) das armas de fogo – no mundo, 90% dos que morrem e matam com armas de fogo são homens e jovens do sexo masculino (Cukier e Sidel, 2005) -, são afectadas desproporcionalmente e de várias formas. Além disso, há que ter em conta que algumas formas de violência armada dirigida a mulheres são distintas das que afectam majoritariamente homens, e vão além dos efeitos majo visíveis. Na verdade, vários estudos sobre violência armada têm chamado a atenção para o papel que estas armas têm desempenhado na perpetração de violência contra mulheres, quer em casa, quer em espaços públicos (Hemenway et al., 2002; Wintermute et al., 2003; Vetten, 2006; Moura, 2007). Contrariamente ao senso comum, estes estudos revelam que as armas de fogo são particularmente perigosas quando presentes no contexto privado, independentemente de quem é o proprietário da arma, da sua (i)legalidade e das suas motivações (protecção, defesa, desporto).

Em 2003, um estudo norte-americano concluiu que a presença de armas de fogo em casa aumentava as taxas de mortalidade em 41%, triplicando os riscos a que as mulheres estavam sujeitas (Wiebe, 2003). Em França, onde existem cerca de 20 armas para cada 100 pessoas, uma em cada três mulheres assassinadas pelo seu marido, é atingida mortalmente com um tiro (Henrion Report, 2001). Números semelhantes se verificam na Noruega e na Suíça. No primeiro caso, desde 2000, morreram 80 mulheres às mãos de companheiros (actuais ou ex), sendo que as armas de fogo foram usadas em 1/3 dessas mortes



(IANSA, 2009). Na Suíça, entre 2000 e 2004, foram mortas 859 mulheres assassinadas em incidentes domésticos, 365 das quais agredidas com uma arma de fogo (Office fédéral de la statistique OFS, 2006). No Reino Unido, as estatísticas de homicídio em contexto familiar demonstram que cerca de 1/3 das mortes causadas por armas de fogo foram cometidas com armas legais (IANSA, 2009). Já no Canadá, apurou-se que na maioria dos incidentes domésticos dos quais resultou homicídio armado, 80% das mortes foram provocadas por armas de fogo legais (Kwing Hung, 2000).

Mas justamente por não serem a maioria das vítimas directas das armas de fogo, as mulheres são, regra geral, quem sobrevive e quem lida com os impactos socioeconómicos e emocionais desta violência, cabendo-lhes a tarefa de cuidar das vidas destruídas pela disseminação e uso de armas de fogo (Moura, 2007).

3.1. O caso do Rio de Janeiro

A população brasileira constitui 2,8% da população mundial, mas no país registaram-se, ao longo dos anos 90, entre 9% e 13% das mortes provocadas por armas de fogo registadas no mundo. Entre 1991 e 2002 cerca de 90 mil pessoas foram mortas com armas de fogo (ISER, 2005). O Rio de Janeiro conta hoje com uma das taxas de homicídio mais elevadas do mundo. A taxa de mortalidade por arma de fogo entre a população do sexo masculino é quase 17 vezes superior à verificada entre o sexo feminino. São os jovens do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 14 e os 29 anos, negros, de classes sociais marginalizadas, os que mais matam e mais morrem com armas de fogo (Moura, 2007). O retrato visível da violência armada no Rio de Janeiro é bem conhecido a nível internacional: as manifestações e práticas públicas de violência, ou seja, os conflitos armados que ocorrem no Rio de Janeiro, protagonizados por facções do tráfico, uma presença armada constante nas comunidades dominadas, e pela polícia. No entanto, esta extrema visibilidade da violência armada na cidade é feita à custa do silenciamento de outras violências armadas, menos visíveis, mais micro, e da marginalização de propostas de resistências às violências e de desmilitarização (novíssimas pazes).



Os dados estatísticos existentes no Brasil (Ministério da Saúde⁵ e criminais) permitem-nos analisar os impactos directos e visíveis da violência armada no Rio de Janeiro, ou seja, as mortes e ferimentos por armas de fogo. No entanto, a apresentação destes dados, muitas vezes feita em termos comparativos, tem sido utilizada para mostrar que mulheres e jovens do sexo feminino pouco são afectadas pela violência armada no Brasil: os homens constituem a maioria das mortes por armas de fogo (91%) e das hospitalizações resultantes de ferimentos com estas mesmas armas (90%), segundo dados do Ministério da Saúde de 2004.

Esta comparação tem uma dupla consequência: por um lado, marginaliza as especificidades dos impactos directos das armas de fogo na vida de mulheres e jovens do sexo feminino; por outro lado, dá-nos apenas uma visão parcial sobre os verdadeiros impactos da violência armada na vida destes grupos, que pode ir muito além das mortes e ferimentos. Falamos da utilização da arma de fogo como instrumento de ameaça, em contextos de relações de poder já desiguais, e em particular em situações de violência intrafamiliar.

Um dos poucos estudos existentes centrados especificamente na *mortalidade feminina* mostra que, no Brasil, as taxas de mortalidade por causas externas aumentaram, no período compreendido entre 1979 e 1999 (Reis *et al.*, 2001). O acréscimo deveu-se, em particular, ao aumento do número de homicídios, já que outros tipos de mortes violentas (acidentes de trânsito, quedas, afogamento, suicídios e lesões ignoradas) pouco aumentaram ou diminuíram, neste período.

Em 1999, e ainda de acordo com a mesma pesquisa, as armas de fogo foram o instrumento utilizado na maioria (50,1%) dos homicídios de mulheres. Ou seja, foram mortas mais mulheres com armas de fogo do que em resultado de todos os outros métodos de homicídio reunidos (estrangulamento, objecto cortante, agressões físicas, etc.). A faixa etária mais afectada por mortes com armas de fogo foi a de 10 – 19 anos, seguida da de 20 – 29 anos.

^{5.} Os dados estão desagregados por sexo e revelam as taxas de morte e de hospitalização por idade, local, causa de morte ou ferimentos, instrumento usado e outras variáveis. Os dados são recolhidos pelo Ministério da Saúde em dois sistemas, o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e o Sistema de Informações sobre Hospitalizações (SIH).



Já em 2002, no Brasil, 42% das mulheres vítimas de homicídios foram mortas com armas de fogo (ISER, com Datasus/Ministério de Saúde, 2004). Focando apenas nas capitais brasileiras, essa percentagem sobe para 44,4% (Idem). Em 2004, a taxa de mortalidade feminina por armas de fogo na cidade do Rio de Janeiro foi de 4,8 por 100.000 habitantes – quase o dobro da taxa nacional feminina (2,5 por 100.000 habitantes). O Rio tem a sexta taxa mais elevada de mortalidade feminina por armas de fogo, logo depois de Recife, Vitória, Belo Horizonte, Cuiabá e Florianópolis (Ibidem).

Para muitas mulheres, o agressor é um conhecido. Mundialmente, 40% a 70% de homicídios de mulheres são cometidos pelo parceiro íntimo (OMS, 2002). O Rio de Janeiro não é excepção a esse padrão. Em homicídios e tentativas de homicídios com armas de fogo, mais da metade das mulheres vítimas (53%) conheciam seu agressor (ISER, 2005). E mais de um terço (37%) dessas mulheres tinha uma relação amorosa com seu agressor (*Idem*).

As manifestações mais visíveis da violência perpetrada com armas de fogo – as mortes e os ferimentos, ou os chamados impactos directos – constituem expressões extremas de um *continuum* de outras formas de violência, que têm sido secundarizadas nas análises sobre a violência armada (as suas formas, as suas vítimas e os seus actores) no Rio de Janeiro, e que afectam de forma específica mulheres e jovens do sexo feminino. Na verdade, entendemos que comportamentos violentos que são (hiper) visibilizados na esfera pública, e que captam grande parte da atenção e esforços dos decisores políticos e de políticas de segurança (pública), cruzam escalas e se manifestam, também, de forma violenta, a uma escala micro.

3.1.1. Arma de fogo como ameaça

Entre Setembro e Outubro de 2005 levámos a cabo uma pesquisa (Viva Rio, NEP-CES e CESeC) em oito das nove Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher do Rio de Janeiro, na qual foram preenchidos 615 questionários, espontaneamente, por mulheres denunciantes de violência. Entre as denunciantes que sabiam que o agressor tinha uma arma de fogo e as que afirmaram não saber, 68,5% responderam que já tinham sido



ameaçadas de alguma forma com a arma. 73% referiram que a presença da arma as impedia de reagir física ou verbalmente à violência, sendo que 68% afirmaram que gostariam de por um fim na relação com o agressor, mas que não o faziam porque temiam ser agredidas com a arma.

Relevante é também a percentagem de denunciantes que afirmou não saber se o parceiro íntimo tinha uma arma em casa (24,6%). Não saber significa ter que lidar com essa dúvida e, portanto, com a eminência da descoberta da sua existência. E significa que, acima de tudo, para manter e perpetuar uma relação de dominação e de poder, a arma não tem necessariamente que ser usada, ou mesmo vista.

Reconhecer e colocar no centro das prioridades e da agenda pública este problema significa ter em conta inseguranças reais que, apesar de menos visíveis, pela sua escala e actores, são sentidas por uma elevada percentagem da sociedade carioca, brasileira e mundial.

3.1.2. Além da destruição dos corpos: sobreviventes da violência armada

Segundo dados de uma pesquisa recente (Soares *et al.*, 2006) estima-se que entre 1979 e 2000, cerca de 300 a 600 mil pessoas tenham sobrevivido à violência, no Rio de Janeiro. Ou seja, os impactos da violência armada não são somente sentidos por aqueles envolvidos directamente no acto violento, indo muito além de estatísticas oficiais sobre mortes e ferimentos com armas de fogo, reveladores dos impactos mais directos dessa violência. Nas espirais e *continuuns* da violência armada que se manifestam internacionalmente e que se expressam de forma localizada no Rio de Janeiro, aquele(a) que morre não constitui a única vítima (Moura, 2007).

Trata-se sobretudo de familiares e amigos de vítimas directas da violência, que sofrem impactos diferenciados ao nível físico, psicológico, social e económico. Para além do trauma de perder um ente querido e de viver quotidianamente com a violência e os seus efeitos, estes sobreviventes, ou melhor, estas sobreviventes (uma vez que são as mães, irmãs e companheiras de vítimas e mais raramente pais, irmãos e companheiros que se dedicam a esta tarefa) têm ainda de enfrentar a inoperância do sistema judicial e a inexistência de redes de instituições sociais de apoio.



Assim, o incidente traumático não encerra o sofrimento em si, impondo limitações e alterando a vida dos sobreviventes. Superar a perda, enfrentar a nova vida, transformar a dor e o luto em coragem e perseverança, acaba por ser um esforço individual e solitário.

Alguns impactos menos visíveis:

Ocorrência de distúrbios psicológicos. As pessoas que passam por experiências traumáticas provocadas pela violência urbana, como é o caso de familiares de vítimas de homicídio armado, sofrem um maior impacto do que aqueles vividos por pessoas que passaram por catástrofes naturais. Com o aumento dos índices de violência e criminalidade na cidade do Rio de Janeiro, a população carioca é obrigada a conviver diariamente com ameças e mortes por arma de fogo. E estas violências, de forma directa e indirecta, são vivenciadas como experiências traumáticas e, portanto, factores com potencial para desencadearem patologias psicológicas. Assim, impactos psicológicos como os vivenciados pelo grupo de mães de vítimas de chacinas que acompanhamos⁶, nomeadamente insónias, ansiedade, medo, persistência de reacções de ódio ou nostalgia muito profunda, são exemplos de reacções que esses familiares passaram a experienciar depois do incidente traumático.

Impactos na saúde física, muitos decorrentes do sofrimento psicológico. A maioria dos casos relatados destaca doenças cardiovasculares, mas foram encontradas, ainda, doenças do sistema respiratório, sistema nervoso, aparelho digestivo, entre outros. A hipertensão arterial, identificada pela maioria das mães como simplesmente "pressão alta", é quase uma metáfora das dificuldades e do sofrimento que passaram após o trauma.

Impactos sociais e económicos. Muitas famílias vêem as suas estruturas abaladas após a perda de um ente querido. Para além da necessidade de

^{6.} Projecto "Sobreviventes da violência armada", uma parceria entre o NEP/CES e o CESeC/Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, que se traduz por um curso de Promotoras Legais Populares para familiares de vítimas, uma rede de apoio psicossocial e uma rede de apoio jurídico para os elementos deste grupo, constituído, na grande maioria, por mulheres.

reconstrução de suas vidas, ainda resta o cuidado dos que ficam. É importante recordar que é às mulheres, especialmente às mães, que são atribuídos papéis sociais relacionados com o cuidado. Assim, além de lidar com a sua própria dor, sobra-lhes a tarefa de ajudar o núcleo familiar a reerguer-se e a superar os sentimentos de perda. Muitas vezes, as mortes ocorrem nas suas próprias casas ou nas proximidades, o que impõe uma dificuldade adicional na superação da perda. Uma das alternativas é mudar de casa e/ou de bairro, mas as dificuldades económicas nem sempre permitem esta opção. Muitos elementos da família vêem-se obrigados a modificar as suas vidas para ocupar este espaço, por exemplo, abandonando os estudos. Além disso, cuidar de pessoas feridas ou traumatizadas implica ter disponibilidade de tempo, o que significa, em muitos casos, deixar de trabalhar fora de casa.

Conviver com os agressores. Os assassinos podem viver na mesma localidade da vítima, o que obriga familiares a conviver com as pessoas responsáveis pela morte do seu ente querido. Em outros casos ainda, além de lidar com a perda, as famílias deparam-se com a necessidade de provar a inocência do parente assassinado, principalmente quando o assassinato foi perpetrado por agentes de segurança do Estado, que recorrem a mecanismos ilícitos para falsificar provas de envolvimento da vítima no tráfico de droga, amplamente conhecidos por moradores de áreas habitadas por pessoas pertencentes às classes sociais marginalizadas

Neste contexto emergiram, no Rio de Janeiro, associações e grupos de familiares de vítimas da violência armada, sobretudo grupos de mães, que procuram, inicialmente de modo individual, e posteriormente em termos colectivos, dar resposta às suas necessidades, sobretudo no campo da luta contra a impunidade. À semelhança de outros contextos de violência aberta e disseminada, como os cenários de violência política nos anos oitenta na América Latina, mas também em países como a Federação Russa e o Sri Lanka, familiares de vítimas de chacinas levadas a cabo por forças policiais, como a de Acari em 1990, Vigário Geral em 1993, Candelária, Borel em 2003, Via-Show, entre outras, têm-se organizado, constituindo grupos como as Mães de Acari, as



Mães de Vigário Geral, Mães do Borel e as Mães do Rio. Estes grupos, mais ou menos organizados, têm conduzido pesquisas, apresentado queixas, acompanhando a evolução dos inquéritos policiais e dos procedimentos judiciais.

O grupo de mães e familiares sobreviventes de chacinas do Rio de Janeiro é um exemplo desta militância colectiva. À semelhança das mães argentinas, salvadorenhas e guatemaltecas, o luto destas mulheres, a sua experiência subjectiva da violência, transformou-se, num primeiro momento espontaneamente, em desejo de luta. Os objectivos das suas lutas, designadamente a procura de justiça, dignidade e memória, são também comuns.

3.2. O caso de Portugal

No que diz respeito à violência contra mulheres, destacam-se, em Portugal, ao longo da última década, os estudos dos custos resultantes da violência exercida contras as mulheres (Lisboa et al., 2003; 2005; 2006). Apesar de valiosa na identificação de custos económicos, sociais e de saúde, a investigação realizada neste domínio em Portugal carece de uma análise específica sobre o papel das armas de fogo em situações de violência familiar. Na verdade, quando acautelada esta questão, as armas de fogo tendem a ser equacionadas de forma agregada às armas brancas, dificultando uma análise mais aprofundada deste factor de risco.

Os escassos dados existentes sobre incidentes de violência doméstica armada (Relatório Nacional de Segurança Interna, 2006; 2007; Direcção-Geral da Administração Interna, 2008) reproduzem ainda um outro viés: consideram apenas a vitimação directa por armas de fogo, negligenciando a utilização das armas de fogo enquanto instrumentos de intimidação e ameaça.

Além disso, na contabilização dos custos da violência contra as mulheres tendem a ser desvalorizados outros custos humanos da disseminação de armas de fogo (com a excepção da vitimação directa mortes e ferimentos), nomeadamente os que se prendem com os impactos indirectos da violência na vida das pessoas, como os emocionais (trauma) e os socioeconómicos.

Tendo por base o número de armas registadas em Portugal adiantado



pelo Departamento de Armas e Explosivos (DAE/PSP), estima-se que existam em Portugal cerca de 2,6 milhões de armas de fogo em posse civil, na sua maioria armas de caça. Destas, 1,4 milhões são legais (54%) e 1,2 milhões são ilegais (46%) (NEP, 2010).

Entre 2003 e 2008, morreram 985 pessoas vítimas de armas de fogo em Portugal (PJ, 2010), das quais 707 eram homens e 225 mulheres (86 % pertencentes ao sexo masculino e 24 % ao sexo feminino, sendo que 1619 ficaram feridas gravemente (NEP, 2010, com dados da Polícia Judiciária e Ministério da Saúde, 2009). Em termos globais, Portugal segue a tendência europeia no que diz respeito à mortalidade por arma de fogo, apresentando uma taxa de óbitos de 2,13 por 100.000 habitantes (OMS, 2002) e à mortalidade intencional, registando uma taxa de 1,2 homicídios, intencionais⁷, por cada 100.000 habitantes.

3.2.1. Armas de fogo e violência doméstica

Segundo os dados do Relatório Anual de Segurança Interna (2006: 149). foram utilizadas 66 armas de fogo em situações de violência doméstica (36 de defesa e 30 armas de caça), correspondendo a 1% do total de incidentes registados de violência doméstica (11 638) e 11% do total de ocorrências de violência doméstica envolvendo todo o tipo de armas (de fogo, brancas e outras) (617). Em 2007 o número de armas de fogo utilizadas nestas circunstâncias desceu para 49, tendo sido registados 30 casos de utilização de armas de fogo de defesa em situações de violência doméstica e 19 de armas de caça, perfazendo 0,7 % do total dos casos de violência doméstica (13 050) e 7% do total dos incidentes de violência doméstica registados com recurso a armas (696) (MAI, 2007: 206). Já em 2008, registaram-se 81 casos de utilização de armas de fogo em situações de violência doméstica, o que corresponde a 0,5% do total dos casos de violência doméstica reportados (17 648) e 37% do universo total de utilização de armas em situações de violência doméstica nesse ano (218) (MAI, 2009: 169).

De acordo com os mais recentes dados da Direcção-Geral da Adminis-



tração Interna sobre as ocorrências participadas à GNR e PSP (DGAI, 2010, 2009), 16,3% dos denunciados/as possuía e/ou utilizou arma no ano de 2009, valor semelhante aos apurados para 2008 (16,5%) e 2007 (15,7%). Porém, estes dados não nos permitem traçar ilações mais aprofundadas em relação à violência doméstica armada, permanecendo limitações na forma como os dados são recolhidos e divulgados⁸.

O trabalho levado a cabo pelo Observatório das Mulheres Assassinadas⁹, uma iniciativa da organização feminista UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta, merece especial relevo nesta análise. Desde 2004 que esta organização recolhe dados sobre mulheres assassinadas em consequência da violência contra as mulheres ou violência de género, levando a cabo uma análise do homicídio e tentativa de homicídio por violência de género noticiados na imprensa portuguesa.

Estes dados revelam uma realidade bem mais preocupante que a divulgada pelos Relatórios sobre as ocorrências participadas às Forças de Segurança: se entre 2007 e 2009 a GNR e a PSP registaram 33 mortes por violência doméstica (RASI 2007, 2008 e 2009; GNR, 2009), a recolha da UMAR aponta para 95 mulheres assassinadas pelo (ex) cônjuge, (ex) companheiro ou (ex) namorado em igual período. Mais ainda, desde que a ONG iniciou este projecto de recolha de dados sobre homicídio conjugal, em 2004, identificou já 250 casos de mulheres assassinadas.

^{8.} Actualmente, os escassos dados existentes sobre incidentes de violência doméstica armada (nomeadamente nos Relatórios Nacionais de Segurança Interna de 2006, 2007 e 2008, bem como nos da Direcção-Geral da Administração Interna, de 2008 e 2009 e 2010) consideram de forma agregada a vitimação directa por armas de fogo e utilização das armas de fogo enquanto instrumentos de intimidação e ameaça, não detalhando o universo das duas ocorrências de forma específica, em particular os homicídios realizados com armas de fogo em situação de violência doméstica e as agressões com recurso a uso e/ou ameaça com arma de fogo. Além disso, quando a temática é a posse e/ou utilização de arma, os dados constantes nos diversos relatórios oficiais não incorporam regularmente as participações efectuadas junto de todas forças de segurança: no caso dos RASIs constam apenas informações cuja fonte é a PSP (MAI, 2006: 149; MAI 2007: 204-206; MAI 2008: 169), ao passo que no caso dos Relatórios da Violência Doméstica da DGAI (2008 e 2009) os dados dizem respeito apenas à GNR, não sendo conhecidos os valores apurados pela PSP

De forma semelhante, a investigação académica realizada neste domínio (Lisboa et al., 2003; 2005; 2006; 2008), apesar de oferecer uma valiosa contribuição na identificação de custos económicos, sociais e de saúde, carece de uma análise específica sobre o papel das armas de fogo em situações de violência familiar. Na verdade, quando acautelada esta questão, as armas de fogo tendem a ser equacionadas de forma agregada às armas brancas.

http://www.umarfeminismos.org/index.php?option=com_content&view=article&id=90&Ite-mid=26

Em relação aos objectos usados pelos assassinos, no período de 5 anos foram identificadas 59 situações onde a imprensa faz referência ao uso de arma de fogo, tendo a organização identificado, nas listagens individuais de ocorrência, 28 armas de fogo curtas, 28 armas longas (caçadeiras) e 3 armas alteradas/modificadas (pistolas de armas e caçadeiras de canos cerrados¹⁰).

Daqui se depreende que em 24% dos casos identificados a arma de fogo foi a causa de morte, em 11% foi o uso de objectos cortantes, e nos restantes foram causas diversas (como estrangulamento, espancamento ou imolação) ou causas desconhecidas. Contrariamente ao que os dados das forças de segurança indicam, é superior o homicídio conjugal com recurso a armas de fogo que o que decorre do uso de armas brancas. Uma breve nota para salvaguardar que a UMAR apenas recolhe os dados que têm como consequência a morte de mulheres por (ex) parceiros, enquanto que os dados oficiais dizem respeito ao total de ocorrências. Ainda assim, infere-se o aumento do potencial de letalidade aquando do recurso a armas de fogo.

É importante recordar, todavia, que quer os dados oficiais, quer os dados do Observatório, captam apenas a realidade da vitimação directa de mulheres com armas de fogo, negligenciando o elemento intimidatório das armas de fogo.

Perante este facto, no âmbito do projecto "Violência e armas ligeiras: um retrato português" foi aplicado um inquérito a nível nacional para averiguar os impactos das armas de fogo na violência contra as mulheres, através dos Gabinetes de Apoio à Vítima da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) de Coimbra, Faro, Lisboa e Porto. No total, foram preenchidos 101 questionários, espontaneamente, por mulheres denunciantes de violência doméstica.

Das 101 mulheres que recorreram a esta Associação e que acederam responder ao questionário, 88% sente-se em perigo e 32% refere que o/a responsável pela agressão possui/tem acesso a armas/s de fogo. Relevante é também a percentagem de denunciantes que afirmou não saber se o parceiro íntimo tinha uma arma em casa (37%). Não saber sig-

^{10.} UMAR, <a href="http://www.umarfeminismos.org/index.php?option=com_content&view=article&id=90<emid=26">http://www.umarfeminismos.org/index.php?option=com_content&view=article&id=90<emid=26.



nifica ter que lidar com essa dúvida e, portanto, com a eminência da descoberta da sua existência. E significa que, acima de tudo, para manter e perpetuar uma relação de dominação e de poder, a arma não tem necessariamente que ser usada, ou mesmo vista.

Nas palavras de uma técnica da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima:

(...) Depois há aquelas pessoas que se queixam mesmo de já terem sido ameaçadas com armas de fogo. Às vezes eles não as ameaçaram mesmo com a arma apontando-a, mas disseram "eu mato-te com a caçadeira", "eu dou-te um tiro". Não é preciso que a arma esteja ali presente para que eles verbalizem a ameaça com a arma. (...) Aliás, há pessoas que se queixam de ameaça com arma de fogo e que os maridos não têm arma. No entanto, eles dizem "eu dou-te um tiro". E depois nós perguntamos: "mas ele tem armas?" e elas dizem "que eu saiba não, mas facilmente arranja". E podem não a obter, mas se esta ameaça é repetida, a simples dúvida... Fica-se na dúvida. Se calhar ele pode consegui-la. Há também esta noção de que não é difícil comprar uma arma ilegal. Depois também depende do contexto da pessoa. Se a pessoa se relaciona com pessoas que também poderão ter acesso fácil a esse tipo de material.

Através deste inquérito apurou-se que a ameaça do uso de arma é a forma de intimação mais comum, inclusivamente superior à exposição ou ao apontar da arma à vítima.

Conforme estudos e campanhas internacionais alertam (Saltzman, 1992; Vetten, 2006; IANSA, 2009), a presença (ou desconfiança da presença) de armas de fogo aumenta a probabilidade de serem usadas, e diminui a capacidade de reacção por parte de quem é ameaçado por armas. No inquérito aplicado alguns dados corroboram esta ideia: em 50% dos casos relatados o facto de o(a) agressor(a) possuir/ter contacto com arma/s de fogo impediu a vítima de reagir fisicamente, e em 27% verbalmente. 15% das inquiridas afirma, ainda, que "gostaria de pôr fim à relação, mas não o faz porque receia que ele use a arma".



3.2.2. Além da bala: sobreviver às armas de fogo

A violência armada marca, de forma heterogénea, a vida da populacão, e vai muito além de estatísticas oficiais sobre mortes e ferimentos com armas de fogo, reveladoras de impactos mais directos dessa violência. Cada morte arrasta também consigo a dor de quem fica, afectando todo o seu círculo social, especialmente família e amigos. Entre 2003 e 2008 morreram, em Portugal, 985 pessoas vítimas de armas de fogo. Se considerarmos a média do agregado familiar no nosso país (2,8 pessoas por agregado, segundo dados do INE, 2006), podemos estimar que cerca de 2758 pessoas perderam um familiar vítima de arma de fogo, neste período. Trata-se de familiares de vítimas directas da violência armada, que sofrem impactos ao nível físico, psicológico, social e económico. São estas pessoas, as que ficam que tem que lidar com os impactos da morte: com a dor, o luto, por vezes a impotência, desorientação, e pelas incontáveis dificuldades experimentadas nas trajectórias que por vezes apenas se iniciam com a morte. E muitas vezes quem sobrevive é remetido à condição de invisibilidade

Mas os impactos das armas de fogo vão além das mortes. Se tivermos em conta que entre 2003 e 2008 foram registadas 2047 ocorrências envolvendo armas de fogo, o número de pessoas, no nosso país, que sobreviveram à perda e/ou ficaram responsáveis por cuidar de quem sofreu ferimentos, aumenta para 5731. Estas são as vítimas ocultas da violência armada, que não fazem parte das estatísticas da criminalidade violenta e das estatísticas sobre armas de fogo. Ignorá-las significa perpetuar, perante a ausência de respostas, ciclos de violências.

Conclusão

Como vimos antes, os impactos das armas de fogo em casos de violência contra as mulheres nem sempre são visíveis: mesmo quando não é disparada directamente, a arma contribui para um desequilíbrio ainda maior nas relações de poder, já desiguais, podendo ser utilizada pelo agressor para impor a sua vontade através de ameacas e intimi-



dações. Além disso, a presença da arma de fogo em situações violentas limita as possibilidades de reacção e reduz as hipóteses da vítima escapar e de alguém de fora poder intervir e ajudar.

Apesar da existência de políticas e programas que visam a redução da violência, na prática, há muito pouco diálogo entre os sectores do governo responsáveis pelo controlo de armas e os que lidam com violência contra mulheres. Nas análises, legislações e implementação de políticas que têm como objectivo prevenir e reduzir a violência doméstica, raramente se encontram referências, articulações ou tentativas de cruzamento com legislação nacional de controlo de armas de fogo. Da mesma forma as análises, programas e leis de prevenção e redução da violência armada não incluem preocupações com o flagelo da violência doméstica e da violência contra as mulheres em geral.

Igualmente, os impactos que resultam da morte e perda de entes queridos provocada por armas de fogo, que afectam de forma directa e decisiva a vida de quem fica e a quem cabe fazer frente ao luto, à violência e à impunidade, são, não raras vezes, secundarizados. Ignorar estes impactos e subjugá-los significa, perante a ausência de respostas, a perpetuação de ciclos de violência.

Referências bibliográficas

- Booth, K. (ed.) (1991), New Thinking About Strategy and International Security, Londres: Harper Collins.
- Cabral, Santos (2007), "Espaço Urbano e gangs juvenis", Sub Judice, 13.
- Chauí, M. (1999), "Participando do debate sobre mulher e violência", in *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, Rio de Janeiro: Zahar.
- Coalition for Gun Control (2008), *Domestic Violence and Firearms in Canada*, http://www.prevention-violence.ca/English/index.htm.
- Collier, P. e Hoeffler, A. (2000), "Greed and Grievance in Civil War", World Bank Policy Research Paper 2355, Washington D.C.: World Bank.
- Comissão sobre a Governação Global (1995), Our Global Neighbourhood, New York: Oxford University Press.
- Cukier, Wendy e Sidel, Vic (2005), The Global Gun Epidemic: From Saturday Night Specials to AK 47s, Nova Iorque: Praegar.
- Cunha, M. (2002), Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajectos, Lisboa: Fim de Século.
- Dados da Polícia Judiciária e do Ministério da Saúde (2009) sistematizados no âmbito do projecto de investigação "Violência e armas ligeiras: o caso português" (2008-2010), do Núcleo de Estudos para a Paz, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
- Dias, I. (2007), Uma abordagem feminista dos maus tratos às mulheres", in Amâncio, Tavares, Joaquim e Almeida (orgs.), O Longo Caminho das Mulheres. Feminismos 80 anos depois, Lisboa: Dom Quixote, 395-407.
- Direcção-Geral da Administração Interna (DGAI) (2008), O registo da violência doméstica pelas Forças de Segurança. Análise do período de 2000 a 2007, Fevereiro de 2008, <a href="http://www.dgai.mai.gov.pt/?area=202&mid=000&sid=0000&sid=000&sid=0000&sid=0000&sid=0000&sid=0000&sid=0000&sid=0000&sid=0000&sid=000
- Direcção-Geral da Administração Interna (DGAI) (2009), Violência doméstica: Análise das ocorrências participadas às Forças de Segurança durante o 1.º semestre de 2009, disponível em http://www.dgai.mai.gov.pt/?area=101&mid=106&sid=107 [20-01-2010]
- Enloe, C. (2000), Maneuvres: the International Politics of Militarizing Women's Lives, Berkeley/Los Angeles: University of California Press.
- Ferreira, Eduardo Viegas (1998), Crime e Insegurança em Portugal-Padrões e Tendências, 1985-1996, Celta Editora.



- Geneva Declaration (2009), *The Global Burden of Armed Violence*. Genébra: Geneva Declaration Secretariat.
- Goldstein, J. (2001), War and Gender, Cambridge: Cambridge University Press.
- Grant, Rebecca (1991), *Gender and International Relations*, Bloomington: Indiana University Press.
- Grossi, M. e Porto, R. (2005), "30 anos de pesquisa sobre violência contra a mulher no Brasil", Sexualidade, Gênero e Sociedade, Vol. 12, N.º. 23/24/25, 5-8.
- Gurr, Ted (1968), "A causal model of civil strife: a comparative analysis using new indices", American Political Science Review, 62, 1104-1124.
- Hemenway, D. *et al.* (2002), "Firearm availability and female homicide victimization rates among 25 populous high-income countries," *Journal of the American Medical Women's Association*, Spring: 57(2), 100-104.
- Henrion Report (2001), op cit. FBI, Supplementary Homicide Reports, 1976-2002, in Bureau of Justice Statistics, Homicide Trends in the US: Intimate Homicide.
- IANSA (2008), "Preventing gun violence against women in the home", Position Paper, United Nations Biennial Meeting of States, 14-18 de Julio, www.iansa.org/un/documents/PreventingarmedDV.pdf [20-01-2010]
- IANSA (2009), Disarm Domestic Violence: Key initial findings, http://www.iansa-women.org/node/238 [20-01-2010]
- INE (2006), "Inquérito ao emprego".
- ISER (2005), Brasil: as armas e as vítimas, Rio de Janeiro: 7Letras.
- Kaldor, M. (1999), New and Old Wars: Organised Violence in a Global Era, Polity Press/Stanford University Press.
- Krkeljic, L., (2007), Small Arms and Gender Based Violence in Montenegro A Research Study, Podgorica: UNDP.
- Kwing Hung, (2000), "Firearms Statistics (Jurisdictional Tables)", Canadian Department of Justice.
- Lisboa, M. et al. (2003), Os Custos Sociais e Económicos da Violência Contra as Mulheres, Lisboa: CIDM.
- Lisboa, M. *et al.* (2005), Saúde e Violência Contra as Mulheres. Lisboa: Direcção-Geral da Saúde.
- Lisboa, M. et al. (2006), Prevenir ou Remediar Os Custos Sociais e Económicos da Violência Contra as Mulheres, Lisboa: Colibri.

- Lourenço, N. e Lisboa, M. (1993), Representações da Violência, Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.
- Lourenço, N. e Lisboa, M. (1999), Dez Anos de Crime em Portugal Análise longitudinal da criminalidade participada (1984-1993), Lisboa: Centro de Estudos Iudiciários.
- Lourenço, N. et al. (2000), "Crime e insegurança: delinquência urbana e exclusão social", Subjudice, n.º 113.
- Ministério da Administração Interna (2006), Relatório Anual da Segurança Interna.
- Ministério da Administração Interna (2007), Relatório Anual da Segurança Interna.
- Ministério da Administração Interna (2008), Relatório Anual da Segurança Interna.
- Ministério da Administração Interna (2009), Relatório Anual da Segurança Interna.
- Morgenthau, H. (1967) in Williams, Wright y Evans (1993) (eds.), International Relations and Political Theory, Buckingham: Open University Press. 192-202.
- Moser, Caroline e Fiona Clark, (orgs.) (2001), Victims, Perpetrators or Actors? Gender, Armed Conflict and Political Violence, Londres/Nova Iorque: Zed Books
- Moura, Tatiana (2004), "Novíssimas guerras, novíssimas pazes. Desafios conceptuais e políticos", Oficina do CES, 214, Outubro.
- Moura, Tatiana (2005), "Novíssimas guerras, novíssimas pazes. Desafios conceptuais e políticos", Revista Crítica de Ciências Sociais, No. 71, Junho, 77-96.
- Moura, Tatiana (2007), Rostos Invisíveis da violência armada, Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Moura, Tatiana; Santos, Rita (2008), "Transformar o luto em luta: sobreviventes da violência armada", Oficina do CES, 307, Maio, http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/307/307.php
- Office fédéral de la statistique (OFS) (2006), Homicides et violence domestique. Affaires enregistrées par la police de 2000 à 2004. Genébra: Département fédéral de l'intérieur DFI.
- Organização Mundial de Saúde (2002), World Report on Violence and Health, http://www.who.int/violence_injury_prevention/en/



- Pettman, Jan Jindy (1996), Worlding Women: A Feminist International Politics, Londres: Routledge, 87-153.
- PNUD (1994), Human Development Report 1994. New dimensions of human security, in http://hdr.undp.org/reports/global/1994/en [17-01-2010].
- Pureza, J. e Moura, T. (2004), "O regresso da paz negativa?", Revista de História das Ideias, 25, 157-168.
- Pureza, José Manuel, Moura, Tatiana (2005), "Violência(s) e Guerra(s): do Triângulo ao Continuum", Revista Portuguesa de História, XXXVII, 45-63.
- Reardon, Betty (1985), Sexism and the War System. Nova Iorque: Teachers College University Press.
- Reis, A. C et al. (2001), "Mortalidade feminina por causas externas: Brasil e macroregiões (1979-1999)", Boletim do CENEPI/CLAVES, 4.
- Saltzman, L.E. *et al.* (1992), "Weapon involvement and injury outcomes in family and intimate assaults", *Journal of the American Medical Association*, Vol. 267, n.° 22.
- Scheper-Hughes, N. (1997), "Specificities: Peace time crimes", Social *Identities*, Volume 3, Issue 3, 471-498.
- Silva, M. V. (1992), Violência contra a mulher: quem mete a colher?, São Paulo: Cortez.
- Small Arms Survey (2004), Rights at Risk, Geneva: Oxford University Press.
- Small Arms Survey (2008), Risk and Resilience, Geneva: Oxford University Press.
- Soares, Gláucio; Miranda, Dayse and Borges, Doriam (2006), As vítimas ocultas da violência urbana no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Tickner, J. Ann (1991), "Man, the State, and War: Gendered Perspectives on National Security", Gender in International Relations. Feminist Perspectives on Achieving Global Security. Nova lorgue: Columbia University Press, 27-66.
- Tickner, J. Ann (1992), Gender and International Relations. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Tickner, J. Ann (2001), "Gendered Dimensions of War, Peace, and Security", Gendering World Politics. Issues and Approaches in the Post-Cold War Era. Nova lorque: Columbia University Press, 36-64.
- União de Mulheres Alternativa (UMAR), "Observatório das Mulheres Assassinadas", http://www.umarfeminismos.org/index.php?option=com content&view=article&id=90&Itemid=26

- Vetten, Lisa (2006), "Mapping the use of guns in violence against women. Findings from three studies", Institute for Security Studies (ISS).
- Walt, S. (1991), "The Renaissance of Security Studies", International Studies Quarterly 35, 211-239.
- Wiebe, D.J. (2003), "Homicide and Suicide Risks Associated with Firearms in the Home: A National Case-Control Study", Annals of Emergency Medicine, Vol. 41, n.° 2.
- Wintermute, G. J. *et al.* (2003), "Increased risk of intimate partner homicide among Californian women who purchased handguns", Annals of Emergency Medicine, Vol. 41, n.° 2.
- Zaluar, A. (1994), O Condomínio do Diabo, Rio de Janeiro, Revan.
- Zaluar, A. M. (1996), "Vitimização, cidadania e Políticas Públicas", Outros Olhares Centro de Memória, Vol. 1, 63-74.
- Zaluar, A. M. (1999), "Violence related to illegal drugs, youth and masculinity etho", Rising Violence and the Criminal Justice Response in Latin America: Towards an Agenda for Collaborative Research in the 21st Century, 6-9 Mayo, Universidad de Texas.
- Zaluar, A. M. (2000), "Exclusion and public policies: theoretical dilemmas and political alternatives", Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol.1, 25-42.
- Zaluar, A. M. (2002), "Violência: Questão social ou Institucional?", Revista Urbana, Vol.1, 30-35.

CAPÍTULO 3: O QUE É QUE ELAS TÊM QUE ELE NÃO TEM – ECONOMIAS SOLIDÁRIAS E CAPITALISMO –

Celina dos Santos

Resumo

As 'Economias Solidárias' enquanto práticas e relações socioeconómicas para a organização da produção, do consumo e da socialização em torno da reciprocidade e da solidariedade, em vez do lucro e do interesse individual, têm tido, ao longo da história, um papel fundamental na vida das populações dos vários continentes. Elas permitiram a sobrevivência e a dignidade de amplas camadas de pessoas empobrecidas e excluídas, bem como inspiraram e criaram muitas formas de intervenção e redistribuição social que hoje conhecemos como função social do Estado. A sua existência e as suas transformações constituem, ainda hoje, pilares e estruturas que amenizam e travam algumas das consequências do capitalismo e dos impactos das suas crises, cada vez mais frequentes e mais dramáticas. Este trabalho tem como objectivo pensar a sua sustentabilidade e o seu potencial de afirmação, enquanto forma de tecer as dimensões socioeconómicas a partir de princípios e valores que contrastam com os do capitalismo, mas também pensar a sua relevância nas lutas das mulheres pela paz e justiça, que passam também pela intervenção na economia, onde permanecem obstáculos à sua autonomia e participação.

Introdução

A reflexão aqui partilhada parte de uma história pessoal e colectiva de cidadania, activismo e intervenção social em Portugal e em outros países, que tem como pressuposto que *outro mundo é possível* e que este passa por realidades que não a do capitalismo, da guerra ou da violência. Uma das problemáticas constante ao longo deste percurso, que é meu e também da AJPaz¹ e das pessoas que partilha(ra)m os seus projectos, redes e acções, foi a dificuldade e o desafio de definir e ence-

^{1.} Acrónimo de Acção para a Justiça e Paz.



tar acções que permitem uma transformação emancipatória e que afectem as diversas dimensões da vida humana, todas elas profundamente imbricadas e interdependentes. A outra foi como envolver, motivar e acarinhar todas e todos de forma igual e justa nestas iniciativas, desconstruindo divisões e desigualdades, sentidas como naturais e inevitáveis, por uma sociedade cada vez mais materialista e competitiva. Foi na resposta a estes desafios que surgiram, no meu caminho e no do colectivo a que pertenço, as 'Economias Solidárias' que se constituem como projecto económico, ético, social e político de defesa da vida, da dignidade, da justiça e da sustentabilidade através cooperação e integração. Por outro lado, elas demonstram que todas/os temos alguma coisa fundamental para dizer e fazer sobre a economia ainda que, como eu, possam ser consideradas leigas relativamente a técnicas e teorias económicas. Parafraseando Paulo Freire, ninguém ensina nada a ninguém, as pessoas aprendem juntas.

Docentes e discentes são igualmente inexperientes. Os primeiros possuem conhecimentos teóricos, os segundos o saber que se adquire por tentativa e erro na prática. Nessa interação, produz-se um auto-aprendizado mútuo. Somos todos autodidatas, pois não há aprendizado verdadeiro em que a curiosidade do aprendiz não tenha papel crucial (Singer, 2005:19).

A importância de pensar, fertilizar, sustentar e divulgar as 'Economias Solidárias' torna-se, para mim, mais premente quando me confronto com a leitura de pessoas que são fazedoras de opinião ou decisoras das grandes linhas de acção política ao nível nacional e internacional, como é o caso de Joseph Stiglitz, Nobel da Economia em 2001, cujo reconhecimento é seguramente merecido. No entanto, visto desde o local, desde a base, desde a realidade de quem é excluído ou empobrecido, nas suas propostas parece faltar a análise e a consideração das economias não capitalistas: as economias não-monetárias e não-mercantis, que não têm o seu centro nevrálgico na acumulação de capital e que estão para além da regulação mercado² e dos Estados. Ao mesmo

Por uma questão de economia da escrita utilizarei a palavra mercado neste texto com o sentido de mercado capitalista.



tempo que falta uma abordagem sobre estas outras formas de produção e consumo, as suas correspondentes propostas de transformação dos espaços públicos e de aprofundamento da democracia tornam-se, também elas, invisíveis.

Num livro seu, intitulado "Comércio Justo para Todos", que parte do "princípio de que o comércio pode ser uma força positiva para o desenvolvimento" (STIGLITZ, 2009: 40), Stiglitz aborda o desenvolvimento e as questões associadas ao comércio a partir da macro-economia e da comunidade internacional, aceitando a presente realidade como **a** possível e como **o** ponto de partida (e de chegada). Talvez por não ser economista e por não ser conhecedora em detalhe do pensamento de Stiglitz, não só não encontrei respostas ou pistas para as problemáticas acima enunciadas, como saem reforçadas algumas preocupações, legítimas para quem olha para a economia a partir do local e comunidade:

- 1. Qual é, afinal, o lugar reservado às 'Economias Solidárias' por aquelas e aqueles que estão a arquitectar políticas e acções mundiais para 'consertar' os desequilíbrios e as desigualdades criadas dentro e fora do sistema capitalista? Qual é o papel possível e desejável das 'Economias Solidárias' frente à economia de mercado confronto, coexistência, articulação ou uma existência restringida a uma realidade paralela e invisível? Serão elas apenas acções de crítica e resistência toleradas pelo capitalismo, enquanto estiverem confinadas ao local e à comunidade e enquanto servirem de 'almofada' para os seus danos? Ou serão somente projectos que, recuperando socioeconomias desfeitas, vale a pena deixar crescer para depois serem assimiladas, por via da compra ou da pressão, pelas/os proprietárias/os do capital?
- 2. Qual é, afinal, o lugar que as 'Economias Solidárias' reservam para as mulheres³, a mais de metade da humanidade que estes 'arquitectos' já assumiram como protagonistas incontornáveis para se conseguirem processos sustentados de desenvolvimento? Serão as

^{3.} Quando utilizo o termo mulheres estou consciente da sua diversidade e não tenho a pretensão de essencializar ou universalizar indevidamente a categoria. Faço essa opção retórica para designar os seres do sexo feminino e que são socializadas, para além de todas as diversidades culturais, como pertencendo ao género feminino.



Economias Solidárias' consideradas como estratégias que podem ajudar a ultrapassar e redimir as injustiças e exclusões sofridas pelas mulheres que representam ainda a sua dependência económica, a precariedade laboral e a sua menoridade na participação política? Seremos nós, as mulheres, consideradas como meros alvos de apoios assistencialistas para uma integração sem autonomia e com apoios localizados que não questionam a divisão sexual do trabalho e da economia junto da sociedade⁴?

Stiglitz estará certamente correcto quando afirma e defende que o comércio pode ser benéfico para os povos e para o seu desenvolvimento. Enquanto seres sociais e interdependentes que somos, as trocas são um motor fundamental da vida da humanidade. Mas será melhor e mais justo para todas/os considerar como possibilidade de futuro apenas estratégias únicas que se enquadram dentro de políticas que apenas discutem opções entre liberalização e proteccionismo capitalistas e que não questionam os valores e os objectivos do comércio? Estaremos confinadas/os a procurar, apenas e com todas as nossas forças uma agenda única, válida à escala planetária, para um real e justo desenvolvimento? Acredito na pertinência das propostas de Stiglitz, porque estas, ao verem a luz do dia, dariam origem a várias transformações positivas e, provavelmente, a transformações não-planeadas no que toca à demanda de participação e justica. No entanto, estou convicta que se as suas propostas se tornassem efectivas estaríamos a excluir uma panóplia de caminhos e experiências que existem à escala local e regional e que podem ser ampliadas e consideradas nesta arquitectura, nomeadamente o papel e projectos das economias sociais, das mulheres e das comunidades locais. Provavelmente será preciso um maior esforço para questionar paradigmas, pressupostos e conceitos para que se incluam neles, claramente, as questões éticas – valo-

^{4.} Olhando para o Índice Remissivo de Stiglitz – "Comércio Justo para Todos" (STIGLITZ, 2009), que valerá ver pelo seu poder de evidenciar, quais os conceitos e factos, considerados pelo autor como centrais, percebe-se que: (1) há palavras que não constam aí – Mulheres, Género, Feminismo, Participação, Cidadania, Conflitos, Paz, Associativismo, Cooperativismo, Ambiente, Ecologia, Mudanças Climáticas, Pobreza; (2) e outras que aparecem poucas vezes: Democracia 4 vezes, Guerra surge uma vez referindo-se a Guerra de Diamantes, Anti-Globalização aparece 2 vezes, Microfinanciamento 1 vez.



res e projectos de sociedade – como base e condição de legitimidade para todas as trocas, locais, nacionais e internacionais.

Definindo o meu campo analítico

Neste texto assumo que as 'Economias Solidárias' como eixo de abordagem e como formas distintas das 'Economias Sociais', ainda que as fronteiras entre umas e outras sejam difíceis de estabelecer com rigor, porque partilham muitos dos valores e princípios. Recorro para essa distinção aos seguintes trabalhos: Economia Social de Defourny (2009) e 'Economia Solidária de Laville' (2009), que integram a obra, Dicionário Internacional de uma Outra Economia. Os quatro princípios majores propostos para caracterizar a economia social remetem para experiências e projectos que incluem sobretudo os elementos directamente envolvidos: (1) finalidade de prestação de serviços aos membros ou à colectividade, sendo o lucro secundário; (2) autonomia de gestão; (3) controle democrático pelos membros; (4) primazia das pessoas e do objecto social sobre o capital na distribuição dos excedentes. Contudo, uma 'Economia Solidária' propõe-se ser tudo isto, mas vai além nos seus objectivos e horizontes uma vez que é portadora de um projecto sociopolítico, afirmado pela forte inserção social e comunitária nos seus territórios, pela sua constituição como espaços públicos de proximidade e pelo trabalho em rede com outros movimentos.

Assim, pode-se dizer que as 'Economias Solidárias' englobam as inúmeras actividades económicas organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática (Laville e Gaiger, 2009). Como diz Paul Singer, são uma constelação de formas democráticas e colectivas de produzir, distribuir, poupar e investir (apud Culti, 2004). Elas inscrevem-se num conjunto de acções e movimentos que rejeitam o capitalismo como forma única ou superior de organizar a economia e, sobretudo, de organizar a sociedade. Como projecto, simultaneamente de economia e de sociedade, rejeitam que o trabalho e a produção sirvam para satisfazer interesses individuais e ânsias de lucro ou de acumulação de capital.

Elas reconhecem que a interdependência se estende além dos grupos primários, para abranger comunidades e até o planeta. Neste sentido,



praticam a solidariedade e a reciprocidade como base da organização social e económica. Em primeiro lugar, agregam os recursos de todas as pessoas da comunidade em torno de um projecto partilhado que lhes permite garantir o acesso aos direitos económicos e sociais que, geralmente, lhes são restringidos pela lógica de acumulação de capital e maximização do lucro. Neste sentido, a propriedade dos meios de produção e dos benefícios são partilhados e é abolida a diferenciação e a estratificação social. Todas as pessoas são simultaneamente proprietárias, trabalhadoras e consumidoras.

Em segundo lugar, porque há um lugar para todas/os, constroem democrática e colectivamente um projecto de socioeconomia em que a produção responde a necessidades reais e em que as dinâmicas cuidam da integração social, das relações afectivas e de confiança, da identidade e cultura. Constituem-se assim como *espaços públicos de proximidade* (França Filho e Laville, 2004:25) onde a economia está integrada na sociedade e na política, de forma quotidiana e, assim, sujeita a uma monitorização democrática. As 'Economias Solidárias' como são descritas aqui são um fenómeno reemergente, com origem na década de 80 do séc. XX, que é, sobretudo, uma transformação e uma reafirmação de um percurso de muitos séculos de experimentações e questionamentos. Este ressurgimento está estreitamente ligado à crise económica e de valores e à afirmação de uma sociedade civil global, que se fizeram sentir nestas décadas (Laville 2010: 1).

No entanto, importa recordar que estas outras visões da economia, enquanto fazendo parte da sociedade e da gestão política comunitária, precedem o próprio sistema capitalista. A economia, durante muitos séculos, foi baseada em trocas na sua grande maioria não-mercantis e não-monetárias (França Filho e Laville, 2004: 34-35), valorizando os outros 3 princípios do comportamento económico definidos por Polanyi: domesticidade, reciprocidade e distribuição (apud França Filho e Laville, 2004: 32-33). É com o surgimento da Revolução Industrial, na Inglaterra do séc. XVIII, que essas formas de gestão e de troca ganham força enquanto afirmação de valores e projectos políticos para a própria economia. Com o avanço do capitalismo, largas franjas da população foram votadas à exclusão e exploração, tanto nos meios urbanos como rurais e foram precisamente estas, as/os subalternas/os, que iniciaram



as resistências ao capitalismo criando cooperativas, movimentos operários, mutualistas e sindicatos. Muitas das convulsões e conquistas históricas que conhecemos hoje como centrais na garantia de direitos de cidadania têm origem naquilo que são também os antecedentes das 'Economias Solidárias'.

As 'Economias Solidárias' têm hoje, como grande marca distintiva, duas grandes energias criadoras: factores de pressão negativa, a procura de rendimentos fora do sistema capitalista, de onde as pessoas foram excluídas ou a necessidade de aceder a bens e serviços que garantam a sua sobrevivência e dignidade; e factores de pressão positiva como a tentativa de avançar com projectos que alterem as regras de organização da economia e do trabalho, que garantam a participação em espaços democráticos de gestão da comunidade ou que apoiem acções que abordam a vida de forma integrada, considerando além da economia e da sociedade, o ambiente, a cultura ou as identidades (Laville e GAI-GER, 2009: 167). Como sustentam Laville e Gaiger, a existência de factores de pressão positiva — isto é a afirmação de uma vontade de construir algo novo, e não apenas a necessidade de encontrar alternativas — é fulcral para a sua sustentabilidade e viabilidade.

A relevância das economias solidárias

A sua existência lembra-nos e reforça a convicção de que, apesar do domínio do capitalismo e da economia de mercado, esta realidade não é a única nem exclusiva. Nem todas as actividades económicas se baseiam em princípios capitalistas de lucro e acumulação e nem todas as entidades económicas são empresas. A economia é uma realidade plural, diversa, híbrida e, por isso, rica em possibilidades e probabilidades de lograrmos outros paradigmas de vida e convívio humano. Quero com isto dizer que o propósito das economias solidárias não é acabar com o mercado, dado que tanto elas como ele fazem parte da realidade económica. Apenas se opõem à exclusividade e superioridade do capitalismo económico que atinge hoje níveis de exclusão, esgotamento de recursos e de empobrecimento sem precedentes em nome do lucro. A crise que enfrentamos hoje, e as formas de comércio



e especulação a ela associadas, não são admissíveis. Defendo que a economia seja entendida também enquanto uma entidade política e, por isso, sujeita a uma regulação determinada por valores humanos considerados fundamentais que deve respeitar.

O reforço das 'Economias Solidárias' e dos seus valores e práticas são ainda mais relevantes se considerarmos que estamos num momento-chave da história do capitalismo, em que este invade e canibaliza os espaços privados e públicos sociais e políticos. Progressivamente, assiste-se à mercantilização também de necessidades imateriais e afectos, de culturas e identidades e, neste âmbito, as economias solidárias pretendem substituir uma política de modo de vida por uma política de nível de vida, conforme refere Roustang (apud Laville, 2004: 73).

Por isso, a sua importância para o futuro das sociedades é estratégica, dado que assumem responsabilidade sobre todas as dimensões da vida, mobilizando esforços de integração social, de socialização e participação, de construção de identidades e culturas, de conservação da história e do património e de conservação do ambiente e dos recursos naturais.

Apesar das dificuldades e dos desafios que enfrentam, as 'Economias Solidárias' têm vindo a dificultar a absolutização de uma sociedade de mercado, onde o interesse individual e privado se transformariam no interesse público máximo. Neste cenário de economia-sociedade de mercado, o capitalismo tornar-se-ia numa entidade auto-regulada e legítima *per se*, dispensando qualquer mediação, deliberação ou regulação democrática. O objectivo é, portanto,

socializar o mercado, isto é, inscrevê-lo em um conjunto de regras elaboradas a partir de um processo político de deliberação (Laville, 2009: 146).

Apontando diferenças

Para ilustrar os resultados e a validade das propostas das 'Economias Solidárias', será importante relembrar os impactos que o capitalismo tem tido sobre a humanidade e o mundo. Não se pretende com isto estabelecer somente uma crítica ao capitalismo, mas relembrar alguns



dos problemas que a economia capitalista de mercado provocou e continua a provocar e cuja resolução não tem tido origem na sua iniciativa ou auto-responsabilização.

Entre estes poder-se-iam destacar, para o propósito desta reflexão, as seguintes questões: (a) ter uma dinâmica e viabilidade que assentam na exclusão e consequente empobrecimento de camadas imensas da população que ficam privadas de bens essenciais à vida; (b) esgotar e delapidar o planeta e os seus recursos naturais; (c) promover uma sociedade assente no consumo e na competição dificultando, assim, a solidariedade, inclusão e redistribuição de benefícios; e, finalmente, (d) pretender fazer-se passar por um projecto social universal e único para toda a humanidade.

As empresas de produção, transformação, financeiras e de prestação de serviços assentam a sua acção no menor custo monetário possível dos seus processos produtivos e na venda ao maior preço praticável, maximizando os seus lucros. Para isso, transferem os custos da produção para as/os trabalhadoras/es, precarizando e flexibilizando condições de trabalho; relativamente à natureza, apropriam-se dos seus recursos, esgotando-os numa produção que visa satisfazer necessidades que nem sempre são reais; exigem aos Estados e sociedades apoios e regalias para se manterem nos territórios e deixar que estes usufruam de uma parte da riqueza gerada. Além disso, a globalização aumentou a sua capacidade de descartar e trocar de territórios e pessoas e de fazer transitar o capital financeiro, dando-lhe ainda mais margem de manobra, mais ou menos legal, para satisfazer as suas exigências, contribuindo para a proliferação de catástrofes humanitárias e conflitos armados.

Em consequência disto, são cada vez maiores as camadas de população sem acesso a recursos para garantir a sua sobrevivência ou vivendo abaixo do que se pode considerar a dignidade humana, no que respeita a renda, saúde, educação e protecção social. Alguns números e estatísticas mundiais demonstram algumas destas realidades. Os que aqui se apresentam são apenas relativos a trabalho, pobreza, economia, energias e meio ambiente. Porém, é necessário precisar que estes dados estão intrinsecamente ligados aos da saúde, igualdade de género, nutrição, educação, violência, habitação, entre outros.



Segundo o Banco Mundial, actualmente, 20,58% da população mundial⁵ vive com menos 1,25 dólares americanos por dia e 38,07% com menos de 2 dólares por dia. A desigualdade na distribuição da riqueza é também confirmada pelo Banco Mundial quando chama a atenção que num país em desenvolvimento típico os 20% mais pobres apenas contam com 6% do rendimento ou do consumo (Banco Mundial, 2010: 4). Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010, que abrange 135 países e 92% da população mundial, a participação no mercado de trabalho remunerado é apenas de 56,8% para as mulheres e 82,6% para os homens (PNUD, 2010: 160). Para uma melhor leitura deste indicador, seria ainda preciso considerar qual a percentagem destes que tem trabalhos sem condições dignas, já que, de acordo com o Banco Mundial, um pouco mais de metade dos trabalhadores estavam em situação de 'trabalhado vulnerável' (Banco Mundial, 2010: 6).

Neste cenário, parece ser impossível ter a certeza de que uma pessoa conseguirá garantir a sua dignidade e bem-estar ou a sua integração social e cidadã, porque não há como ter a certeza do que terá que fazer para corresponder aos critérios do mercado de trabalho, mas sobretudo porque a economia de mercado não tem como objectivo assegurar trabalho remunerado e digno para todas/os. Soma-se a isto a consideração de que o trabalho não é apenas uma fonte de rendimento, mas também uma forma de integração social e de participação cidadã. Isto representa para a grande maioria das pessoas a possibilidade real de exclusão. Num plano local ou regional, para uma comunidade significa a certeza de que os recursos que tiver serão explorados e, terminada a geração das mais-valias para alguns, o mercado não demonstrará qualquer responsabilidade social ou compromisso pela equidade ou coesão social.

As 'Economias Solidárias' defendem que a economia tem de integrar responsabilidades e funções perante a vida, em sentido lato, que tem de integrar outros valores e princípios éticos na sua acção e que é possível uma outra economia ser viável e sustentável. As formas e as práticas assumidas nas 'Economias Solidárias' são diversas, mas parti-

A população mundial é constituída por de 6.908.700.000 pessoas (quase 7 mil milhões), o que significa que cada 1% representa 69.087.000 (quase 70 milhões de pessoas ou 10 vezes a população portuguesa) (PNUD; 2010: 187).



lham uma ética e uma visão sociopolítica que baseia a actividade económica na igualdade, na cooperação, na gestão democrática e na partilha de recursos e rendimentos, bem como a sua orientação para um projecto socioeconómico de compromisso com os territórios em que se enquadram. Algumas dessas formas são:

Colectivos de geração de renda, cantinas populares, cooperativas de produção e comercialização, empresas de trabalhadores, redes e clubes de troca, sistemas de comércio justo e finanças grupos de produção ecológica, comunidades produtivas autóctones, associações de mulheres, serviços de proximidade, etc. (Laville e GAI-GER, 2009).

O potencial de transformação e inovação das 'Economias Solidárias' assume-se no ensaio e na experimentação de práticas e instrumentos assentes nos valores já referidos e que constituem, hoje, uma nova tecnologia social, a saber:

• Uma primeira proposta destas economias é a gestão democrática e participada de recursos e projectos nos processos económicos com vista a um desenvolvimento humano e sustentado. Enraizadas na participação igualitária de todas e todos, parece estar em condições de garantir respostas às reais necessidades das comunidades.

Os valores da solidariedade e da reciprocidade originam dois fenómenos que sustentam a participação directa e activa: a confiança, a afectividade e a interacção entre os membros da comunidade e a convicção que a partilha de recursos e esforços amplifica a capacidade de satisfação das necessidades de todas/os num jogo de soma positiva. Por outro lado, o interconhecimento das pessoas e dos territórios e a partilha de desafios ajuda a construir novas identidades positivas partilhadas, muitas vezes inexistentes em contextos e comunidades fragilizadas, bem como alarga os horizontes da acção e das expectativas. Assim, estas experiências são marcadas pela participação directa de todos os membros na análise das suas realidades, na tomada de decisão, na definição de planos e estratégias, no encetar da acção e na sua avaliação; pela comunicação transparente e aberta entre todas/os, já



que a informação é fundamental para a adequação dos projectos à sua realidade; pela criatividade, espontaneidade e poder transformador que permitem uma maior liberdade de acção; e pela crença de que cada pessoa é uma fonte de riqueza que deve ser estimulada.

É com estas práticas de democracia que se ensaiam novos processos de regulação social da economia. O retorno da economia para um plano em que ela é um instrumento para concretizar projectos de sociedade, e não um fim em sim mesma, representa a assunção de um compromisso com a vida e a sua preservação.

 Neste processo de negociação democrática entre necessidades de consumo e possibilidades de produção, elas tendem a reconhecer e responder a exigências e carências às quais o Estado e economia de mercado não conseguem ou não querem responder.

Muitas das carências são, de facto, exigências de respeito por direitos sociais, económicos, cívicos e colectivos reconhecidos, mas não cumpridos. A sua falta de valor monetário ou mercantil remete a responsabilidade da sua garantia para a esfera da informalidade ou da família. Estas são, no entanto, questões-chave onde é necessário romper com as concepções individualistas e utilitárias da economia, que se têm vindo a estender à dimensão social. Neste âmbito, incluem-se serviços de saúde, a prestação de cuidados às pessoas mais vulneráveis, a reprodução social (Bourdieu *apud* LeWebPédagogique) e a integração social, as actividades culturais, a educação, a preservação do ambiente e dos recursos naturais, a protecção social como solidariedade redistributiva e as infra-estruturas;

 Em terceiro lugar, as 'Economias Solidárias' propõem a propriedade colectiva dos meios de produção e dos respectivos instrumentos de gestão.

Uma das formas de sustentar a actual acumulação de capital e, desta forma, a expropriação da autonomia produtiva de pessoas e comunidade, tem sido a propriedade privada dos meios de produção e do capital. A propriedade colectiva procura evitar que isto aconteça e



impedir futuras divisões, apropriações de meios de produção ou acumulação de capitais, que até hoje opõem proprietários de meios de produção e detentores de capital a trabalhadores, em relações de poder autoritárias e desiguais.

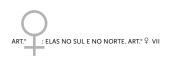
Uma economia solidária apela à partilha de recursos e conhecimentos das várias pessoas, criando sinergias e novos valores e riquezas e levando à descoberta de potencialidades, saberes e competências que geralmente não são (re)conhecidas, bem como amplia os impactos dos projectos económicos e a viabilidade da sua actividade. Da mesma forma, rompe com a distinção entre trabalho manual e trabalho intelectual, valorizando todos os contributos como fundamentais, para a prossecução dos objectivos colectivamente assumidos.

A propriedade colectiva reforça o envolvimento e compromisso de toda a comunidade, que mais facilmente se revê nas vantagens, simultaneamente individuais e colectivas, destas formas alternativas de produção.

 A aproximação entre produtoras/es e prestadoras/es de serviços e consumidoras/es, fazem emergir o conceito de prossumidoras/es e de economias de proximidade.

Assentes em laços de confiança e reciprocidade, todas as pessoas têm de ser simultaneamente produtoras e consumidoras – prossumidoras/es. Isto significa que cada membro tem de fazer parte dos esforços para a construção das socioeconomias e para a resolução de problemas e desafios comuns para poder realizar expectativas de consumo, integração e participação. Da mesma forma, representa uma nova ruptura porque propõe que a cooperação e associação aconteçam de forma livre e igualitária dentro e entre profissões e entre quem produz ou presta serviços e quem consome.

As relações de confiança, interacção e reciprocidade sustentam, por sua vez, o surgimento de economias de proximidade, enquanto formas integradas de gestão dos territórios agregando, nas suas estratégias, variadas dimensões sociais, económicas e culturais e as/os várias/os protagonistas envolvidas/os.



Esta integração e compromisso com o território e a comunidade levam, quase sempre, ao compromisso com questões e causas que giram em torno da actividade económica, mesmo que de forma indirecta.

Como foi mencionado em cima, as 'Economias Solidárias' valorizam como parte do processo produtivo, quer os factores que contribuem para o seu sucesso, bem como os custos que dele derivam. Esta preocupação alargada a tudo o que as rodeia faz com que estas tenham uma forte abertura ao exterior, uma propensão para o diálogo e cooperação e uma apetência para o trabalho em rede. É, por isso, comum a sua participação em outros movimentos sociais como o da alter-globalização, ecologista, feminista ou pacifista e em redes como o Fórum Social Mundial, para não falar das parcerias, projectos e redes partilhadas de intercâmbio e concertação entre as diferentes modalidades de economia solidária em prática à escala nacional e internacional;

 A assunção pelas 'Economias Solidárias' da interdependência e co-responsabilidade pela vida leva a uma abordagem inclusiva e holística das pessoas e do ambiente, o que sustenta novos entendimentos de desenvolvimento, sustentabilidade, justiça e dignidade.

As pessoas e a vida são consideradas como o centro da qualquer acção, em que a dimensão económica deve articular-se com as dimensões social e política. Esse cruzamento e fertilização entre dimensões acontece, sobretudo, em espaços públicos de proximidade. Destes surgem, muitas vezes, novos entendimentos, práticas e propostas de desenvolvimento sustentável e de acções portadoras de um potencial de transformação, que podem facilmente ser apresentadas, negociadas, reconhecidas e até assimiladas pelo Estado, nas suas funções sociais de redistribuição e de garantia de equidade.

• Finalmente, as 'Economias Solidárias', enquanto espaços públicos de proximidade, assumem-se também como espaços de socialização, integração e educação popular.

Por um lado, representam espaços onde pessoas e colectivos excluídos podem ter a sua voz e o seu contributo, através da participação na comu-



nidade e do cultivo de relações sociais, promovendo uma identidade positiva, a auto-estima e valorização pessoal, a vivência de afectos e da cultura, competências de diálogo e valorização da diversidade. Por outro lado, afirmam-se como espaços onde se criticam e contrariam valores e comportamentos aprendidos, nomeadamente o individualismo, a competição ou a inércia. Nestes espaços, a aprendizagem através da prática e da vivência da cooperação, a reflexão crítica, a tomada de iniciativa, o bem-comum, direitos humanos e novas formas de entender e experimentar a cidadania, fortalecem a capacidade de emancipação da sociedade como um todo. A coesão do tecido social sai assim reforçada pela transmissão e reinvenção, pública e aberta, de novas formas de ser e de estar e de outras informações, conhecimentos e ideias que se desenvolvem mutuamente.

As mulheres nas economias solidárias: papéis e lugares

Uma economia solidária traz consigo uma visão em que as pessoas são seres-em-relação e interdependentes, ao mesmo tempo que são diversas no que toca às suas identidades, histórias de vida, necessidades, competências e aspirações. É neste sentido que me interessa reflectir sobre o papel e lugar das mulheres numa realidade económica cuja centralidade é a solidariedade e a coesão social. Este interesse no lugar particular que as mulheres assumem na economia e na economia política é tanto mais importante quando se constata que a ciência económica enquanto

construção social omitiu tradicionalmente a realidade específica das mulheres e, nessa medida, abordou as questões económicas de forma truncada e parcial (Coelho; 2009: 128).

Por outro lado,

a introdução da categoria 'gênero' revela a insuficiência dos corpos teóricos das ciências sociais, pela sua incapacidade de oferecer — não uma explicação — mas um tratamento adequado à desigualdade social entre mulheres e homens (Carrasco, 1999).



Ao pretender reflectir sobre as mulheres, estou consciente que as mulheres, na sua diversidade e complexidade, dificilmente podem caber numa só definição sendo tão diversas como são diversos os espaços-tempo que habitam. Em primeiro lugar, porque nas diferentes modalidades das 'Economias Solidárias' participam mulheres com variadas características sociais, económicas, culturais, educacionais ou profissionais. Por outro lado, e porque procuro que esta reflexão seja ampla mas situada, escolho pensar e reflectir a partir da experiência concreta daquelas com quem partilhei acções e projectos, aquelas com quem procurei construir alternativas e soluções, aquelas de quem recebi ensinamentos e aquelas com quem procuro construir um outro mundo possível.

Como ponto de partida e, apesar dos resultados positivos alcançados, é importante relembrar o que as estatísticas mundiais vêm confirmando, ano após ano: as mulheres participam menos no mercado de trabalho formal que os homens; a sua distribuição é segmentada, estando concentradas nos considerados trabalhos femininos que são. simultaneamente, os menos bem pagos; e, não acedem na mesma proporção, às chefias das respectivas áreas (Banco Mundial, 2010: 10). Simultaneamente, as mulheres além de excluídas e discriminadas, têm visto os seus contributos serem marginalizados ou invisibilizados, nomeadamente através da sua desvalorização como trabalhadoras, estudantes e cidadãs e do reforco social e moral das suas actividades como esposas e mães. Além disso, a organização económica dominante recorre sistematicamente à menorização dos resultados do seu trabalho na família e na comunidade, ainda que estes impliquem a alimentação, a educação, os cuidados, a socialização e a organização das pessoas, dos grupos familiares e das comunidades, tão vitais para a própria economia e Estado. A mesma ideologia de desclassificação dos trabalhos das mulheres considera ainda que a integração dos excedentes deste trabalho na economia formal ou informal é um complemento do rendimento doméstico, ou seja, secundário (Pujol apud Carrasco, 1999).

Dito de forma muito simples, porém não menos verdadeira, é à custa do trabalho e empenho de muitas mulheres que o mercado encontra a mão-de-obra de que precisa formada e cuidada que estrutura as comu-



nidades onde se poderá instalar sem qualquer compromisso e que o Estado vê cumpridas, sem a sua intervenção, esforço ou custo financeiro, as funções primeiras de redistribuição e de equidade social. As mulheres, na medida em que fazem mover muitas das suas actividades numa lógica não-mercantil, não têm vindo a constituir-se como agentes de interesse para o mercado, pelo menos até termos chegado à presente fase de transição para uma sociedade de serviços. Na medida em que são actividades sem troca monetária, e portanto não contabilizáveis nem acumuláveis em capital, não são, oficialmente integráveis, nas contabilidades nacionais. Destes pressupostos de análise resultam a invisibilidade ou desconhecimento do papel e lugar das mulheres nas economias, ao mesmo tempo que se lhes tem vindo a dificultar o acesso ao poder, o reconhecimento e a dignidade para serem parte da tomada de decisões, terem voz e influência ou ainda para beneficiarem de forma equitativa das riquezas criadas.

No entanto, as mulheres trabalham e contribuem para a sociedade e para a economia, apesar de estatisticamente pouco mais de metade – 56,8% (PNUD; 2010: 160) – estar formalmente integrada e contabilizada pela economia formal e capitalista. Nesta, apesar de a tendência de participação das mulheres ser crescente, continuam a subsistir profundas discriminações na integração digna das mulheres, nomeadamente segregação sectorial, diferenças salariais e dificuldade de ascensão a cargos de decisão e chefia.

Por outro lado, é certo que uma grande maioria das restantes 43,2% está a trabalhar e a produzir no âmbito das chamadas economias informais⁶ e da economia doméstica, sectores sobre os quais faltam estatísticas que garantam rigor científico sobre as actividades desenvolvidas e o seu valor económico. Em 2000, estimava-se que as economias informais representavam 41% do PBI de países em desenvolvimento, 38% nas economias de transição e 18% nos países da OCDE (SCHNEIDER, 2002). Nestas, as mulheres são, juntamente com migrantes e idosas/os, as *primeiras vítimas* da precariedade construída socialmente sobre as suas actividades geradoras de renda seja esta monetária ou não (OIT; 20006). Em África, representam 60% da economia



informal, segundo a FAO (FAO; sd) e, no Canadá, a estimativa de valorização monetária do trabalho não-pago das mulheres representa 41% do PIB deste país (UNPAC, 2011). Nas chamadas economias informais, e apesar das dificuldades e da falta de reconhecimento e de protecção, as mulheres continuam a trabalhar, contribuindo e inovando, criando alternativas e soluções para as suas famílias e comunidades. Em função das suas histórias pessoais e colectivas, dos constrangimentos sociais e económicos e das responsabilidades sociais, muitas encontram formas de garantir rendimento, dignidade e solidariedade.

Estou convencida, por estas razões, que no âmbito das 'Economias Solidárias', que se cruzam quer com a economia formal, quer com a economia informal e doméstica, as mulheres podem encontrar os seus espaços e visões de sociedade, fórmulas mais integradoras e justas para garantir a sua participação, reconhecimento e empoderamento e contribuir para acções de emancipação e transformação social. Em função disto, elas parecem ser também muitas, senão a maioria, a participar como trabalhadoras e como co-protagonistas e co-líderes das empresas sociais e de economia solidária. Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras, elas eram 43% das/os cooperadas/os no Brasil (apud Culti; 2004:17) e em França, segundo uma equipa de missão parlamentar, as mulheres são 65,5% das assalariadas dos 200.000 empreendimentos de economia social e solidária.

O facto de as 'Economias Solidárias' reconhecerem a necessidade de partilhar recursos e esforços e de integrar no seu processo cuidados e responsabilidades sociais, integrando todos os seus membros de forma igual, permite que as mulheres encontrem espaços de cooperação onde as suas competências, as suas sabedorias, as suas subculturas e as suas histórias de vida sejam reconhecidas e valorizadas como riquezas, ao mesmo tempo que são fonte de rendimento e motor de construção de outras formas de estar em sociedade. Nesta perspectiva, as 'Economias Solidárias' permitem contrariar ciclos viciosos de exclusão, pobreza e precariedade de mulheres cujos trabalhos de uma vida não são validados pelos sistemas oficiais de ensino ou valorizados pelo mercado ou cujas histórias de vida se confrontaram com obstáculos que não permitiram o seu desenvolvimento pleno ou em igualdade de oportunidades.



Para além disso, as 'Economias Solidárias, enquanto espaços de proximidade diminuem, para muitas mulheres, a excessiva responsabilidade que recai sobre elas na garantia da coesão e organização das suas famílias, permitindo-lhes tempo, autonomia e os recursos para se dedicarem à sua formação e socialização enquanto cidadãs, líderes e decisoras. Aliás, torna-se evidente pela observação de experiências deste tipo a influência positiva que elas podem ter na auto-estima das mulheres que recuperam, com orgulho e auto-segurança, as suas vozes, as suas competências, as suas opiniões, a sua capacidade de iniciativa e, às vezes, até o riso. Neste caso, refiro-me, de forma mais estruturada. à observação participada dos Mercados Sociais da AIPaz onde as avaliações das mulheres e as reflexões e observações têm evidenciado como positivas a valorização dos seus saberes e a aprendizagem da participação. Sendo esta experiência localizada no tempo e no espaço. estas conclusões têm vindo a ser corroboradas por parceiros que também trabalham nestas temáticas e por estudos de caso publicados. Algumas das frases que se podem ouvir são:

– eu que nunca tinha pensado em utilizar os meus dotes de poeta ou de doceira; é importante sim, desde que há mercados que saímos mais, convivemos e conversamos, sentimo-nos em casa; Ou, ainda bem que viemos à assembleia comunitárias porque assim ouvimos e discutimos temas que nos interessam a todas/os.

É desta forma, potenciado o seu protagonismo político, dado que se fortalecem competências e apetências para ocupar também os espaços públicos, onde se diz que as mulheres se sentem pouco à vontade e estão, certamente, ainda sub-representadas.

Em segundo lugar, as economias solidárias fazem um apelo à participação no sentido de aproveitar a solidariedade, a identidade e o espaço de proximidade para responder a outros desafios e problemas que não apenas os de rendimento, reconhecendo a interdependência entre todas as dimensões da vida humana e a necessidade do seu equilíbrio. Finalmente, e sem qualquer intenção de essencializar ou generalizar as mulheres, creio que é possível afirmar que a realidade das 'Economias Solidárias' pode estar mais próxima daquilo que têm sido os legados e a subculturas delas. Estas especificidades, muitas vezes agrupadas



dentro do conceito de *feminino*, encontram-se em valores como cooperação, cuidado, não-violência, sentido de colectivo ou comunidade, valorização de laços afectivos, a confiança e reciprocidade, atenção à natureza e criaturas e a paciência. Estas formas de ser e estar podem ser valorizadas e assumidas como essenciais às economias, opondo-se à competição e ao individualismo e, encontrando aí, condições propícias à sua afirmação, aplicação e multiplicação.

É nestes grandes eixos que assenta a importância da participação das mulheres nas 'Economias Solidárias'. Estas são espaços potenciais de participação das mulheres que facilitam a sua emancipação e empoderamento e, desta forma, contribuem de maneira decisiva para a consolidação e ampliação das mesmas. Mas são também espaços-tempo que beneficiam da presença e centralidade dos contributos das mulheres na medida em que enfrentam desafios constantes inerentes ao ambiente hostil em que operam, ou seja, a economia de mercado, uma vez que muitas mulheres se têm especializado na resistência ao predomínio dos homens ou da naturalização dos modelos masculinos.

A análise dos resultados do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES) confirma esta teoria de que a participação plena das mulheres tem impactos positivos no sucesso das economias solidárias. Os 'EES' foram analisados utilizando dois coeficientes, o do empreendedorismo que incide sobre a viabilidade económica e o do solidarismo que incide sobre as práticas democráticas e participativas na sua gestão. No que toca às questões de género:

Entre os EES de maior porte, aqueles com elevado número de homens sócios apresentam um desempenho global superior, em particular no coeficiente de empreendedorismo. Essa tendência contudo é mais acentuada entre os EES maiores com elevado número de mulheres sócias. Ademais, nesse caso há um equilíbrio entre os dois coeficientes (GAIGER, 2007: 73).

Riscos e desafios para mulheres e economias solidárias

O caminho a ser feito pelas 'Economias Solidárias' envolve esforços para garantir a sua expansão e para que se tornem suficientemente



relevantes em termos de dimensão e números de forma a conseguirem exercer maior influência e pressão sobre a realidade actual política e económica dominantes. Por outro lado, um dos desafios principais é a sua sistematização enquanto tecnologia social para permitir uma maior capacidade de entendimento desde o exterior, um maior diálogo entre experiências e um maior potencial de apropriação e adaptação nos mais distintos contextos. Esta sistematização é importante tanto no que toca à afirmação e explicitação das suas visões do mundo, na divulgação e evidenciação dos resultados que atingem, como nas práticas que as sustentam e os desafios e obstáculos que enfrentam.

Outro desafio encontra-se no difícil equilíbrio que é exigido às 'Economias Solidárias' entre conseguir a rentabilidade necessária para se manterem activas e a solidariedade e a reciprocidade que estão na sua origem e que são a sua sustentação ideológica. A procura das estratégias adequadas para garantir que experiências e projectos não se desvirtuem com o tempo tem a vantagem de provocarem um constante debate sobre valores e práticas e uma avaliação contínua de processos e resultados. Apesar de serem muitas as empresas, cooperativas ou associações de economia solidária espalhadas pelo planeta, são ainda uma minoria em relação às restantes empreendimentos capitalistas e é com estas que não podem evitar de relacionar-se enquanto fornecedoras, clientes ou enquanto termos de comparação. Este risco é acrescido quando os projectos socioprodutivos obtêm sucesso e reconhecimento ou quando o número de pessoas envolvidas é demasiado grande para permitir uma democracia participativa operativa e funcional. No primeiro caso, podem surgir propostas de compra destas empresas por empresas maiores que existem no âmbito da economia de mercado ou podem começar a revelar-se tendências de as explorar um pouco mais para as tornar um pouco mais rentáveis no sentido da obtenção de mais-valias e acumulação de capital financeiro. Em ambas as eventualidades os grandes benefícios passam a ser usufruídos por quem adquire o resultado sem ter passado pela fase de construção e investimento. Este é, por exemplo, o caso das cooperativas de reciclagem na Colômbia conforme descreve Laville (Laville, 2010:10).

Por outro lado, e continuando esta linha de pensamento, no que toca em concreto à realidade das mulheres, um dos maiores desafios será



conseguir manter a atenção e o cuidado necessários para que as 'Economias Solidárias' não acabem por reproduzir modelos sociais que discriminem as mulheres, nomeadamente na fase de normalização e de gestão quotidiana marcada por uma repetição de procedimentos. Parece certo que é necessário manter vigilância e sentido crítico constantes, para que não se possa cair em qualquer tipo de segregação de mulheres e homens, separados por uma divisão sexual do trabalho com base nos valores masculinos, a discriminação salarial, e a sobrecarga das mulheres o que implica, quase sempre a médio e longo prazos, o seu afastamento dos processos de decisão e de protagonismo.

Notas finais

As 'Economias Solidárias' são essenciais para se poder enfrentar com dignidade os enormes problemas e insucessos gerados, mantidos e aprofundados pelo capitalismo. Para além disso, representam a possibilidade de um futuro e de um mundo pautado pela paz, pela cooperação, pela dignidade e pela não-violência. Enquanto projectos socioprodutivos que não estão submetidos à lógica da acumulação e do lucro, têm uma capacidade efectiva de criar riquezas sustentáveis e de as redistribuir equitativa e justamente a partir da base comunitária e dos espaços de proximidade onde têm as suas raízes. Elas, e através das mais variadas maneiras de se inventarem a si mesmas, possibilitam o combate ao empobrecimento e a inclusão de populações marginalizadas. Numa segunda instância, a sua ancoragem na realidade quotidiana das pessoas e o compromisso que assumem com o destino destas e dos territórios, potencia o fortalecimento dos tecidos sociais e a capacitação para a participação, constituindo-se assim como reforços da democratização, da participação, da tomada de iniciativa, do debate público, da produção de consensos, das propostas de soluções e sua implementação e da enunciação e garantia de valores comuns. Talvez trilhando estes caminhos a economia de mercado deixe de poder autodefinir-se como auto-suficiente e auto-regulada e possa voltar a fazer parte da regulação ambiental, social e política.



Referências bibliográficas

- BANCO MUNDIAL (2010), 2010 World development Indicators. Washington: World Bank. BANCO MUNDIAL, Dados estatísticos online Poverty, Energy and Mining, http://data.worldbank.org (2010-12-31).
- CARRASCO, Cristina (1999), "Para uma economia feminista" in Mujeres y economía: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas, Barcelona: Icaria, disponível em http://agende.org.br/docs/File/dados pesquisas/politica/Economia% 20feminista.pdf (2010-01-07).
- CATTANI, António (coord.) (2009), Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra: Edicões Almedina
- COELHO, Isabel (2009), "Economia Feminista" in CATTANI, António (coord.) (2009), Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra: Edições Almedina, 128-132.
- CULTI, Maria (2004), "Mulheres na Economia Solidária: Desafios Sociais e Políticos" in Anais IV Congresso Europeo CEISAL de Latinoamericanista. Bratislava República Eslovaca, 2004, p.20.
- DEFOURNY, Jacques (2009), "Economia Social" in CATTANI, António (coord.) (2009), Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra: Edições Almedina, 156-161.
- FAO (sd), *Igualdade de* Género, Disponível em http://www.fao.org/docrep/012/i0765pt/i0765pt10.pdf (05/01/2010).
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de e LAVILLE, Jean-Louis (2004), Economia Solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegra: Editora da UFRGS
- GAIGER, Luiz Inácio (2007), "A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil", Revista Crítica de Ciências Sociais, 79, 57-77.
- GUAY, Lorraine (2002), "Another paradigm" (Extract of the text prepared for the Carold Institute Symposium, Vancouver, Junho 2002), disponível em http://www.marchemondiale.org/themes/alternatives economiques/cmicarticle.2006-04-24.2088168387/en (01/11/2010).
- LAVILLE, Jean-Louis (2009), "Economia Plural" in CATTANI, António (coord.) (2009), Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra: Edições Almedina, 145-149.
- LAVILLE, Jean-Louis (2010), "The Solidarity Economy: An International Movement", RCCS Annual Review, 2010(2).
- LAVILLE, Jean-Louis e GAIGER, Luiz (2009), "Economia Solidária" in CATTANI, António (coord.) (2009), Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra: Edições Almedina, 162-168.



- LeWebPédagogique (s/d), "La Reproduction Sociale selon Pierre Bourdieu", Disponível em http://www.google.pt/url?sa=t&source=web&cd=3&ved=0CC8
 http://www.google.pt/url?sa=t&source=web&cd=3&ved=0CC8
 <a href="QFjAC&url=http%3A%2F%2Flewebpedagogique.com%2Forlandidanielses%2Ffiles%2F2009%2F01%2Freproduction-sociale1.doc&ei=exBjTZKRMsew8QOx0dHxCA&usg=AFQjCNErylcfhlScy_l6MV4MJ2N-gNSSjQ (2011-02-21)
- MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES (2001), "Demands of the World March of Women", disponível em www.marchemondiale.org/revendications/cmicfol-der.2006-01-13.7149178479/en/?set_language=en&cl=en (01/11/2010).
- NOBRE, Miriam (s/d), "Women in a solidarity-based economy", disponível em www.marchemondiale.org/themes/alternatives_economiques/mujeres/en (01/11/2010).
- OIT (2006), A OIT *e a Economia Informal*, Disponível em http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/economia_informal.pdf
- PNUD (2010), Human Development Report 2010 The Real Wealth of Nations: Pathways to Human Development. New York: UNDP.
- SCHNEIDER, Friedrich (2002), Size and measurement of the informal economy in 110 countries around the world, disponível em http://rru.worldbank.org/Documents/PapersLinks/informal economy.pdf (05/01/2010).
- SINGER, Paul (2005), "A Economia Solidária como ato pedagógico" in KRUPA, Sónia (org.), Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos, Brasília: INEP disponível em http://foswiki.org/pub/Sandbox/EconomiaSolidaria/KruppaEcon_solidaria_educacao_JA.pdf (30/12/2010).
- STIGLITZ, Joseph (2009), Comércio Justo para Todos. Lisboa: Texto Editores. UNPCA (2011), "Women & the Economy"
- Disponível em http://www.unpac.ca/economy/unpaidwork.html (2011-03-17).
- VERCAMER, Francis (2010), L'Economie Sociale et Solidaire, entreprendre autrement pour la croissance et l'emploi (Equipa de Missão Parlementair Economia Social e Solidária), disponível em http://www.inscoop.pt/Inscoop/actividades/publicacoes/docs/rapport-ess-f-vercamer.pdf (2010-01-05).

CAPÍTULO 4: PRÁTICA EDUCATIVA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: O POTENCIAL DA INVESTIGAÇÃO-ACÇÃO PARTICIPATIVA

Sofia Silva

Introdução

Quando se fala de educação, é recorrente pensar, no imediato, nos sistemas ou práticas educativas formais, ou seja, na escola e em tudo o que a ela está associado. No entanto, na verdade, uma ideia fundamental a reter é a de que as práticas educativas são tantas quanto os locais, contextos, ou estruturas organizacionais, não se confinando apenas aos muros do formal. Aprendemos com os outros no relacionamento diário. A partir daí construímos modos de pensar a realidade, de actuar sobre ela e de nos relacionarmos com os outros e com o meio ambiente. Essa aprendizagem dá-se, naturalmente, em todos os contextos de vida, formais, não-formais ou informais.

Por outro lado, todas as nossas vivências e aprendizagens são enquadradas num determinado tipo de sociedade ou de ideal de humanidade, introduzindo na nossa reflexão o pressuposto da inevitabilidade da natureza política do acto educativo, como defendia Paulo Freire (1970). Como questão política que é, a educação pode constituir-se num instrumento constituído por práticas de dominação e de controlo social ou, então, assumir uma configuração crítica alternativa, enquanto prática de libertação e transformação social.

Montero (2009) fala-nos que, ao longo da nossa vida, somos alvo de um processo de naturalização que nos familiariza com certos eventos e objectos. Este processo é importante porque nos permite compreender o mundo em que vivemos. No entanto, nem tudo o que é natural deve ser aceite. A construção acrítica da realidade social pode conduzir as pessoas a aceitar crenças, concepções e explicações acerca de si próprias, do seu relacionamento com os outros, com a sociedade e com o meio ambiente, que se podem revelar em práticas sociais prejudiciais.

^{1.} Entendida aqui na sua acepção mais alargada.



Em nosso entender é aqui que a investigação aliada à educação pode assumir a sua função libertadora e transformadora.

Conseguimos então perceber que o papel fulcral de instituições que visam a transformação social passa pelo estímulo ao exame crítico das noções, crenças e procedimentos que sustentam formas ou práticas de ver e de agir prejudiciais a pessoas e comunidades. A transformação social passa também pela valorização e auto-valorização das realidades das pessoas desfavorecidas e oprimidas. A transformação social cruzase, inevitavelmente, com a construção quotidiana de comportamentos de cidadania participativa, entendida como uma tarefa aberta de capacitação colectiva que deverá culminar na mobilização comprometida dos meios individuais e colectivos de acção em prol do desenvolvimento sustentável de pessoas e comunidades.

Este processo, que Paulo Freire (1970) designa de conscientização, assume uma urgência cada vez maior se considerarmos a actual conjuntura mundial. As mudanças aceleradas ao nível da economia, da ciência e da tecnologia não parecem estar a contribuir para a construção de sociedades mais solidárias, justas e sustentadas. Pelo contrário, é visível uma sociedade dominada quase exclusivamente pela economia neoliberal, que se traduz num consumismo desenfreado, no individualismo e na indiferença em relação ao Outro, para não falar dos atropelos aos direitos das Pessoas. Acresce o facto de estar a contribuir para o esgotamento irracional dos recursos naturais e para o agravamento de desigualdades e de injustiças económicas e sociais entre pessoas, grupos, regiões, países, continentes, aumentando ainda mais a pobreza, a marginalização, os desequilíbrios de poder, a exclusão social e a incapacidade crescente para aceder a uma vida com padrões mínimos de qualidade (Patrão, Soeiro e Silva, 2006).

As consequências opressoras de uma economia neoliberal globalizada exigem um compromisso colectivo para uma reflexão crítica sobre a sociedade que temos e a sociedade que queremos construir, para que se possam desenvolver modos de acção participados, adequados às especificidades das comunidades locais. As organizações civis podem dar o seu contributo, através de uma intervenção educativa emancipadora e transformadora, desenvolvendo intervenções fundamentadas em processos participativos contínuos de investigação, educação,



acção e reflexão (teorização). As práticas de investigação-acção participativa têm o potencial de permitir a todos os intervenientes do processo não só conhecerem e reflectirem sobre as peculiaridades e complexidades das comunidades ou territórios onde vivem, como também de desenharem intervenções sociais, culturais e educativas participativas. Estas intervenções reflectem-se, por sua vez, como acções transformadoras, como o são, por exemplo, as acções colectivas de luta contra todas as formas de discriminação, acções colectivas a favor da organização de novas produções económicas locais, acções colectivas de valorização e mobilização das pessoas e das comunidades, etc.

Investigação-acção: definição, características, modalidades

O que é que se entende por investigação-acção e qual é a sua natureza? A resposta a estas questões é uma tarefa quase impossível, na medida em que esta metodologia é constituída por um conjunto de práticas e um conjunto de ideias que emergem em vários contextos (Noffke, 1997; Rahman e Fals-Borda, 1989). Há investigadores que a vêem, tal como todas as outras formas de investigação, separada da esfera política, como um processo de acumulação de conhecimento que é considerado neutro. Enquanto outros a concebem como uma metodologia específica, indissociável do papel do investigador e do contexto social e histórico onde é concretizada, tendo como finalidade a transformação social e assumindo, por essa razão, um carácter marcadamente político.

Habermas (1971) defende que o conhecimento não pode ser separado dos interesses que o orientam e aponta três tipos de interesses: o técnico, o prático e o emancipatório. Todos são válidos, mas o facto é que constituem diferentes caminhos para o conhecimento. Os positivistas demonstram um interesse técnico em controlar o ambiente social e em utilizar métodos empíricos e analíticos. Os interpretativistas partilham o interesse prático, centrado na compreensão das pessoas, utilizando métodos interpretativos. Os investigadores associados à investigação participativa demonstram um interesse emancipatório, na melhoria das condições de vida das pessoas, utilizando para tal métodos assentes na reflexão e na acção.



Inspirados pelos trabalhos de Habermas, Carr e Kemmis (1986) agruparam as diferentes práticas de investigação-acção de acordo com os três tipos de interesses a que estas se propõem servir: 1) investigação-acção técnica, cujo objectivo consiste em melhorar o controlo de resultados; 2) investigação-acção prática, orientada pelo interesse em educar ou esclarecer os profissionais de modo a que possam actuar de forma prudente e informada; e 3) investigação-acção crítica, cujo objectivo é emancipar as pessoas e grupos em relação à irracionalidade, injustiça e sofrimento.

Apesar da investigação-acção ser de natureza heterogénea e polissémica, admitindo uma variedade de usos e interpretações, podemos assinalar algumas das suas características comuns. Cohen e Manion (1985), por exemplo, referem que este tipo de metodologia é situacional, colaborativa, participativa e auto-avaliativa. Dito de outro modo, é uma metodologia que se preocupa em diagnosticar um problema específico num determinado contexto e em tentar resolvê-lo. Fá-lo através de equipas de investigadores e pessoas da comunidade que trabalham juntos num projecto, envolvendo-se directa ou indirectamente no processo de investigação cujas modificações são continuamente avaliadas. Arnal et al. (1994) acrescentam os seguintes aspectos: (a) investigadores e pessoas afectadas trabalham num ambiente colaborativo, participativo e democrático; (b) utilizam diversas estratégias e instrumentos metodológicos, usualmente de carácter etnográfico ou qualitativo; (c) e subscrevem os postulados da investigação interpretativa e crítica, distanciando-se dos princípios do positivismo lógico; (d) o processo em que se envolvem é cíclico e organizado com base em acções planificadas e reflexões críticas sobre as mesmas.

Aliás, a ideia de que a investigação-acção é como que uma espiral de ciclos constituídos por várias fases ou momentos parece ser uma constante na maioria da literatura sobre a investigação-acção. Por exemplo, Kemmis e MacTaggart (2000) apresentam um processo cíclico de quatro fases: 1) desenvolvimento de um plano de acção para melhorar uma situação específica; 2) acção para implementar o plano; 3) observação dos efeitos da acção no contexto em que ocorre; e 4) reflexão (teorização) sobre esses efeitos como base para uma nova planificação e acção subsequente, inaugurando um novo ciclo que se repetirá através de



uma sucessão de ciclos. Cada ciclo de actividades, que forma uma espiral, aumenta o conhecimento do investigador relativamente à questão inicial ou problema e conduz progressivamente à solução. Para estes autores (2000: 595), as diferentes fases sobrepõem-se, na medida em que os planos iniciais se tornam obsoletos à luz das aprendizagens que emanam da experiência. No entanto, o critério de sucesso não consiste no seguimento, por parte de todos os participantes, dos passos ou procedimentos metodológicos. O sucesso avalia-se antes pela emergência de um sentimento colectivo (dos participantes) de desenvolvimento e de evolução ao nível das suas práticas sociais, do entendimento que fazem dessas práticas e das situações em que tais práticas ocorrem.

Democratização do conhecimento, do método e do processo de investigação

No final dos anos 1950 e início dos de 1960, o paradigma internacional dominante na investigação em ciências sociais era uma versão do modelo norte-americano e europeu, baseado no empirismo e positivismo, cujo pressuposto teórico principal assenta na existência de uma realidade objectiva, que pode ser mensurada, neutra e objectivamente. De facto, os cientistas positivistas procuram gerar explicações generalizáveis a vários contextos, em diferentes momentos, centrando grande atenção na construção de instrumentos, cujo rigor é definido pela precisão e replicabilidade estatísticas. Normalmente, este tipo de conhecimento científico encontra-se apenas acessível a elementos que pertencem à comunidade científica, que, por norma, conhecem e dominam as metodologias, os conteúdos e as formas de divulgação desse mesmo conhecimento.

As primeiras críticas aos modelos positivistas de ciência surgem na década de 70, impulsionadas pelas teorias críticas, interpretativistas e feministas que vieram assinalar as suas limitações. No entanto, antes da emergência e valorização de um novo paradigma de ciência social na academia / nos meios dominantes, cientistas sociais da América Latina, África e Índia já tinham percebido as limitações destas abordagens e



tinham começado a construir outras, mais adequadas e mais orientadas para a intervenção e transformação social de comunidades pobres e marginalizadas. É neste contexto que surge e se expande um conjunto de práticas de investigação participativas que assumem como objectivo principal a descoberta de conhecimento enquadrado no contexto histórico de onde emerge, que possa ser aplicado no sentido da mudança da realidade, através de um processo interactivo e cíclico de investigação, educação, acção e reflexão. Estas novas teorias sugerem que as pessoas são actrizes, influenciadas por forças culturais, políticas e sociais diárias que restringem e oprimem as suas potencialidades, sendo que a realidade resulta então da interconexão entre as realidades locais e as macroestruturas. Os trabalhos de Paulo Freire (1970) e Fals-Borda (1980) encontram-se entre os mais referenciados.

Partindo da realidade social dos pobres e oprimidos pela estrutura social, Paulo Freire desenvolve uma filosofia de intervenção alicerçada na necessidade da sua conscientização, espelhada na sua obra mais emblemática, Pedagogia do Oprimido (1970). Para este pedagogo a conscientização é o processo de humanização das pessoas, a sua transformação de objectos em sujeitos, de indivíduos desumanizados presos nas estruturas opressivas do poder em seres humanos mais plenos (1970: 27-56). Uma vez que quer oprimidos quer opressores se encontram presos na mesma estrutura, ambos são considerados desumanizados e ambos precisam de ser libertados.

A opressão não pode ser ultrapassada apenas com base nas acções individuais bem-intencionadas dos opressores. Apenas os oprimidos podem iniciar o processo de *praxis*, que tem o poder de os libertar a si, oprimidos, e aos opressores (uma vez que estes também se encontram desumanizados). Os oprimidos devem deixar de se perspectivar como objectos, para se verem como sujeitos ou pessoas envolvidas e comprometidas na vocação de se tornarem homens e mulheres mais pleno(a)s. A libertação ocorre através de uma pedagogia libertadora, assente no diálogo entre homens e mulheres, e entre homens e mulheres e o mundo. O diálogo crítico e libertador deve fazer parte de um processo dialéctico entre a acção e a reflexão ou *praxis*. Ambas (acção e reflexão) são consideradas necessárias e interdependentes.

A partir das suas experiências com a alfabetização de adultos, Paulo



Freire foi desenvolvendo um "método" que visava promover a conscientização. Em colaboração com membros da comunidade, eram pesquisados e escolhidos temas geradores que reflectiam as realidades sociais e políticas das vidas dos adultos e que os podiam envolver na problematização da sua situação de oprimidos. Estes temas eram então organizados numa série de palavras geradoras que detinham o impacto emocional necessário para estimular a discussão. Através do diálogo, exploravam-se ideias, de forma participada, para alcançar um novo entendimento sobre a realidade. O trabalho de Paulo Freire visava, para além da alfabetização das letras, a alfabetização do mundo, ou seja, promover a conscientização das pessoas pobres oriundas de meios urbanos e rurais, envolvendo-os em análises críticas das causas do seu empobrecimento e da sua incapacitação.

Como se pode constatar, a investigação-acção participativa, em Freire, assume-se claramente como um instrumento colaborativo de investigação, educação e acção em torno de fins emancipatórios. Os seus projectos de alfabetização mobilizavam os participantes, envolvendo-os directamente no processo de conhecimento crítico da realidade social, tornando-os capazes de se representarem e de transformar a realidade. A transformação implicava que as pessoas identificassem e reflectissem sobre as suas (in)capacidades e (im)possibilidades, sobre o lugar que ocupavam na sociedade. A investigação-acção participativa assumia-se assim como uma estratégia educativa, ao possibilitar, através do diálogo, o reconhecimento de que se é oprimido e a análise das causas sociais que lhe estão subjacentes, imprescindíveis à acção coerente e transformadora da sua realidade.

Subjacente a esta perspectiva está uma concepção de conhecimento que desafia os cânones científicos tradicionais. A investigação-acção entende que o conhecimento é socialmente produzido e que, colectivamente, grupos aparentemente sem poder podem desafiar o conhecimento oficial do grupo dominante, através da produção do seu próprio conhecimento. Da análise do trabalho de Paulo Freire é visível que o objectivo da investigação-acção participativa passa pela valorização deste conhecimento popular.

Uma das personalidades que mais contribuiu para o desenvolvimento desta nova concepção de conhecimento foi o colombiano Fals-Borda



(1997). Segundo este investigador, a construção do conhecimento que vem das pessoas contribui para a realização de uma ciência ao serviço do povo, entendida pelo povo e, por isso, não perpetuadora do *status quo*. Neste sentido, a investigação-acção participativa representa um corte epistemológico com a investigação tradicional, ao democratizar o conhecimento (Fals-Borda, 1997; Rahman, 1993) e ao mobilizar pessoas e comunidades, a partir das suas vivências reais, para agirem sobre a realidade social opressora. Através do compromisso para com uma forma de dialogar com as pessoas (Freire, 1970) e de um compromisso para com a democratização do método e do processo de investigação/ educação/ acção, tem sido demonstrado que todas as pessoas têm a capacidade de produzir conhecimento e de legitimar esse conhecimento (Rahman, 1993), de participar e de quebrar os laços com a submissão, exploração ou opressão diárias (Fals-Borda, 1997).

Podemos falar de um procedimento metodológico em investigação-acção participativa?

Como se pode facilmente constatar, a investigação-acção, mesmo a participativa, emerge e reflecte as características dos contextos onde se dá, sendo por essa razão vista como uma grande família (Noffke, 1997), em que a diversidade de práticas e de ideias é uma constante. Esta diversidade levou alguns investigadores a afirmar que não há uma única metodologia, nem procedimento metodológico. Há, no entanto, uma coisa em que os autores parecem de algum modo concordar: o processo de investigação-acção participativa pode ser concebido como uma espiral de ciclos flexíveis. O seu carácter cíclico implica uma dialéctica entre prática e teoria, na medida em que a acção é fonte de conhecimento e o conhecimento se constitui, per se, como uma acção transformadora.

Porém, o que realmente parece assumir relevância no processo de investigação-acção participativa, crítica, ou emancipadora, são as origens das questões, os papéis desempenhados por aqueles que se preocupam com as questões, a imersão no contexto, o potencial para mobilizar e promover a aprendizagem colectiva, as ligações do conhecimento à



acção. Por isso, e como referido anteriormente, a investigação participativa baseia-se no pressuposto epistemológico de que o conhecimento é socialmente construído e, portanto, as abordagens que permitem uma análise social colectiva das experiências de vida, do poder e do conhecimento são consideradas as mais adequadas. Quanto mais o processo de investigação-acção participativa tender para acções emancipadoras (através do diálogo da compreensão e da acção partilhadas), mais os participantes se envolverão enquanto co-investigadores no processo de recolha e análise dos dados e mais aprenderão.

Por estas razões, na prática, têm sido utilizadas uma grande variedade de abordagens criativas que incluem fóruns comunitários, documentários vídeo, teatro popular, desenhos e pinturas murais, fotonovelas, partilha de histórias orais, inquéritos à comunidade, o contar histórias, a partilha de testemunhos, canções, rádio, e muito mais. Assim, o conhecimento é partilhado e disseminado também através de formas de comunicação populares, não ficando confinado apenas à arena académica.

Uma questão de poder e de voz

A questão do poder assume-se como central em todas as discussões, debates e actividades de investigação-acção participativa, uma vez que a transformação que esta assume como objectivo, passa necessariamente por processos de transferência de poder e de democratização. De acordo com os defensores da investigação participativa, as pessoas, grupos e comunidades são marginalizadas não só por causa da distribuição desequilibrada de recursos e oportunidades, mas também por causa do desequilíbrio na distribuição e exercício de poder nas várias dimensões da sua vida: cultural, social, política e económica. Em vez de se construir conhecimento a partir dos que detêm o poder, parte-se da perspectiva dos oprimidos e marginalizados, da análise do conhecimento popular. O processo activo e reflexivo de desenvolvimento, de redescoberta ou recuperação e de difusão do conhecimento popular abre caminho à quebra dos monopólios de poder, na medida em que as comunidades se reapropriam do conhecimento e o mobilizam para o seu desenvolvimento sustentável e independente.



Outro aspecto chave presente nesta abordagem prende-se com a participação, entendida como um direito. O carácter político alternativo desta metodologia expressa-se no desenvolvimento e fortalecimento da cidadania participativa ao pretender desenvolver um sentido de pertença, de participação e de contribuição para a sociedade, o que vai para além dos modos usuais de participação política (como votar, por exemplo). Se a participação for gerada, então as pessoas aperceber-se-ão e desenvolverão a capacidade para representar as suas comunidades, tornando-se activas no exercício dessa representação. Assim, as pessoas, grupos ou comunidades participam em todas as fases do processo, desde a recolha e análise de dados à difusão do conhecimento.

É aqui que, a nosso ver, as Organizações Não Governamentais desempenham um papel fulcral, o de lançar as sementes e de estimular um processo participativo de crescimento que conduza ao desenvolvimento sustentável e auto-sustentado de pessoas, grupos e comunidades.

Prática de empowerment

A educação para uma cidadania activa é fundamentalmente uma questão de *empowerment* individual e colectivo, entendido aqui como um processo de capacitação das pessoas e comunidades para efectivarem o direito a participar e a ter um poder real nas decisões que dizem respeito à sua vida.

A investigação-acção participativa assume-se igualmente como prática de *empowerment*, porque é um processo que nasce do próprio conhecimento e experiência das pessoas envolvidas e não do conhecimento imposto por cientistas ou técnicos bem-intencionados. Este processo (situado num contexto histórico particular) inclui análises das forças económicas e relações de poder que originam o empobrecimento e a perda de poder, o reconhecimento da existência de forças opressivas sistémicas e a actuação quer individual, quer colectiva, para mudar.



Transformando a teoria e a prática

No fundo, a investigação-acção participativa procura, a partir de análises de situações particulares tal como são entendidas pelas pessoas que as vivem, explorar o potencial de diferentes perspectivas, teorias e discursos que podem ajudar a clarificar determinadas práticas sociais e contextos. Estas constituem-se na base para o desenvolvimento de uma consciência crítica acerca de como é que a realidade ou as práticas podem ser transformadas. Por outro lado, tal como em qualquer forma de investigação, também na investigação-acção participativa se procura observar, analisar e desenvolver teorias que possam ser aplicadas. Este esforço passa por explorar até que ponto as perspectivas proporcionadas pelas diferentes teorias e discursos proporcionam aos participantes o desenvolvimento de uma perspectiva crítica sobre os problemas e questões com que se confrontam em contextos específicos. Assim, torna-se claro que a investigação-acção participativa procura transformar não só as teorias e práticas dos/as que estão envolvidos/as no projecto, mas também as daqueles/as cujas perspectivas e práticas podem ajudar a transformar as condições de vida das pessoas em contextos particulares.

Como se pode constatar, a investigação-acção participativa implica uma relação simbiótica mas dialéctica entre prática e teoria, na medida em que ambos os momentos se confrontam, se integram, se complementam e se desenvolvem.

Em conclusão

A cidadania participativa é uma prática social e política que se desenvolve através de processos democráticos partilhados, durante os quais se forma um sentimento de pertença, baseado no respeito pelos outros, na comunicação com os outros, no comprometimento negociado, na partilha de ideais e objectivos, na resolução de problemas. Uma vez que se assume igualmente como uma prática relacional entre os indivíduos e o seu contexto social (Fernández, 2005), a educação para a cidadania exige um método facilitador do pensamento crítico e



da comunicação, assente no diálogo participado, numa relação horizontal, de cooperação e aceitação mútua e de reconhecimento do Outro, de envolvimento comprometido.

A capacitação, enquanto estratégia de educação para a cidadania, implica o desenvolvimento consciente de uma atitude crítica e argumentativa das pessoas e comunidades, através de uma aprendizagem que lhes permita analisar, compreender e modificar-se a si e ao mundo que as rodeia. Não há consciência crítica sem uma mudança de perspectivas e essa mudança passa pela conscientização (Freire, 1970). Enquanto processo transformador, a conscientização, conduz à compreensão crítica do mundo e do processo de relações entre as pessoas e o meio (social, político, cultural, económico, educativo) e respectiva transformação. É a tomada de consciência pelas pessoas da realidade que as rodeia e das suas capacidades, valor e potencialidades para agir nessa mesma realidade, que lhes permitirá participar activa, plena e cooperativamente na sua transformação e melhoria.

A investigação participativa é um processo de acção social que se inclina a favor dos/as dominados/as, oprimidos/as, pobres, discriminados/as. Porque é central a sua preocupação com as relações de poder, a democracia e as suas interacções, a investigação participativa não vê qualquer contradição entre os objectivos de *empowerment* colectivo e o aprofundamento do conhecimento social. A investigação-acção participativa permite o desenvolvimento da consciência de que os modos de pensar, agir e de se relacionar com os outros e com o meio ambiente são socialmente construídos. Como tal, podem necessitar de uma transformação se as consequências das práticas sociais forem vistas como insustentáveis ou castradoras das possibilidades colectivas de *praxis*. Tal como Kemmis (2009) a define, trata-se de uma acção moralmente comprometida, orientada e informada por hábitos de pensamento e acção.

A investigação-acção participativa pode assim ser vista como um processo que integra três actividades dialecticamente conectadas: (a) a investigação que envolve as pessoas na definição e análise de problemas sociais que as afectam, (b) a educação enquanto processo que resulta na formulação de novos entendimentos e formas de ver o mundo e (c) a acção onde as descobertas alicerçam uma acção orien-



tada e informada (Hall, 1981). Estas três actividades, por sua vez, contribuem para a emergência de novas teorizações nascidas da análise e reformulações das práticas sociais.

As instituições constituem-se como um ponto de partida e um pilar na consolidação da participação e transformação sociais. A promoção de actividades e iniciativas educativas e culturais de debate participado, associadas à necessidade de investigação e reflexão colectiva, de organização e envolvimento em projectos sociais e culturais, são um caminho a explorar e a trilhar.



Referências bibliográficas

- Arnal, Justo; Rincón, Delio; Latorre, Antonio (1992), Investigación educativa. Fundamentos y metodologias. Barcelona: Editorial Labor.
- Brown, David (1985), "People-centered development and participatory research", Harvard Educational Review, 55 (1), 69-75.
- Carr, Wilfred; Kemmis, Stephen (1986), Becoming critical: Education, knowledge and action research. London: Falmer.
- Cohen, Louis; Manion, Lawrence (1985), Research methods in education. London: Routledge.
- Fals-Borda, Orlando (1980), "La ciência y el pueblo: nuevas reflexiones", in María Cristina Salazar (ed.) (1992), La investigación-acción participativa, inícios y desarrollos. Madrid: Editorial Popular, 65-84.
- Fals-Borda, Orlando (1997), "Participatory action research in Colombia: Some personal feelings", in Robin MacTaggart (ed.), Participatory action research. Albany, NY: State University of New York Press, 107-112.
- Fernández, O. (2005), "Towards european citizenship through higher education?" European Journal of Education, 40 (1), 59-68.
- Freire, Paulo (1970), Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Terra e Paz.
- Habermas, Jürgen (1971), Knowledge and human interests. Boston: Bacon.
- Hall, Budd (1981), "Participatory research, popular knowledge and power: A personal reflection", *Convergence*, 14 (3), 6-17.
- Kemmis, Stephen (2009), "Action research as a practice-based practice", Educational Action Research, 17, 463-474.
- Kemmis, Stephen; MacTaggart, Robin (2000), "Participatory action research", in Norman Denzin & Yvonna Lincoln (eds.), Handbook of qualitative research. London: Sage, 567-606.
- Montero, Maritza (2009), "Community action and research as citizenship construction", *American Journal of Community Psychology*, 43, 149-161.
- Noffke, Susan (1997), "Professional, personal, and political dimensions of action research", *Review of Research in Education*, 22, 305-343.
- Patrão, Carla; Soeiro, Dina; & Silva, Sofia (2006), "Educação superior: contextos promotores de participação e de cidadania activa", in Inês Reis e Fernando Ramos (coords.), Dignidade Humana em polifonia. Coimbra: Edições Instituto Politécnico de Coimbra, 187-200.
- Rahman, Mohammed Anisur (1993), "People's self-development: Perspectives on participatory action research. A journey through experience". London: Zed Books.



Rahman, Mohammed Anisur; Fals-Borda, Orlando (1989), "La situación actual y las perspectivas de la IAP en el mundo", in María Cristina Salazar (ed.) (1992), La investigación-acción participativa, inícios y desarrollos. Madrid: Editorial Popular, 205-221.

Parte II Fazer e Pensar

CAPÍTULO 5: PEDAGOGIAS FEMINSTAS

5.1. OFICINA: "ECONOMIAS SOLIDÁRIAS"

Celina dos Santos

Reflectir e Sensibilizar para os Conceitos de Economias Solidárias

Plano da Sessão ::	:: Duração
Vitamina "(Des)construções"	15 min.
Role play "LOST"	170 min./2h50
Avaliação "Pontes de Contacto"	15 min.
Total	200 min/3h20

Vitamina: "(DES)CONSTRUÇÕES"

Objectivos	 ⇒ Promover descontracção e interacção entre as/os participantes; ⇒ Desconstruir rotinas, agilizando o corpo e a mente; ⇒ Aproximar as/os participantes entre si.
Тетро	⇒ 10 min.
Tamanho de Grupo	⇒ 21 Participantes (n.º máximo)
Complexidade	⇒ Média/Alta
Material	⇒ Guarda-chuvas
(cada grupo deverá ter)	 ⇒ Bolas diversas (ténis, futebol, ping-pong, outras) ⇒ Cubos ou outras figuras geométricas ⇒ Colheres de pau ⇒ Livros ⇒ Folhas de papel ⇒ Canetas ⇒ Lápis

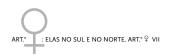


Descrição passo-a-passo

- :: O espaço deve estar previamente preparado com 3 mesas separadas, uma para cada grupo, onde já estarão colocados os diversos objectos. Os objectos deverão totalizar o mesmo número que os membros de cada grupo e deverão ser o mais diversos possível, para potenciar os resultados. Por exemplo, para um grupo de 7 participantes distribuir: 1 bola de ping-pong, 1 colher de pau, 1 cubo, 1 guarda-chuva, 1 bola de ténis, 1 livro e 1 caneta.
- Em plenário, a/o animadora/or anuncia que irão fazer um exercício em que serão artistas, tendo de utilizar imaginação e criatividade. A seguir, procede à divisão das pessoas em grupos, que deverão ter o mesmo tamanho, sendo 7 participantes por grupo o número ideal.
- :: Depois dos grupos formados, cada um deverá ocupar uma das mesas, colocando-se de pé à sua volta.
- :: A/o animadora/or pede a cada elemento que agarre num dos objectos dispostos em cima da mesa e que coloque a mão livre atrás das costas, mantendo-a assim ao longo de todo o exercício.
- :: Com os grupos divididos e os objectos escolhidos, a/o animadora/or dará as indicações aos grupos:
 - :: Devem criar uma estrutura, forma ou construção, utilizando todos os objectos.
 - :: Para elaborar a construção só podem utilizar a mão que está a segurar o objecto, podendo pousá-lo sempre que necessário.
 - :: Não poderão simplesmente amontoá-los no chão ou na mesa. Independentemente da forma que assumirem, todos os objectos devem ficar ligados de alguma forma entre si.
 - :: Os objectos poderão ser utilizados da forma que os grupos entenderem, podendo mesmo ser desmontados ou alterados. Também nestes casos cada participante poderá apenas usar uma mão.
 - :: No final, para a exibição, a "obra-de-arte" deverá auto-suster-se pelo menos o tempo suficiente para ser perceptível e apreciada pelos restantes grupos. As/os participantes não poderão usar as mãos ou qualquer outra parte do seu corpo para a equilibrar ou manter unida.



- :: A/o animadora/or deve valorizar, antes e durante a vitamina, os esforços e atitudes de entreajuda e cooperação dentro dos grupos. A tarefa que têm é complexa e colectiva e não individual ou competitiva, até porque cada participante pode apenas utilizar uma mão para concretizar a tarefa.
- :: É importante que a/o animadora/or procure manter alguma ordem e silêncio durante as construções, numa perspectiva de facilitar a cooperação e para que haja espaço para os grupos executarem as suas estratégias.
- :: A vitamina termina quando todos os grupos, sequencialmente, tiverem exibido as suas construções.
- Se, a partir da observação da dinâmica e dos resultados, a/o animadora/or entender que é necessário e pertinente, poderá promover uma pequena discussão sobre o exercício, abordando como se sentiram, que estratégias desenvolveram e se retêm alguma aprendizagem.



"LOST" – ROLE PLAY DE ECONOMIAS SOLIDÁRIAS

Objectivos	 ⇒ Reflectir e sensibilizar para o conceito de economias solidárias; ⇒ Ampliar a capacidade de abordagem e de construção de alternativas criativas; ⇒ Promover o espírito de cooperação e solidariedade;
	⇒ Promover atitudes de negociação, consenso e inclusão.
Тетро	 ⇒ 170 min. Apresentação – 20 min. Sobrevivendo (1ffi parte) – 60 min. Intervalo – 15 min. Testemunhando (2ffi Parte) – 45 min. Reflexão e debate – 30 min.
Tamanho de Grupo	 ⇒ Número ideal: 11 participantes ⇒ Se houver mais participantes, pode-se aumentar o número de observadoras/es ou construir 2 grupos, cada um fazen-do o role play separadamente ⇒ Se houver menos participantes, pode-se suprimir os observadores (neste caso, a/o animadora/or assume a observação)
Complexidade	⇒ Alta
Material	 ⇒ Cartões das personagens ⇒ Folhas de papel ⇒ Canetas ⇒ Lápis ⇒ Quadro ou folhas flipchart e marcadores (se possível)

LOST – Apresentação

:: A/o animadora/or iniciará a sessão dizendo que a dinâmica consistirá num *role play*, dividido em vários momentos, que serão explicados no seu devido tempo. É importante assinalar que, no final, haverá um momento de debate e reflexão, onde todas/os poderão partilhar as suas reflexões, aprendizagens, dúvidas e contributos.



- :: Sendo esta uma fase de introdução ao exercício, a/o animadora/or deve, antes de começar a apresentar a situação e as personagens, clarificar no que consiste um role play:
 - :: Um role play tem por objectivo simular uma realidade e, para isso, cria personagens e situações, que podem ou não ser alheias às/aos participantes;
 - :: As personagens serão representadas pelas/os participantes, que deverão procurar encarná-las da forma mais realista que forem capazes, partindo do que conhecem da situação e/ou das pessoas;
 - :: Para cumprir esse objectivo poderão recorrer a sotaques, posturas, adereços, linguagem ou outros elementos que permitam uma melhor caracterização e vivência da personagem que lhes caberá representar;
 - :: Mesmo quando se encontrem em situações de dilema ou conflito, as/os participantes devem procurar manter-se "na pele" da sua personagem, não esquecendo, no entanto, os limites do respeito e da não-violência.
- Seguidamente, a/o animadora/or deverá proceder à divisão das/os participantes em grupos. O número ideal é de 11 participantes: 9 personagens e 2 observadoras/es. No entanto, outras constituições são possíveis, por exemplo:
 - :: 13 participantes: 9 personagens + 4 observadoras/es;
 - :: 18 participantes: 2 grupos de 9 personagens, cada um realizando a simulação separadamente (na mesma sala em lados opostos ou em salas distintas). Não havendo observadoras/es, será a/o animadora/or a desempenhar esse papel;
 - :: 25 participantes: 2 grupos de 9 personagens, cada um realizando a simulação separadamente (na mesma sala em lados opostos ou em salas distintas) + 7 observadores, ficando 2 com cada um dos grupos durante toda a dinâmica e os restantes 3 circularão entre os grupos. Neste caso, em que há várias/os observadoras/es, a devolução das suas reflexões e observações pode passar por uma partilha mais estruturada (cartazes, apresentação, etc.).
- :: No caso de haver 2 grupos, é provável que durante o exercício se exaltem ou façam muito barulho. É por isso conveniente procurar ter os grupos em duas salas separadas ou então que estejam o afastados possível entre si.



LOST - Sobrevivendo - 1.ª Parte

- :: A/o animadora/or dá então início à 1.º parte da dinâmica que se chama "Sobrevivendo", começando por ler, pausadamente, a situação do role play "Um tornado na Vila Planalto", que traduz o contexto em que as personagens se encontram. Deverá dar algum tempo às/aos participantes para compreenderem a situação, não devendo, no entanto, permitir que comecem a debater ou trocar ideias sobre a mesma.
- :: Para desenvolver o exercício, cada grupo deverá depois ter uma cópia do contexto para consultar livremente.

A SITUAÇÃO – "UM TORNADO NA VILA PLANALTO"

Vocês são habitantes da Vila Planalto, que é uma vila muito pequena – só tem habitações e terras, na sua maioria abandonadas. Quase todas/os trabalham na cidade vizinha, em empresas e instituições públicas, para a qual se dirigem todos os dias, cruzando a única ponte que serve de comunicação entre a vila e a cidade, e o resto do mundo.

Ontem, um tornado passou pela Vila Planalto e provocou estragos inimagináveis:

- ✗ A ponte ruiu − não há como sair ou entrar na Vila;
- ✗ Todas as casas acusam estragos nos telhados ou paredes;
- X Não há comida armazenada só o stock do mini-mercado dos QUIN-TALEIRO;
- X Não há acesso a dinheiro só o pouco que as pessoas têm nas suas casas;
- ✗ Não há electricidade e, por isso, não há comunicações com o exterior.

Hoje, um helicóptero que não conseguiu aterrar, largou a seguinte mensagem para a população:

Caras/os compatriotas,

Estamos solidárias/os convosco!

Lamentamos, por isso, ter de vos informar, que, por razões técnicas e financeiras, será impossível ao Estado refazer a ponte em menos de 5 anos.

Confiamos que daqui até lá se consigam organizar e sobreviver da melhor forma. Rezamos por vós.

Ass.: Presidente da República

- :: De seguida, a/o animador deverá distribuir os "Cartões Personagem" pelos grupos, pedindo-lhes que os leiam à medida que os forem recebendo, mas sem reagirem ou tecerem comentários. A distribuição deverá ser feita de forma aleatória. Uma possibilidade de distribuição poderá passar por ter os "Cartões Personagem" virados para baixo e cada participante ser convidada/o a tirar um para si.
- :: As instruções estão divididas em duas partes: a situação familiar e socioeconómica da personagem e o seu estado de espírito, preocupações e desafios.

CARTÕES PERSONAGEM

FILIPE "QUINTALEIRO"

És casado com ISABEL QUINTALEIRO, têm os dois 56 anos e são donos do mini-mercado. Neste, vendem os produtos transformados que vêm da cidade, mas sobretudo os produtos da terra – carnes, legumes, frutas, leite – que cultivam com os vossos 2 filhos, também eles agricultores. Havia mesmo pessoas da cidade que vinham de propósito comprar os vossos produtos.

Vocês temem pela vossa tranquilidade: a vossa vontade é ficarem estes 5 anos fechados em casa, porque, entre o stock de produtos transformados e o que tiram da terra, hão-de sobreviver sem grandes carências. No entanto, têm consciência que são os únicos que sabem das lides da Terra e as crianças, coitadas, não podem deixar de comer!

FIRMINA "NODET"

És mulher de ZÉ FAZ-TUDO, com quem tens duas lindas gémeas. És empregada de limpeza da RITA BANCA-ESCUDO.

Estás muito preocupada e já te estás a preparar para uma guerra: Já sabes que a tua patroa, que nem perto do salário mínimo te paga, te vai tentar continuar a explorar durante estes 5 anos. De certeza que te vai acenar com mais 15€ por mês para te levar para casa dela para limpar, cozinhar e cultivar o quintal, como se pudesses largar o teu marido e as bebés!



ISABEL "QUINTALEIRO"

És casada com FILIPE QUINTALEIRO, têm os dois 56 anos e são donos do mini-mercado. Neste, vendem os produtos transformados que vêm da cidade, mas sobretudo os produtos da terra – carnes, legumes, frutas, leite – que cultivam com os vossos 2 filhos, também eles agricultores. Havia mesmo pessoas da cidade que vinham de propósito comprar os vossos produtos.

Vocês temem pela vossa tranquilidade: a vossa vontade é ficarem estes 5 anos fechados em casa, porque, entre o stock de produtos transformados e o que tiram da terra, hão-de sobreviver sem grandes carências. No entanto, têm consciência de que são os únicos que sabem das lides da Terra e as crianças, coitadas, não podem deixar de comer!

JOSEFINA "PASSA-CHEQUES"

És assistente social há 35 anos e mãe de TOMÉ FAZ-PENSOS. Toda a tua vida tiveste como função atribuir apoios a famílias carenciadas. Para isso, decidias se as carências apresentadas eram ou não reais e, em função disso, passavas ou não um cheque ao fim do mês para eles poderem comer.

Estás com muitos dilemas: Acreditas que, agora, mais do que nunca, as tuas funções e competências de assistente social são necessárias, mas não consegues perceber o que fazer. Afinal, não te vai valer de nada passar cheques. Como poderás desempenhar a tua profissão ou ser útil no meio desta calamidade?

MÁRIO "PAPI"

Trabalhas numa grande superfície. A tua mulher tinha ido às compras à cidade quando se deu esta desgraça. Ela ficou do outro lado. Tu ficaste aqui com os teus dois filhos, o Tó de 6 anos e a Zé de 3 anos, para jogarem à bola.

Tu estás em pânico: nunca tinhas tomado conta dos teus filhos sozinho. Como vais dar conta do recado? Entre recuperar a casa, encontrar comida e cuidar deles, a vida será impossível.



RAFAEL "MEIO-TOSTÃO"

És economista, mas nunca trabalhaste, "vives dos rendimentos". És dono, por herança, de 3/4 da terra cultivável da Vila Planalto. Apenas uma pequena parte está cultivada. A maioria da terra está abandonada porque ninguém consegue comprar-te a terra pelos preços que pedes ou arrendá-la pelos 200€ mensais que exiges por cada parcela. A tua casa é na cidade, só vieste até Vila Planalto para recolher as 3 rendas deste mês. Agora estás aqui isolado.

Estás preocupado porque: Não sabes onde vais dormir, nem onde irás buscar comida. Os 600 euros não durarão muito, até porque aqui ninguém gosta muito de ti... e ninguém vai aceitar os cartões de crédito.

RITA "BANCA-ESCUDO"

És banqueira, casada e tens 3 filhos. És uma das proprietárias do banco que tem sede na cidade e que é um negócio de família. Tens uma vivenda na Vila Planalto com piscina e jacuzzi.

A tua preocupação é: Como vais convencer a FIRMINA NODET a dar-te comida, porque ela tem lá o seu "quintalito". Até pode facilmente cultivar também a comida da tua família na parte de trás da tua casa. Aliás, ela como tua empregada tem essa obrigação, se não quiser perder o emprego. Com o dinheiro que tens no Banco, se tiveres de a aumentar para 400€ mensais, paciência, desde que ela tome conta de ti e dos teus.

TOMÉ "FAZ-PENSOS"

És filho da JOSEFINA PASSA-CHEQUES e estudante do 2€ ano de Enfermagem. A tua cena é a tua banda e estar com os amigos.

Não sabes muito bem como reagir: Por um lado, 5 anos sem aulas nem trabalho é óptimo, podes dedicar-te a escrever e tocar música, que é o que gostas. Por outro lado, deste lado não tens amigo nenhum, são todos da cidade — aqui as pessoas mais novas têm 30 e tantos anos, fora as crianças e bebés. Não há música sem amigos. Como vais então passar o teu tempo?



ZÉ "FAZ TUDO"

Tens 37 anos e és casado com FIRMINA NODET, com quem tens 2 lindas gémeas. Sempre foste o biscateiro da Vila e da Cidade – de pedreiro a carpinteiro e canalizador, não há ofício que não domines. Nunca estudaste e nunca tiveste grandes amigos. A maior parte das pessoas acha-te "labrego" e não fala contigo. Tens um grande empréstimo para pagar ao Banco, que te leva tudo o que consegues ganhar.

Não estás muito preocupado com esta situação: Sempre viveste aqui e não gostas da cidade. E achas que chegou o momento de toda a gente reconhecer o teu valor. Só tu és capaz de reparar os estragos nas casas. Além disso, é uma hipótese de amealhar bom dinheiro para pagar o empréstimo.

OBSERVADOR 1

A tua tarefa será observar e reflectir sobre o processo através do qual o grupo irá ou não construir uma solução, bem como analisar a própria solução.

Pede-se muita atenção aos conflitos e às suas causas, bem como aos consensos e respectivas cedências e/ou mudanças de atitudes.

No final do *role play*, terás de partilhar com o grupo o resultado do teu trabalho. É importante, por isso, que tires notas e estrutures uma pequena apresentação.

:: Finalmente, a/o animadora/or comunica a tarefa dos grupos ou das personagens:

A vossa **TAREFA** é RECONSTRUIR A VOSSA COMUNIDADE garantindo que:

- 🗴 Toda a gente tem comida
- x Toda a gente vê as suas casas consertadas
- Toda a gente reencontra uma vida "normal" (com trabalho, convívio, integração, etc.)

Tenham em conta que a solução a ser encontrada deverá ser sustentável pelo menos ao longo de 5 anos, ou seja, até voltar a haver ponte. Têm 60 minutos.



Rafael MEIO-TOSTÃO Rita BANCA-ESCUDO Zé FAZ-TUDO Firmina NODET Mário PAPI

Personagens do Role Play

Josefina PASSA-CHEQUES Tomé FAZ-PENSOS Isabel QUINTALEIRO Filipe QUINTALEIRO

- :: Antes de os grupos iniciarem a simulação, a/o animadora/or deve relembrar os objectivos do *role play* e o que se espera das/os participantes:
 - :: Procurar representar as suas personagens de forma realista: viver e manifestar as suas convicções e atitudes e procurar atingir os seus objectivos, conforme as instruções;
 - :: Sempre que se encontrem em situações de conflito ou discórdia, zelar pela ordem e respeito dentro do grupo;
 - :: Procurar chegar a um resultado, sabendo que não tem necessariamente de ser uma solução ideal e que não existem resultados correctos ou errados; isto implica que não devem procurar facilitar o exercício propondo soluções rápidas que dificilmente seriam possíveis na vida daquelas personagens.
- :: Para facilitar o início do exercício, a/o animadora/or poderá sugerir aos grupos que comecem por um ronda de apresentação das personagens, para que todas/os possam saber quem está presente e para melhor assimilarem o seu papel. Em alternativa, sobretudo se houver dois grupos, a/o animadora/or pode pedir às/aos participantes, depois de distribuídos os cartões, para lerem em voz alta as personagens, dando assim algum tempo a todas/os para interiorizarem a sua personagem, perceberem quem são as restantes e construírem o cenário onde se vão mover.



- :: A/o animadora/or deve relembrar os 60 minutos de que os grupos dispõem para chegarem a um resultado, antes de irem para intervalo. Deve também informar que deverão preparar-se para depois partilhar em plenário o que aconteceu durante a representação, para reflexão e debate.
- De seguida, os grupos deverão ocupar os seus espaços de trabalho. Recomenda-se estruturar o menos possível o espaço para que as relações e dinâmicas criadas entre as personagens possam reflectir-se nesse mesmo espaço. Será suficiente ter uma mesa grande (quadrada ou rectangular).
- :: As/os observadoras/es deverão acompanhar o seu grupo, procurando manter-se fora da discussão para observar com maior objectividade.
- :: Durante o exercício, é importante a/o animadora/or passar pelos grupos para ajudar a resolver quaisquer dúvidas que possam surgir, bem como para apelar à calma, caso as/os participantes entrem em excesso no papel das suas personagens, vivendo os conflitos de forma mais intensa ou até agressiva ou lesiva para as outras pessoas.
- :: Cerca de 10 minutos antes de terminar o tempo previsto para o exercício, a/o animadora/or deverá ir avisando os grupos que o tempo está a terminar e deverão começar a sistematizar os resultados a que chegaram.

Intervalo

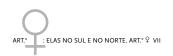
- :: Após o exercício, é importante fazer um intervalo de 15 minutos porque:
 - :: Servirá de preparação para a 2.ª tarefa e para o plenário de reflexão e debate, dado que as/os participantes irão começar a ganhar alguma distância do exercício, sendo assim mais capazes de o analisar e desconstruir;
 - :: Permitirá às/aos participantes "despir-se" das suas personagens e das emoções vividas, nomeadamente com os momentos de tensão



- e conflito, que não devem ser interiorizados e perpetuados após o exercício;
- :: Será um espaço de convívio e aproximação das/os participantes, facilitando o posterior debate e a análise das personagens do *role play*, nomeadamente as mais polémicas.
- :: No fim do *role pla*y, a/o animadora/or deve lembrar que devem começar a deixar as suas personagens para trás durante o intervalo.

LOST - Testemunhando - 2.ª parte

- :: Nesta segunda parte da dinâmica, o objectivo é que as/os participantes possam reflectir criticamente sobre:
 - :: As suas personagens, nomeadamente atitudes e convicções e a sua verosimilhança relativamente às pessoas "reais" em seu redor e no mundo:
 - :: A situação criada e aquilo que aconteceu nas conversações e negociações no sentido de a ultrapassar;
 - :: Os obstáculos que surgiram e suas origens e consequências;
 - :: O que não foi possível conseguir e porquê, bem como a sua relação com a sua realidade.
- :: Este momento poderá ser feito:
 - :: Em grupo, sem intervenção da/o animadora/or, sendo os resultados levados para o plenário final de reflexão e debate, sob a forma de apresentação ou painéis em flipchart;
 - :: Em plenário, juntando-se com o momento de reflexão e debate final, sendo a/o animadora/o a dinamizar a discussão e a apontar as conclusões e ideias fortes que forem surgindo, de forma visível para todo o grupo.
 - :: Caso se tenha optado por fazer 2 grupos de *role play*, esta parte deverá necessariamente ser feita em separado pelos respectivos grupos, que deverão socializar os seus resultados no plenário final.



- :: As/os observadoras/es poderão integrar o debate nesta fase, partilhando as suas observações e reflexões com os seus grupos ou poderão intervir apenas no plenário final, depois das/os participantes que encarnaram as personagens tiverem partilhado as suas conclusões e análises.
- :: A/o animadora dá início então a esta 2.ª parte do exercício "Testemunhando", que não deverá durar mais de 45 minutos. Deverá comunicar a nova tarefa do grupo, explicando e entregando o Guião para esta fase do debate. O Guião também poderá estar exposto de forma visível para todas/os na sala de trabalhos.

TESTEMUNHANDO - GUIÃO

Passaram 5 anos. Vocês são hoje mais famosas/os que os mineiros do Chile. Têm de dar o vosso testemunho ao Mundo, que rezou por vocês durante 5 anos.

As perguntas que vos fazem são sempre as mesmas:

- ✓ Como conseguiram organizar-se e sobreviver? O que foi preciso ceder e mudar para garantir a organização da comunidade? O que falhou ou poderia ter melhorado para facilitar a vossa sobrevivência? Haveria outra solução que teria sido a ideal?
- ✓ Querem guardar alguma coisa desses 5 anos ou querem esquecer tudo, afinal agora têm tudo de volta? Vêem alguma semelhança entre o que vos aconteceu e a vossa vida quotidiana?
- ✓ O que vai mudar em vocês depois de terem passado 5 anos sem moeda e a depender exclusivamente daquilo que sabem fazer e do entendimento e solidariedade da vossa comunidade?
- É importante lembrar as/os participantes que este testemunho deve corresponder ainda ao que as suas personagens diriam face ao resultado conseguido e que, apesar de ser um testemunho colectivo, pode incidir tanto sobre os pontos de consenso como sobre os de divergência.



Plenário final de reflexão e debate

- :: Este momento final da dinâmica deverá partir das conclusões e aprendizagens feitas pelas/os participantes nas duas partes anteriores do exercício "Sobrevivendo" e "Testemunhando".
- :: A/o animadora/or deverá dinamizar o debate a partir destas conclusões, procurando fazer 3 grandes abordagens distintas:
 - :: Como as/os participantes se sentiram. Como relacionam as suas pessoas e as suas realidades com as personagens e a situação apresentada. O que aprenderam sobre economias e se isso os leva a querer mudar alguma coisa enquanto consumidoras/es, produtoras/es ou prestadoras/es de serviços e enquanto cidadãs/aos.
 - :: Desconstrução do exercício, procurando analisar se aquela situação e o resultado poderiam de facto acontecer e se aquelas personagens existem de facto. Este aspecto é especialmente importante dado que é possível que as/os participantes assumam duas estratégias que podem desvirtuar o exercício: viver tão intensamente as suas personagens que exacerbam os conflitos de forma a não permitir qualquer tipo de solução ou mudança; ou facilitar a resolução da situação, suprimindo conflitos e desvirtuando as personagens, e assim retirando do exercício os desafios e as mudanças que as economias solidárias representam frente à economia capitalista.
 - :: Apresentação às/aos participantes do conceito, princípios e formas de economias solid·rias, preferencialmente dando exemplos de projectos, grupos e empreendimentos ligados a esta realidade.



PÁGINAS

- ✓ Acção para a Justiça e Paz www.aipaz.org.pt
- ✓ Alianza para un mundo responsable, plural y solidário http://www.alliance21.org/2003/
- ✓ Associação Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico www.aceesa-atlantico.org
- ✓ Associação In Loco www.in-loco.pt
- ✓ Centro de Estudos Sociais FEUC www.ces.uc.pt
- ✓ Fórum Brasileiro de Economia Solidária www.fbes.org.br
- ✓ Grupo de Pesquisa em Economia Solidária da UNISINOS, Brasil www. ecosol.org.br/index.htm
- ✓ Marcha Mundial das Mulheres <u>www.marchemondiale.org/index_html/en</u>
- ✓ Pôle de socio-economie solidaire www.socioeco.org/fr/
- ✓ REMTE Red Latinoamericana Mujeres transformando la Economía http://movimientos.org/remte/
- ✓ SOF Sempreviva Organização Feminista www.sof.org.br/



AVALIAÇÃO "PONTES DE CONTACTO"

Objectivos	 ⇒ Promover um espaço de avaliação qualitativa de toda a sessão, nos seus diferentes aspectos ⇒ Criar um momento final de interacção do grupo
Тетро	⇒ 15 min.
Complexidade	⇒ Baixa
Material	 ⇒ 1 conjunto para cada participante de 5 tiras de pa-pel de cores distintas p.e., folha A4 dividida em 3 p.e., castanho, verde, vermelho, amarelo e azul ⇒ 5 folha de papel cenário ⇒ Canetas ⇒ Lápis de Cor ⇒ Marcadores

Descrição passo-a-passo

:: As 5 folhas de *flipchart* deverão estar dispostas nas paredes da sala de trabalho. Cada uma terá assinalada uma cor (tira de papel colada) e corresponderá a um critério de avaliação (escrito de forma visível para todo o grupo). Os critérios e as possíveis cores correspondentes são:

:: Conteúdos	Castanho
:: Metodologia	Verde
:: Animadora/or	Vermelho
:: Grupo	Amarelo
:: Participação individual_	Azul

- :: A/O animadora/or distribui a cada participante um conjunto de 5 tiras de papel de cores diferentes que correspondem aos 5 critérios de avaliação.
- :: De seguida, cada participante terá de escrever, em cada tira de papel, a sua avaliação sobre os tópicos respectivos. Deve ser dado algum tempo às/aos participantes para pensarem e escreverem.



- :: Quando todas/os tiverem terminado de escrever, a/o animadora/or deverá convidar as/os participantes, caso queiram, a partilhar as suas observações e sugestões com o resto do grupo.
- :: Depois das/os participantes que quiseram partilharem e discutirem as suas avaliações, todas/os deverão afixar as tiras de papel nos respectivos painéis (flipcharts). Estas deverão ser afixadas de forma a que, no final, as tiras de papel de cada critério de avaliação constituam a figura de uma ponte. O desenho final da ponte, bem como a justaposição das tiras de papel ficará a cargo da imaginação e criatividade das/os participantes.
- :: É igualmente importante apelar às/aos participantes para que não se esqueçam de ver as avaliações das/os suas/seus colegas.
- :: Estando todas as pontes criadas, estará terminada a avaliação e consequentemente dar-se-á por terminada a sessão.



5.2. OFICINA: "COMÉRCIO MUNDIAL"

Adaptação e actualização de Celina dos Santos e Sandra Silvestre

Explorar as Desigualdades no Desenvolvimento dos Países Plano da Sessão :: :: Duração
Vitamina "Criar Laços com Abraços" 10 min.
Exercício "Comércio Mundial" 180 min./3hoo
Avaliação "Nós no Mundo" 10 min.
Total 200 min/3h20

Vitamina: "CRIAR LAÇOS COM ABRAÇOS"

Objectivos	⇒ Descontrair;		
	⇒ Desmecanizar o corpo e a mente;		
	⇒ Aproximar o grupo.		
Тетро	⇒ 10 min.		
Tamanho de Grupo	\Rightarrow Qualquer		
Complexidade	⇒ Baixa		
Material	⇒ Nenhum		

Descrição passo-a-passo

- :: A/O animadora/or começa por solicitar a todas as pessoas que formem uma roda, dando as mãos, de modo a que todas as pessoas se possam ver.
- :: De seguida, pede que cada pessoa, durante 1 minuto, pense numa característica que a torne única e especial. Esta característica pode ser uma experiência, um feito, um hobby ou um desejo que, na sua opinião, mais ninguém partilhe com ela.
- :: Depois de terem encontrado a sua "característica" única e especial, todas/os as/os participantes, sequencial ou aleatoriamente, deverão comunicar ao grupo o que a torna única e especial.



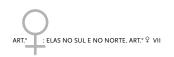
- :: Sempre que uma/um participante for partilhar com o grupo a sua característica, deverá dar um ou dois passos em relação ao centro da roda.
- :: Depois de ouvirem a característica da/o participante, todas/os as/os que de alguma forma se identifiquem com essa característica, que já tenham concretizado a mesma experiência ou que tenham a mesma perspectiva, deverão avançar e abraçá-la.
- :: Devem permanecer assim, abraçadas/os, até que ouçam outra característica ou aspecto com que se identifiquem. Quando isso acontecer, deverão sair do abraço colectivo e abraçar a/o participante com quem partilham mais uma característica.
- :: Após cada onda de abraços, a/o animadora/or deve procurar que sejam as/os participantes "livres" de abraços, ou seja, que ainda não estejam abraçadas/os a ninguém, a ser as/os próximas/os a dizer a sua característica.
- :: A Vitamina termina quando todas/os as/os participantes tiverem partilhado a sua "característica" única e especial.
- :: A/o animadora/or poderá, depois de terminada a comunicação das características promover, durante 5 a 10 minutos, alguma reflexão grupal sobre as características únicas e partilhadas.
- :: Caso opte por reflectir sobre a Vitamina, algumas das perguntas para conduzir o grupo podem ser:
 - :: Como se sentiram durante a Vitamina?
 - :: Foi fácil ou difícil descobrir aquela característica que as/os tornava únicas/os?
 - :: Foi para elas/eles uma surpresa descobrir que a sua característica era única ou, pelo contrário, que era partilhada por muitas/os outras/os participantes?
 - :: Como se sentem por saber que muitas das suas características são partilhadas com outras pessoas? Ainda assim, continuam a ser únicas/os e especiais?
- :: Esta Vitamina poderá ser um bom momento para:



- :: Aproximar as/os participantes na formação de um grupo mais coeso.
- :: Ajudar a reflectir sobre o conceito da "diferença na igualdade".
- :: Potenciar o intercâmbio dentro do grupo a partir das identidades positivas de cada uma/um.

Exercício: "COMÉRCIO MUNDIAL"

Objectivos	 ⇒ Demonstrar a complexidade do sistema de comércio internacional; ⇒ Promover a reflexão sobre as causas das desigualdades; ⇒ Relacionar os conceitos de desigualdade e pobreza; ⇒ Promover a consciência de cidadania global.
Тетро	⇒ 180 min./3hoo
Tamanho de Grupo	⇒ 8 a 30 pessoas
Complexidade	⇒ Alta
Material	 ⇒ Cartões Identificadores dos Países ⇒ Quadro geral de produção e consumo ⇒ Painéis de Produção de cada país ⇒ Painéis de Consumo de cada país ⇒ Cartões de fábricas transformadoras ⇒ Moeda fictícia (capital financeiro) ⇒ Certificados de crescimento ⇒ Certificados de Compra de Fábricas Transformadoras ⇒ Tabela de Balanço Anual ⇒ 125 Pioneses pretos (para as unidades de produção) ⇒ 125 Pioneses verdes (para as unidades de consumo) ⇒ 50 Pioneses vermelhos (para as penalizações anuais)



1. O EXERCÍCIO

- :: O exercício do "Comércio Internacional" foi criado na década de 70 e foi, desde então, utilizado e adaptado por muitas organizações e formadoras/es, como é o presente caso.
- O seu objectivo é representar as principais características do Comércio Internacional, que estão na origem de desigualdades, pobreza e negação dos Direitos Humanos em todo o Mundo, mas especialmente nos chamados países em desenvolvimento. Enquanto simulação para ser desenvolvida à escala de uma sala e de um grupo de participantes, torna-se complexa do ponto de vista da/o animadora/or e das/os participantes. Recomenda-se que seja dinamizada por 2 animadoras/es.
- :: Neste exercício, estão representados vários países com as suas necessidades de consumo e com as suas possibilidades de produção. A escolha destes países procura ser representativa da complexidade e das desigualdades nas relações comerciais, não só entre Sul e Norte, como entre Norte-Norte ou Sul-Sul. Os indicadores utilizados também procuram espelhar as disponibilidades de matérias-primas, energéticas e de tecnologias e o acesso à sua compra e consumo, que condicionam, na actualidade, o comércio e as relações entre países.
- Os países serão representados pelas/os participantes, que terão de gerir a sua produção e consumo, ano após ano. Isto levá-las/os-á a confrontarem-se com alguns dos limites e das injustiças do presente sistema de comércio internacional, que as/os impedirá de garantir a sobrevivência dos seus países ou que lhes permitirá, se quiserem, fazer com que os seus países sejam ricos, explorar os restantes ou agir em igualdade e partilha (isto depende do país que lhe seja atribuído e da atitude que adoptarem).
- :: Além dos países, existe também a Organização Central, representada e gerida pela/o animadora/or que simboliza o papel jogado pelas organizações internacionais ligadas às questões do comércio, das finanças ou da propriedade intelectual, como a OMC, o Banco Mundial ou o FMI. O seu papel é zelar pelo cumprimento das regras



do exercício e validar várias das operações que poderão vir a ser realizadas.

- :: Além das organizações internacionais, também os contratos e negociações permitidas entre os países pretendem "imitar" as relações que acontecem na realidade (ou as que poderiam acontecer) e reflectir a interdependência crescente numa economia mundial e globalizada.
- :: Todas estas questões irão surgir ao longo do desenvolvimento do exercício e, por isso, a/o animadora/or deve evitar antecipar estas ideias e conceitos, permitindo que essa seja uma aprendizagem individual e colectiva das/os participantes a partir, primeiro, das vivências e, no final, da reflexão e debate.
- :: O exercício abarca 5 anos de produção e consumo. No entanto, pode ser reduzido para 3 anos, se houver falta de tempo, se o grupo estiver cansado ou se a/o animadora/or entender que os resultados foram já atingidos e são suficientes para permitir o debate e reflexão final

2. NÚMERO DE PAÍSES E PARTICIPANTES

- :: Para preparar o exercício, a/o animadora/or precisa de saber previamente o número exacto ou aproximado de participantes, dado que isso determina o número de países representados.
- :: Cada país pode ser representado por 1 ou 2 participantes. Na tabela que se segue apresenta-se a relação dos países presentes por número de participantes, para grupos dos dois tamanhos.



1 pax/país	2 pax/país	Países	
		Angola	Q
		Brasil	
8	EUA Guiné-Bissau		
		Guiné-Bissau	*
		Índia	(a)
		Irão	
		Moçambique	*
		Rússia	

1 pax/país	2 pax/país	Países
9	18	Alemanha
10	20	Japão
11	22	Venezuela
12	24	África do Sul
13	26	China
14	28	Reino Unido
15	30	Turquia C*

3. ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

:: As várias mesas devem ser previamente organizadas e dispostas em "U" na sala de trabalho.



- :: No centro e no extremo do "U" deve ficar a mesa da Organização Central (onde estará a/o animadora/or), de modo a que posso ver todo o grupo.
- :: Nas mesas laterais, deverão estar "instalados" os países. A sua distribuição pelo espaço pode obedecer a vários critérios, devendo a/o animadora/or estar consciente que esta escolha irá influenciar o decorrer do exercício. Por exemplo:
 - :: Agrupamento por níveis de desenvolvimento Ë pode potenciar as concertações ou conflitos entre países "ricos" e/ou entre países "pobres".
 - :: Agrupamento por continente É pode potenciar alianças baseadas em elementos de identidade ou de solidariedade regional e trazer ao exercício alianças entre "pobres" e "ricos", assentes em objectivos comuns ou, pelo contrário, criar hegemonias regionais.
 - :: Intercalar países "ricos" com países "pobres" É pode potenciar o conflito e precipitar os resultados, dado que as desigualdades serão mais visíveis e afectarão mais as/os participantes.

4. PREPARAÇÃO DOS MATERIAIS

- El Para o exercício, são necessários diversos materiais, tanto gerais e como específicos para cada país. De seguida, explica-se cada um dos materiais e apresenta-se um exemplo por país, no caso dos materiais específicos. No final do exercício, em "Tabelas e Materiais" encontram-se as tabelas gerais, os modelos e os dados de cada país.
- :: Sugere-se a construção de suportes para os Cartões Identificadores dos Países e os Painéis de Produção e Consumo, utilizando papel cartão ou re-utilizando caixas ou caixotes, dado que dobrados em dois manter-se-ão de pé nas mesas, ficando visíveis para todas/os. Será sobre este papel cartão que serão colados os materiais impressos.



:: CARTÕES IDENTIFICADORES DOS PAÍSES,

- :: Deverá incluir o nome e a bandeira do país e ser colocado na mesa correspondente ao país (ver Número de Países e Participantes).
- :: Poderão ser incluídos outros dados, como a população ou área geográfica.



:: CAPITAL (EM €)

- :: Todos os países dispõem de capital inicial (ver Tabela), que irá servir para as trocas entre os países.
- :: A moeda fictícia poderá ser em Euros ou outra inventada:



:: PAINEL DE PRODUÇÃO

- :: Contabiliza as unidades de produção anual do país e deverá ser colocado na sua mesa.
- :: Cada unidade de produção é simbolizada no painel por 1 pionés preto.
- :: No início de cada ano, o número adequado do pioneses é afixado no Painel de Produção de cada país pela Organização Central.

PAINEL DE PRODUÇÃO BRASIL				
Carne	Cereais	Petróleo	Investigação Científica	Riqueza Interna
5	3	13	7	6
***	女女女	\$\$\$\$\$\$ \$\$\$\$\$\$ \$	********	***



:: PAINEL DE CONSUMO

- :: Contabiliza as unidades de consumo anual do país e deverá ser entregue ao participante/país e estar colocado na sua mesa.
- :: Cada unidade de consumo é simbolizada no painel por 1 pionés verde (obtido por conversão das unidades de consumo, representadas por pioneses preto).
- :: No final de cada ano, durante o Balanço Anual, a Organização Central irá esvaziar o Painel de Consumo (e voltar a preencher o Painel de Produção com as unidades de produção anual).

PAINEL DE CONSUMO REINO UNIDO							
Carne	Cereais	Petróleo	Investigação Científica	Riqueza Interna			
2	1	10	6	9			
敦敦	X	%%%%%% %%%%	***	%%%%%% %%%			

:: TABELAS DE BALANÇO ANUAL

- Esta tabela (ver "Tabelas e Materiais) deverá estar ao alcance visual de todas/os as/os participantes, porque será onde, no final de cada ano, se resumirão os resultados dos países, ou seja, se os níveis de consumo mínimo foram ou não atingidos e se a produção é excedente ou deficitária. Os valores de produção e de consumo anual estão anotados na tabela.
- :: Juntamente com esta Tabela, a Organização Central deverá ter pioneses vermelhos para sinalizar, durante o Balanço Anual, os resultados negativos nos Painéis de Consumo, ou seja, os países que não foram capazes de satisfazer as suas necessidades mínimas de consumo (ver Instruções).

:: CARTÃO DE FÁBRICAS TRANSFORMADORAS

:: A cada país com Fábricas Transformadoras deverá ser entregue um Cartão que estabelece quais as fábricas que detém e a sua capacidade máxima de transformação.



CARTÃO DE FÁBRICAS TRANSFORMADORAS DA RÚSSIA							
	Capacidade Más de Transforma						
Energia	a partir de Petróleo	-					
Tecnologia	a partir de Investigação	6					
Aplicações	a partir da Riqueza Interna	15					

:: CERTIFICADOS DE CRESCIMENTO

- :: A partir do ano 2, os países poderão aumentar a sua capacidade de produção, comprando Certificados de Crescimento.
- :: Cada certificado confere una nova unidade de produção, que deverá ser traduzida no Painel de Produção por um novo pionés preto.
- :: A Organização Central deverá ter Certificados prontos a emitir (ver Tabelas e Materiais).

:: CERTIFICADOS DE COMPRA DE FÁBRICAS TRANSFORMADORAS

- :: A partir do ano 2, os países poderão tentar comprar e/ou vender fábricas transformadoras entre si.
- :: A venda será sinalizada no Cartão de Fábricas Transformadoras do país vendedor pela correcção da sua capacidade de transformação anual e pela entrega de um Certificado de Compra de Fábricas Transformadoras ao país comprador, onde se inscreve a sua capacidade transformadora (caso já tenha um Certificado ou Cartão, procedese à sua correcção)
- :: A Organização Central deverá ter Certificados prontos a emitir (ver Tabelas e Materiais).

5. APRESENTAÇÃO DO EXERCÍCIO ÀS/AOS PARTICIPANTES

:: Caso a introdução ao exercício seja feito logo após a Vitamina, a/o animadora/or poderá optar por manter o grupo afastado do "cenário", mantendo-as/os de pé até à divisão em grupos ou noutra sala. Se o



grupo já estiver no espaço onde se vai desenvolver a oficina, poderá estar já sentado nas mesas, mas deverá levantar-se para facilitar a divisão das/os participantes em grupos.

- :: A/o animadora/or começa por explicar às/aos participantes que irão iniciar um exercício em que terão como função gerir vários países, bem como as relações entre eles. Cada país será representado por 1 pessoa (ou 2, conforme o tamanho do grupo e a opção tomada) e terá um contexto pré-definido, tal como acontece na realidade. Neste caso, o contexto é estabelecido pela capacidade de produção, necessidades de consumo, fábricas transformadoras e capital inicial.
- :: A sua missão será gerir a produção de forma a assegurar as necessidades de consumo do país; o sucesso de cada país vai depender da capacidade de gestão da/o sua/seu representante.
- :: É neste momento que a/o animadora/or deverá proceder à divisão das/os participantes por países, antes de explicar em detalhe as Instruções. Poderá fazê-lo de diferentes formas, por exemplo:
 - :: Tendo já distribuído os países pela mesas, sinalizando-as com o Cartão Identificador do País, poderá distribuir pelas/os participantes os Painéis de Consumo e de Produção e o Capital Inicial, pedindolhes que ocupem os seus lugares.
 - :: Não tendo sinalizado as mesas com os países, poderá entregar quer o Cartão Identificador do País, quer os Painéis de Produção e Consumo e o Capital Inicial, pedindo-lhes que ocupem as mesas agrupando-se por continente ou outra forma escolhida.
- Depois de todas as pessoas estarem já instaladas nos seus países e de terem analisado os seus contextos – painéis de produção e consumo, fábricas transformadoras e capital inicial –, a/o animadora/or lê e explica as Instruções do exercício. Não devem ainda falar com as/os outras/os participantes.
- :: É possível que o grupo fique ansioso ou preocupado com as Instruções à medida que forem lidas. A/O animadora/or deve procurar manter a calma no grupo para que consigam perceber todas as instruções, bem como deixar claro que nada está garantido, que são as suas competências de "gestão" que irão determinar tudo.



COMÉRCIO INTERNACIONAL – INSTRUÇÕES

DURAÇÃO

* TOTAL 5 ANOS O exercício divide-se em 5 momentos, cada um

representa 1 ano.

X ANO 1 40 minutos
 X ANO 2 30 minutos
 X ANO 3, 4 e 5 15 minutos

MISSÃO

- Assegurar todos os anos as necessidades mínimas de consumo do país (indicadas no Painel de Consumo), através da gestão da sua produção (estabelecida no Painel de Produção). Ou seja, ao longo de cada ano, o país terá de ir produzindo os bens necessários ao consumo.
- A produção é representada por unidades (pioneses pretos) no Painel de Produção. À medida que forem convertidos e consumidos, transitam para o Painel de Consumo (pioneses verdes).
- ✗ Durante o Balanço Anual, feito pela Organização Central, poderão ainda ser feitas conversões entre produção e consumo para proceder à contagem final dos níveis de produção e consumo atingidos por cada país.

OS RECURSOS

- 🗴 Cada país pode ter de gerir até 4 tipos diferentes de recursos:
 - Produção (produtos "simples" e/ou "complexos");
 - Consumo;
 - Fábricas transformadoras;
 - Capital.

PRODUTOS "SIMPLES"

- x Os produtos "simples" são Cereais e Carne.
- Estas unidades de produção podem transformar-se imediatamente em unidades de consumo.
- Para isso, as/os participantes deverão dirigir-se à Organização Central para pedir a sua conversão. Entregarão unidades de produção de um dos produtos (pioneses pretos) e receberão a mesma quantidade dos mesmos produtos convertidos em unidades de consumo (pioneses verdes), que poderão afixar no painel de consumo.



PRODUTOS "COMPLEXOS"

X	Os prod	utos	"comp	lexos"	são d	s que	só	podem	ser	consu	umido	os c	lepois
	de "pass	sarem	າ" por ເ	ıma F	ábrica	de Ti	ans	formaç	ão:				

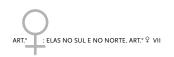
- Petróleo _____ a partir do qual se obtém ___ Energia
- Investigação Científica _ a partir da qual se obtém _ Tecnologia de Ponta
- **Riqueza Interna** a partir da qual se obtém Aplicações Financeiras
- A sua transformação acontece na Organização Central e só pode ser realizada a pedido do país dono da fábrica.
- * Apesar de nem todos os países terem fábricas:
 - Haverá países que terão de conseguir converter alguns dos seus produtos para assegurar o consumo mínimo necessário.
 - Todos os países terão de conseguir obter Energia ou converter o seu Petróleo para poderem converter/consumir as suas outras unidades de produção, nomeadamente Cereais e Carne.

CAPITAL INICAL

- ✗ Todos os países contam com um capital inicial em Euros.
- ✗ Os países poderão usar este valor monetário junto da Organização Central na compra de Certificados de Crescimento, mas também em quaisquer outras transacções que façam com outros países, nomeadamente:
 - comprar fábricas transformadoras;
 - comprar unidades de produção ou de consumo;
 - pagar a utilização de Fábricas Transformadoras de outros países.

FÁBRICAS TRANSFORMADORAS

- X As Fábricas Transformadoras são imprescindíveis para converter os produtos "complexos".
- * Apenas os países que têm Fábricas Transformadoras podem converter Petróleo, Investigação e Riqueza em Energia, Tecnologia e Aplicações, respectivamente.
- X Os restantes países terão de negociar para conseguir comprar unidades de consumo ou para conseguir converter as suas unidades de produção, nomeadamente o Petróleo, dado que sem Energia não podem consumir.
- ✗ Em alternativa, poderão procurar comprar Fábricas Transformadoras a outros países. Este tipo de operação só é permitido a partir do ano 2 e só produz efeitos no ano seguinte.



Para operacionalizar a conversão, o país detentor das Fábricas deve apresentar à Organização Central o seu Cartão de Fábricas Transformadoras bem como as unidades de produção (pioneses pretos) que pretende transformar em unidades de consumo (pioneses verdes).

CERTIFICADOS DE CRESCIMENTO

- X Os países podem aumentar a sua produção investindo em Certificados de Crescimento.
- x Só os poderão comprar a partir do ano 2.
- Cada certificado garante uma unidade de produção anual adicional de um dos produtos que o país já detém, ou seja, não pode ser usado para iniciar a produção de novos tipos de bens.
- S Os países podem escolher os bens cuja produção querem ver aumentada. Depois de emitido o certificado, não podem alterar o produto a que se aplica.
- ✗ O seu custo é de 1.000ff cada e entram em vigor no ano seguinte à sua aquisição (se for comprado no ano 2, entrará em vigor no ano 3).

ORGANIZAÇÃO CENTRAL

- Será gerida pelas/os animadoras/es.
- * As suas responsabilidades são:
 - Garantir a ordem e moderação ao longo do exercício.
 - Validar a transformação dos produtos "complexos" e dos produtos "simples".
 - Validar as compras das fábricas transformadoras.
 - Emitir os Certificados de Crescimento e os de Compra de Fábricas Transformadoras.

BALANÇO ANUAL

- No início de cada ano, os Painéis de Produção serão devidamente preenchidos pela Organização Central com as respectivas unidades de produção (pioneses pretos).
- x No final de cada ano, a Organização Central faz um Balanço para avaliar se foram cumpridas as necessidades de consumo e qual é o estado da produção.
- ✗ Irá verificar se as necessidades mínimas de consumo foram asseguradas e irá apontar os valores de produção. Toda esta informação será anotada na Tabela de Balanço Anual, que todas/os poderão ver.



✗ Depois do Balanço Anual, os painéis de consumo são esvaziados e os painéis de produção são de novo preenchidos com os valores adequados, para se dar início ao novo ano.

IMPACTOS DOS RESULTADOS ANUAIS

- ✗ Se obtiverem mais unidades de produção do que as que necessitam (para consumo), significa que obtiveram lucro. Isso traduz-se num excedente que poderá ser utilizado depois. No ano seguinte, poderão contar não só com as unidades de produção anuais, mas também como as unidades de produção excedentes (novos pioneses pretos).
- ✗ Se os valores mínimos de consumo não forem cumpridos, o país será penalizado por cada unidade em falta. No ano seguinte, todas as unidades de consumo não conseguidas serão incorporadas como unidades de consumo adicionais (novas unidades de consumo anuais representadas por pioneses vermelhos). Por exemplo, se a Venezuela, que tem uma necessidade de consumo anual de 2 unidades de tecnologia de ponta e apenas conseguir assegurar 1 unidade de consumo, começará o ano seguinte com uma necessidade de tecnologia de ponta de 3 unidades (1 unidade não atingida + 2 unidades anuais)
- X Não há produção sem energia. Por cada unidade de energia em falta no Painel de Consumo, a Organização Central tirará uma unidade de produção de cada produto, no ano seguinte (apreendendo 1 pionés preto de cada produto).

REGRAS

- ✗ Não há regras para o comércio internacional, excepto respeitar as unidades de consumo e produção e a sua conversão.
- 🗴 Há liberdade de circulação para negociar.
- x É possível trocar, comprar ou converter matérias-primas em bens e/ou
 dinheiro.
- 🗴 É possível comprar fábricas transformadoras.
- 🗴 Os países podem fazer contratos e/ou acordos anuais.



- Estas regras deverão estar afixadas na sala e estar visíveis para todo o grupo. Dada a sua complexidade, poderão também ser entregues a cada um dos países.
- :: Depois de lidas as instruções, a/o animadora/or deve procurar assegurar-se que todas/os perceberam as regras, levando o tempo que for necessário para as esclarecer. No entanto, deverá ter o cuidado de se limitar a esclarecer o que foi dito, não adiantando nada sobre o exercício, estratégias, resultados, etc.

6. COMÉRCIO INTERNACIONAL – ANO A ANO

- :: Dá-se então início ao exercício, alertando que, por corresponder ao Ano 1, ou seja, a primeira vez que as/os participantes vão experimentar gerir um país, esta primeira parte do exercício terá uma duração maior 40 minutos.
- :: Terminado o primeiro ano, a Organização Central faz o Balanço Anual, deixando tudo pronto para iniciar o Ano 2.
- :: A/o animadora/or deve aproveitar este Balanço Anual para esclarecer quaisquer dúvidas que as/os participantes possam ter, mas não deve permitir que haja debate e reflexão sobre o exercício.
- :: Anuncia-se então o início do Ano 2 que terá a duração de 30 minutos, uma duração menor porque as/os participantes estão já mais familiarizadas/os com as regras do jogo.
- :: Terminado o Ano 2, volta-se a fazer o Balanço Anual e a tirar dúvidas, se ainda as houver.
- :: E assim sucessivamente até ter completado os 3 ou 5 anos do exercício.

7. INTERVALO

:: O intervalo é um momento informal de proximidade entre as/os animadoras/es e as/os participantes, que proporciona um maior conhecimento interpessoal e, muitas vezes, a discussão de temas levantados no decurso do Exercício.



- :: Se o exercício estiver previsto para 5 anos, será importante fazer uma pausa após o Ano 2.
- :: Se o exercício estiver previsto para 3 anos, a pausa poderá acontecer após o Ano 1 para que as/os participantes possam descansar e assimilar melhor as regras do jogo ou após o Ano 3, no final do exercício.

8. DEBATE E REFLEXÃO FINAL

- :: O objectivo deste momento da oficina é debater o que sucedeu ao longo do exercício, no sentido de permitir às/aos participantes completar a sua aprendizagem. É fundamental estimular o debate de forma a ajudar as/os participantes a:
 - Desconstruir o exercício, explorando o que aconteceu, porque é que aconteceu e quais foram as consequências disso.
 - Construir cenários alternativos em relação ao que aconteceu.
 - Pensar e perceber porque é que os diferentes países tiveram resultados tão diferentes e o que seria preciso mudar nas regras ou ao longo do exercício para que os resultados de todos os países fossem semelhantes.
 - Analisar as causas das desigualdades e desequilíbrios mundiais que existem no comércio internacional e as suas consequências sobre as populações dos países.
 - Estabelecer paralelismos entre o que aconteceu no exercício e o que acontece na realidade.
- :: Estas são algumas das questões sobre o exercício que podem ser colocadas ao grupo e que poderão ser debatidas:
 - Como se sentiram durante o exercício?
 - Quais as maiores dificuldades que sentiram? Que estratégias encontraram para ultrapassar as dificuldades?
 - Foi fácil obter as unidades de consumo mínimas?
 - Pensaram em cooperar com os países que não estavam a conseguir atingir os objectivos, para os ajudar?
 - Porque é que os países têm níveis de produção e consumo diferentes?



- Se transportarmos este exercício para a realidade, quais poderão ser as semelhanças que encontramos?
- O que vos parece estar na origem destas desigualdades entre os países?
- Sentiram que, ao longo do exercício, esqueceram alguns dos valores que consideramos fundamentais nas nossas vidas?
- Qual a relação que existe entre a desigualdade e manifestação de pobreza?
- Existe um conjunto de conceitos ou palavras-chave que deverão ser parte deste momento, na medida em que são a tradução para a realidade daquilo que aconteceu no exercício:
 - Livre Comércio, Proteccionismo, economias subsidiadas
 - Acordos comerciais bilaterais e multilaterais
 - Economic Partnership Agreements
 - APD Ajuda Pública ao Desenvolvimento e Ajuda ligada
 - Barreiras Alfandegárias e taxas aduaneiras
 - Bloqueio do acesso a I&D Investigação e Desenvolvimento e à tecnologia
 - Comércio Internacional
 - Conceitos de desenvolvimento (industrialização, desenvolvimento humano, sustentável, etc.)
 - Dependência energética
 - Desvalorização de matérias-primas
 - Empréstimos e juros
 - Especulação
 - Organizações Internacionais: OMC Organização Mundial do Comércio, Banco Mundial, OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, FMI – Fundo Monetário Internacional, OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo, MERCOSUL – Mercado Comum do Sul.



9. TABELAS & MATERIAIS

Painéis de Produção e Consumo

País	Carne	Cereais	Petróleo	Investigação Cientifica	Riqueza Interna	Carne	Cereais	Energia	Tecnologia de Ponta	Aplicações Financeiras
África do sul	1	1	3	2	5	1	1	9	1	6
Alemanha	2	3	6	10	7	2	1	10	8	5
Angola	1	1	6	0	3	2	1	3	1	2
Brasil	5	3	13	7	6	4	2	10	5	4
China	15	15	11	10	7	15	15	10	8	6
EUA	9	15	7	14	14	8	3	13	10	15
Guiné-Bissau	1	1	0	0	1	2	1	1	1	4
Índia	2	9	8	14	6	2	12	9	12	7
Irão	1	1	13	3	5	1	2	9	3	4
Japão	1	1	5	15	10	2	2	12	14	8
Moçambique	1	1	0	0	2	2	1	2	1	4
Reino Unido	1	1	10	8	7	2	1	10	6	9
Rússia	3	4	14	10	6	2	2	11	8	5
Turquia	1	2	2	2	5	1	2	11	2	7
Venezuela	1	1	12	0	4	1	1	7	2	3
Total	45	59	110	95	88	47	47	127	82	89



Tabela de Balanço Anual

																CIENTÍFICA/ TECNO- LOGIA DE PONTA				NO-											
		Un.	1º	2º	3º	4º	5º	Un.	1º	2º	3º	4º	5º	Un.	1º	2º	3º	4º	5º	Un.	1º	2º	3º	4º		Un.	12	2º	3º	4º	5º
ÁFRICA DO SUL	Prod.	1						1						3						2						5					
AFRICA DO 30E	Cons.	1						1						9						1						6					
ALEMANHA	Prod.	2						3						6						10						7					
ALEMANHA	Cons.	2						1						10						8						5					
ANGOLA	Prod.	1						1						6						0						3					П
ANGOLA	Cons.	2						1						3						1						2					
BRASIL	Prod.	5						3						13						7						6					
BKASIL	Cons.	4						2						10						5						4					
CHINA	Prod.	15						15						11						10						7					П
CHINA	Cons.	15						15						10						8						6					
EUA	Prod.	9						15						7						14						14					
EUA	Cons.	8						3						13						10						15					
GUINÉ-BISSAU	Prod.	1						1						0						0						1				П	П
	Cons.	2						1						1						1						4					
ÍNDIA	Prod.	2						9						8						14						6					
INDIA	Cons.	2						12						9						12						7					
IRÃO	Prod.	1						1						13						3						3					
IKAO	Cons.	1						2						9						3						4					
LARÃO	Prod.	1						1						5						15						10					
JAPÃO	Cons.	2						2						12						14						8					
MOÇAMBIQUE	Prod.	1						1						0						0						2					П
INIOÇAINIBIQUE	Cons.	2						1						2						1						4					
REINO UNIDO	Prod.	1						1						10						8						7					П
KEINO UNIDO	Cons.	2						1						10						6						9					
RÚSSIA	Prod.	3						4						14						10						6					
KUSSIA	Cons.	2						2						11						8						5					
TURQUIA	Prod.	1						2						2						2						5					П
IUKQUIA	Cons.	1						2						9						2						7					
VENEZUELA	Prod.	1						1						12						0						4					П
VENEZUELA	Cons.	1						1						7						2						3					



Certificados de Crescimento

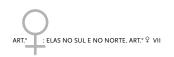
CERTIFICADO DE CRESCIMENTO	
Ano of Certifica-se que o país adque adque entrará em funcionamento um ano após of Ano de entrada em vigor	a compra.

Certificados de Compra de Fábricas Transformadoras

CERTIFICADO DE COMPRA DE FÁBRICAS TRANSFORMADORAS								
Ano de compra								
Certifica-se que o país adquiriu a(s) seguinte(s) Fábrica(s) Transformadora(s), com a capacidade indicada.								
Ano de entrada em vigor (1 ano depois)								
Energia a partir de Petróleo Tecnologia a partir de Investigação Aplicações a partir da Riqueza Interna								

Capital Inicial de cada País

País	Total	100	150	250	500	1.000	5.000
África do sul	3.000 €	2x	2x	4x	1x	1x	0
Alemanha	8.000€	2x	2x	4x	1x	1x	1x
Angola	4.000 €	2x	2x	4x	1x	2x	0
Brasil	5.000 €	2x	2x	4x	1x	3x	0
China	12.000€	2x	2x	4x	1x	5x	1x
EUA	12.000€	2x	2x	4x	1x	5x	1x
Guiné-Bissau	3.000 €	2x	2x	4x	1x	1x	0
Índia	4.000 €	2x	2x	4x	1x	2x	0
Irão	5.000 €	2x	2x	4x	1x	3x	0
Japão	7.000 €	2x	2x	4x	1x	5x	0
Moçambique	3.000 €	2x	2x	4x	1x	1x	0
Reino Unido	6.000 €	2x	2x	4x	1x	4x	0
Rússia	12.000€	2x	2x	4x	1x	5x	1x
Turquia	4.000 €	2x	2x	4x	1x	2x	0
Venezuela	4.000 €	2x	2x	4x	1x	2x	0
Total	92.000 €	30	30	60	15	42	4



Fábricas Transformadoras por País

(unidades máximas que consegue transformar por ano)

País	Energia a partir de Petróleo	Tecnologia a partir de Investigação	Aplicações a partir da Riqueza
Japão	-	6	15
Alemanha	10	6	-
Estados Unidos	-	6	15
Rússia	10	6	-
Turquia	10	-	-
Venezuela	10	-	-
Capacidade total (Unidades)	40	24	30

10. FONTES DE INFORMAÇÃO

Exercício original:

:: OBJECTIVO COOPERAÇÃO/JOVENS (1974). "Jogo do Comércio Internacional"

Dados para a adaptação retirados de:

- :: World Trade Organization (2008). "World Trade Report 2008 Trade in a Globalizing World". Disponível em www.wto.org (10/06/2009).
- :: United Nations Conference on Trade and Development (2005). "Developing Countries in International Trade Trade and Development Index". Disponível em www.unctad.org/templates/webflyer.asp?docid=6443&intltemID=1397&lang=1 (10/06/2009).
- :: Watkins, Kevin (org.) (2008). "Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008 - Combater as alterações climáticas: Solidariedade humana num mundo dividido (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Coimbra: Edições Almedina.
- :: The World Bank, <u>www.worldbank.org</u> (consulta de indicadores diversos).



Avaliação: "NÓS NO MUNDO"

Objectivos	 ⇒ Perceber a forma como as/os participantes reflectiram sobre os valores de Igualdade e desenvolvimento; ⇒ Reflectir sobre as aprendizagens e interesses das/os participantes; ⇒ Analisar as mudanças interiorizadas e/ou propostas pelas/os participantes.
Тетро	⇒ 10 min.
Tamanho de Grupo	⇒ 10 a 20 pessoas
Complexidade	⇒ Baixa
Material	⇒ Cartões com avaliação ⇒ Mapa-mundo

Descrição passo-a-passo:

:: A/O animadora/os distribui a cada participante 3 cartões distintos, cada um com 1 pergunta e 1 imagens de cordas. Cada pergunta e imagem correspondem a um critério de avaliação:

O que aprendi?



A corda esticada representa as aprendizagens efectuadas e que nos permitem continuar a trabalhar e desenvolver as temáticas.

O que está a faltar?



A corda com um nó representa as dúvidas, incertezas ou pontos que ainda nos faltam esclarecer no que respeita a esta temática

O que vou mudar?



A corda presa por um fio representa as rupturas sentidas pelas/os participantes durante o exercício e, consequentemente, as mudanças que pretende implementar no futuro.



- :: Cada pessoa terá cerca de 5 minutos para reflectir sobre a sessão e escrever nos seus cartões as respostas e reflexões relativamente às 3 perguntas de cada corda.
- :: Posteriormente, solicita-se às/aos participantes que, voluntariamente, partilhem com o grupo as aprendizagens que efectuaram, o que ficou a faltar, abordar/explorar na oficina e quais as acções que poderão desenvolver para promover a igualdade e o desenvolvimento.
- :: À medida que cada participante partilha as suas avaliações, solicita-se que as cordas sejam colocadas seguidas umas das outras, num mapamundo.
- Este gesto simbólico representa a possibilidade de que todas/os juntas/os poderemos criar um corda sólida, ainda que em alguns pontos existam nós ou riscos de ruptura. Estes pontos fracos não representam o fim da corda, antes pelo contrário, poderão ser colmatados com aprendizagens e mesmo com mudanças, tornando-a corda cada vez mais forte e maior na construção de um mundo mais justo.



5.3. OFICINA: "SOBERANIA ALIMENTAR"

Adaptado e actualizado por Celina dos Santos e Sandra Silvestre

Plano da Sessão ::	:: Duração
Vitamina "Dois em Um"	15 min.
Exercício "Representando a Soberania	
Alimentar"	200 min./3h20
Avaliação "A Semente da Mudança"	10 min.
Total	225 min/3h45
	Vitamina "Dois em Um" Exercício "Representando a Soberania Alimentar" Avaliação "A Semente da Mudança"

Vitamina: "DOIS EM UM"

Objectivos	⇒ Descontrair;
	⇒ Desmecanizar o corpo e a mente;
	⇒ Aproximar o grupo;
	⇒ Promover a interacção e a cooperação entre as pessoas;
	⇒ Sensibilizar para a interdependência.
Тетро	⇒ 15 min.
Tamanho de Grupo	⇒ 10 a 15 pessoas
Complexidade	⇒ Baixa
Material	⇒ Para cada participante, 1 tira de papel autocolante
	com 1 acção inscrita

Descrição passo-a-passo

:: A/o animadora/or pede ao grupo de participantes que se disponha em círculo e explica que irá distribuir a cada uma/um uma acção que deverão realizar. No entanto, cada participante não saberá qual é a acção que deve realizar, porque esta vai ser colada nas suas costas. Este anúncio poderá provocar alguma agitação, pelo que pode ser necessária pedir calma e paciência ao grupo.



- De seguida, a/o animadora/or continua a dar os detalhes da Vitamina, explicando que cada participante terá de realizar a sua acção, apesar de a desconhecerem. Para isto, vão contar com a colaboração e apoio das restantes pessoas do grupo. Esta ajuda deverá ser prestada sempre em silêncio, ou seja, deverão ajudar as/os colegas a realizar a sua acção sem falar, escolhendo outras formas de comunicação e recorrendo à criatividade e imaginação. Alguns exemplos poderão ser a comunicação através da mímica, da dança, etc. Não poderão fazer a acção primeiro, demonstrando-a.
- :: A/O animadora/or cola então nas costas de cada participante uma tira de papel autocolante, que tem inscrita a acção que esta/e terá de realizar, cuidando que não começam a espreitar e a comentar quais as acções às/aos suas/seus portadoras/res.
- EL Depois de distribuídas todas as acções e de garantir que todas as pessoas perceberam o que lhes está a ser pedido, a/o animadora/or pede ao grupo que circule livremente pela sala, em silêncio, procurando ler as acções inscritas nas costas do resto das pessoas do grupo. Assim, terão oportunidade de ler as várias acções atribuídas às/aos suas/seus colegas e de começar a pensar em como ajudar.
- :: Depois das/os participantes terem lido as acções do resto das pessoas do grupo, a/o animadora/or dá sinal para começarem a ajudar a cumprir as acções das/os outras/os e para cumprirem a sua.
- :: A vitamina termina quando todas as pessoas do grupo de participantes tiverem cumprido a acção que lhes foi destinada.
- :: A/O animadora/or poderá, se entender pertinente, fazer uma breve ronda para perguntar às pessoas como se sentiram, o que observaram nas outras pessoas e no grupo e se a vitamina lhes trouxe alguma reflexão ou aprendizagem.



Exemplos de Acções:

- ⇒ Preciso de ajuda para... apagar a luz.
- ⇒ Preciso de ajuda para... encher o copo com água.
- ⇒ Preciso de ajuda para... desapertar os atacadores de todas as pessoas do grupo.
- ⇒ Preciso de ajuda para... tirar uma cadeira fora do círculo.
- ⇒ Preciso de ajuda para... dar um abraço a todas as pessoas do grupo.
- ⇒ Preciso de ajuda para... abrir a porta.
- ⇒ Preciso de ajuda para... escrever a palavra "Solidariedade" no quadro.
- ⇒ Preciso de ajuda para... encher o balão preso na lapela do casaco da Animadora.
- ⇒ Preciso de ajuda para... tirar uma fotografia.
- ⇒ Preciso de ajuda para... fazer um penteado.

Exercício: "REPRESENTANDO A SOBERANIA ALIMENTAR"

Objectivos	 ⇒ Conhecer e aprofundar o conceito de Soberania Alimentar; ⇒ Identificar situações quotidianas nas quais estejam presentes questões de Soberania Alimentar; ⇒ Identificar práticas quotidianas de promoção da Soberania Alimentar.
Тетро	⇒ 200 min./3h20
Tamanho de Grupo	⇒ Entre 15 a 20 participantes
Complexidade	⇒ Alta
Material	 ⇒ Recortes de notícias actuais relacionadas com a Soberania Alimentar ⇒ Imagens e Frases alusivas à Soberania Alimentar e Mulheres; ⇒ Folhas de papel branco e colorido; ⇒ Marcadores, lápis, canetas; ⇒ Tecidos; ⇒ Colas; ⇒ Tesouras.



Descrição passo-a-passo

1.ª Parte — introdução e trabalho em grupo

- :: A/o animadora/or introduz o exercício, explicando os seus objectivos e enunciando que será realizado em grupos de trabalho, cada um dos quais representará o tema da Soberania Alimentar.
- :: Dividem-se as/os participantes em grupos, num mínimo de 3, tendo em atenção que cada grupo deverá ter o mesmo número ou um número aproximado de pessoas.
- :: A/o animadora/or entregará a cada grupo uma das notícias previamente escolhidas por si.
- :: Na escolha das notícias a/o animadora/or deve ter presente a possibilidade de as/os participantes desconhecerem o tema da Soberania Alimentar. Se estas forem muito complexas ou pouco claras, as/os participantes poderão ficar desmotivadas/os para participar na discussão em grupos. Assim, a notícia ou artigo, deverá facilitar o enquadramento do tema e a sua definição ou explorar com maior detalhe uma das suas temáticas com um caso ou uma história concreta, de modo a que as pessoas do grupo a consigam trabalhar autonomamente. No final do exercício, poder-se-á encontrar uma lista de páginas temáticas e informativas onde poderão ser encontrados conteúdos sobre a Soberania Alimentar.
- :: De seguida, a/o animadora/or explica aos grupos que a sua tarefa será discutir os conteúdos da notícia entregue. Depois disso, terão de preparar uma apresentação de 10 minutos sobre as conclusões e questões levantadas no seu grupo em torno da notícia. Para cumprir as duas tarefas o grupo terá 35 minutos – 20 minutos para discussão e 15 minutos para preparação da apresentação.
- :: Este primeiro debate funcionará como um *brainstorming*, um espaço de partilha de ideias e construção de bases comuns de conhecimento. Por isso, a/o animadora/or deverá também partilhar (e, se quiser, entregar) um guião de debate para facilitar o trabalho dos grupos.



SOBERANIA ALIMENTAR - 1.º debate em grupos

A partir da notícia que vos foi entregue, deverão reflectir e debater sobre as seguintes questões:

- a possível existência, no vosso quotidiano, da(s) situação(ões) retratada(s);
- os contributos e o papel das mulheres na criação e implementação de resoluções em relação aos temas abordados;
- as implicações dos factos retratados, à escala nacional e mundial;
- as consequências positivas e/ou negativas dos factos relatados.
- :: Ao fim dos 20 minutos previstos para o debate, a/o animadora/or deve lembrar os grupos que terminou o tempo previsto para o debate e que deverão passar para a preparação da apresentação. Para esta, a/o animadora/or deve incentivar a criatividade e a capacidade de improviso, cedendo o espaço e os materiais necessários para, por exemplo, utilizarem a dramatização, a construção de cartazes, pintura de painéis, etc.
- :: De volta ao plenário, dá-se início às apresentações. A/o animadora deve anotar os elementos fundamentais das suas apresentações (para os poder utilizar no plenário final de debate e reflexão) e cuidar que todos os grupos prestam atenção aos trabalhos das/os colegas.
- :: No final de cada apresentação ou no final das apresentações, a animadora pode dar espaço para comentários, perguntas ou debate. No entanto, deve ter uma duração curta, com o objectivo de esclarecer dúvidas e esclarecer conteúdos, uma vez que no momento seguinte do exercício os temas serão aprofundados.
- :: Após estas apresentações, a/o animadora/or deverá sugerir um intervalo de 15 minutos, antes de aprofundar o tema com novas propostas.

2.ª Parte – trabalho em grupo

:: Após a pausa, as/os participantes devem voltar para os seus grupos, aos quais a/o animadora/or distribui um conjunto de frases com informação e dados sobre o direito à terra, à água e às sementes e que relacionam estes temas com o papel das mulheres. A/o animadora/or



poderá optar por usar outras frases, que não as que aqui se apresentam, desde que abordem simultaneamente um dos temas da soberania alimentar e as mulheres.

TERRA

Um dos factores que contribui para o aumento da população mundial que passa fome é o modelo de produção da comida: trigo, milho, arroz, soja. Até 1960, a maioria dos países produzia comida suficiente para alimentar toda a sua população. Actualmente, 70% dos países do hemisfério sul é obrigado a importar uma grande quantidade de bens alimentares para conseguir corresponder às reais necessidades da sua população. (Tradução livre de "The common good", Marcha Mundial das Mulheres, 2008)

TERRA

As mulheres dos países pobres produzem entre 60 a 80% dos alimentos consumidos localmente, enquanto que em termos mundiais produzem metade. Isto significa que no contexto das políticas de livre comércio, a alimentação passou a ser uma mercadoria de troca e de transacção comercial e não um direito de todas e todos.

(Tradução livre de "Soberania Alimentaria: Tierra, Semillas y Alimento por la Marcha Mundial de las Mujeres", Marcha Mundial das Mulheres, 2007)

ÁCHA

Costuma dizer-se que um copo de água não se nega a ninguém. No entanto, hoje em dia, vemo-nos obrigadas/os a comprar água para beber. O mercado da água engarrafada é muito lucrativo e monopolizado por um número reduzido de empresas.

(Tradução livre de "Soberania Alimentaria: Tierra, Semillas y Alimento por la Marcha Mundial de las Mujeres", Marcha Mundial das Mulheres, 2007)

ÁGUA

O acesso à água potável está mal dividido em todo o mundo. Nas áreas rurais, é comum que nas grandes propriedades privadas haja poços ou furos de água, mas as mulheres que vivem nas imediações vêem-se obrigadas a percorrer muitos quilómetros para aceder a outros pontos de água, porque esses estão-lhe interditos.

(Tradução livre de "Soberania Alimentaria: Tierra, Semillas y Alimento por la Marcha Mundial de las Mujeres", Marcha Mundial das Mulheres, 2007)



SEMENTES

Ainda não se sabe ao certo os efeitos que um alimento transgénico pode causar, apesar de já se terem detectado casos de alergias e de resistência a antibióticos. Mas sabe-se que as sementes transgénicas contaminam as outras variedades de plantas da mesma espécie, acabando assim por contaminar toda a natureza.

(Tradução livre de "Soberania Alimentaria: Tierra, Semillas y Alimento por la Marcha Mundial de las Mujeres", Marcha Mundial das Mulheres, 2007)

SEMENTES

As empresas produtoras de sementes 'melhoradas' ou transgénicos e de agrotóxicos são bem conhecidas das mulheres. Muitas delas são também as que produzem as hormonas sintéticas e anticontraceptivos injectáveis que colonizam o corpo das mulheres, da mesma forma que as primeiras colonizam os nossos territórios.

(Tradução livre de "Soberania Alimentaria: Tierra, Semillas y Alimento por la Marcha Mundial de las Mujeres", Marcha Mundial das Mulheres, 2007)

- :: À semelhança do primeiro momento, as/os participantes serão convidadas/os a aprofundar o tema da soberania alimentar, com as novas informações que lhes estão a ser dadas e recorrendo às questões e conclusões da discussão anterior. No entanto, nesta fase, o objectivo é encontrar e definir propostas viáveis para a resolução dos problemas levantados por este conjunto de informações.
- :: A/O animadora/or deve também pedir aos grupos que procurem fazer análises das realidades estudadas, evidenciando causas, acontecimentos, consequências, factos e dados de forma a construírem a sua própria perspectiva sobre o assunto. Neste caso, pode ser útil ter acesso a livros ou à internet para fortalecer os resultados.
- :: Para esta tarefa, cada grupo terá 50 minutos. Neste tempo, cada um dos grupos, terá que preparar uma carta onde constem todas as propostas e compromissos que assumem e uma dramatização de 5 minutos que retrate a posição, real ou ideal, da sociedade actual relativamente ao tema.
- :: Para a apresentação das dramatizações criadas por cada um dos grupos, a sala deve estar disposta em círculo, de forma a permitir o contacto



visual entre todas as pessoas. Esta disposição irá facilitar o debate e a partilha de comentários e dúvidas que as pessoas possam ter.

Debate e Reflexão

- :: Recomenda-se que o debate tenha cerca de 20 minutos de duração, embora o seu tempo esteja dependente do tamanho do grupo.
- :: Tendo como ponto de partida as conclusões e ideias a que cada um dos grupos chegou, a/o animadora/or deverá convidar as/os participantes a relembrarem os conteúdos e discussões que estiveram na base das suas representações.
- :: Para dinamizar a reflexão e debate, a/o animadora/or poderá usar algumas linhas de orientação dos contributos, como por exemplo:
 - :: Identificaram-se com o tema abordado?
 - :: Já tinham feito esta reflexão a título pessoal? É importante?
 - :: A nossa intervenção individual pode fazer a diferença? É difícil adoptar algumas das medidas apresentadas?
 - :: As propostas que apontámos durante o exercício são concretizáveis?
 - :: Qual o papel das mulheres nesta resolução? É um papel diferente do dos homens?
 - :: Temos disponibilidade para fazer a diferença?
 - :: Temos ferramentas que nos permitam uma abordagem consciente e preparada?
- :: No final do debate, a/o animadora, consoante a avaliação que faça da motivação e do envolvimento do grupo com o tema, poderá utilizar as cartas preparadas de duas maneiras:
 - :: Propor que todas as cartas sejam lidas e que se construa uma carta comum de propostas e compromissos, escolhendo as propostas e compromissos com que todas/os ou a maioria concorda;
 - :: Propor, para terminar o exercício, que todos os grupos partilhem as suas cartas de propostas e compromissos. Este momento final poderá servir como forma simbólica e emotiva de encerramento, mas também poderá trazer uma nova necessidade de debate.

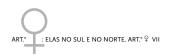


PÁGINAS

- ✓ Comité Internacional de Planificação da Soberania Alimentar www.foodsovereignty.org
- ✓ Marcha Mundial das Mulheres <u>www.marchemondiale.org/index_html/en</u>
- ✓ Nyéléni 2007 Fórum para Soberania Alimentar www.nyeleni.org
- ✓ Plate-forme Souveraineté Alimentaire www.pfsa.be
- ✓ ROSA Rede de Organizações para a Soberania Alimentar www.rosa. org.mz
- ✓ Soberania Alimentar dos Povos http://peoplesforum2009.foodsove-reignty.org
- ✓ Via Campesina http://viacampesina.org

IMPRENSA ONLINE

- ✓ AlterNet www.alternet.org/
- ✓ CommonDreams.org www.commondreams.org/
- ✓ Indymedia www.indymedia.org ou http://pt.indymedia.org/
- ✓ Nodo 50 Contra-informação em rede www.nodo50.org
- ✓ Resistir http://resistir.info



Avaliação: "A SEMENTE DA MUDANÇA"

Objectivos	 ⇒ Avaliar o envolvimento das/dos participantes na Soberania Alimentar; ⇒ Sistematizar as aprendizagens das/dos participantes; ⇒ Aferir do cumprimento dos objectivos da oficina.
Тетро	⇒ 10 min.
Tamanho de Grupo	⇒ 15 a 20 pessoas
Complexidade	⇒ Baixa
Material	 ⇒ Folhas A4 ou A5 de papel colorido (3 cores, p.e., azul, vermelho, verde) ⇒ Marcadores de várias cores ⇒ Sacos de sementes (1 por participante); ⇒ Vaso com terra

Descrição passo-a-passo:

- :: O grupo de participantes deverá estar disposto em círculo, de modo a permitir o contacto visual entre todas/os.
- :: No meio desse círculo, a/o animadora/or terá disposto 4 vasos com terra, 3 dos quais deverão estar identificados com 3 cores distintas e que têm de ser as mesmas que as das folhas de papel a distribuir aos participantes. O quarto vaso deverá estar cheio com terra e ter uma cor, apesar de não lhe corresponderem folhas de papel.
- :: A cada um dos vasos e cores corresponde um critério de avaliação, que deve estar assinalado no próprio vaso:

::	"Metodologia"	Verde
::	"Conteúdos"	Azul
::	"Participação Individual"	Vermelho
::	"O Meu Compromisso"	Lilás

:: Cada uma/um das/dos participantes receberá 1 pequeno saco de sementes e 3 folhas de papel colorido (as mesmas cores que os 3 primeiros vasos).



- :: A/O animadora/or deverá explicar que a avaliação será feita em dois momentos, passando a explicar o primeiro.
- :: As/os participantes deverão pensar sobre cada um dos seguintes critérios – Metodologia, Conteúdos e Participação Individual – e escrever as suas apreciação e comentários em cada uma das folhas respectivas.
- :: Após a reflexão individual, a/o animadora/or deverá convidar cada uma/um das/os participantes a colocar as suas avaliações nos vasos correspondentes. As/os participantes darão a forma que entenderem às folhas. Podem simplesmente dobrá-las ou então dar-lhes formas como flores de papel, barcos, bolas, cisnes, etc.
- :: A/O animadora/or dá início ao segundo momento de avaliação, explicando que o saco de sementes que receberam destina-se ao último vaso, cujo tema é "O Meu Compromisso". Deverá convidar as/os participantes a semear no vaso o(s) seu(s) compromisso(s) em relação ao tema abordado durante toda a sessão. Para isso, deverão lançar na terra tantas sementes quantos compromissos decidam assumir. As/os participantes que quiserem, podem partilhar as suas reflexões e aprendizagens e dizer a todas/os quais são esses compromissos.
- Esta é uma forma da/do animadora/or perceber o impacto que a acção surtiu no grupo, sendo também uma oportunidade das/os participantes reflectirem, a título individual e enquanto grupo, sobre a mudança e transformação que pode(m) protagonizar.

CAPÍTULO 6:



AS HISTÓRIAS DE UM FILME

Tatiana Moura

Ignora-se que por cada marido, cada filho, cada homem morto, existe sempre uma mulher por trás

Luis Carlos Nascimento (Realizador do filme)

IgEste filme é feito de vozes do mundo, vozes que clamam por dignidade, paz e justiça. A quem ficar insensível a estas vozes, peço que chore por si.

Boaventura de Sousa Santos

Sinopse

A cidade do Rio de Janeiro, no Brasil, é palco de execuções sumárias cometidas por agentes do Estado. Cada morte arrasta consigo a dor de quem fica, afectando todo o seu círculo social, especialmente a família e amigos. O documentário "Luto como Mãe" centra-se nas histórias destes sobreviventes, maioritariamente mulheres, no seu ritual de passagem do luto à luta por justiça e visibilidade.

1. O contexto

Ao longo dos últimos vinte anos registaram-se, em média, no Rio de Janeiro, 6.5 mortes diárias por armas de fogo. No período de 1979 a 2001,



estima-se que entre 300.000 e 600.000 pessoas tenham sobrevivido a mortes violentas¹. São essas pessoas, as que ficam, que continuam a ter que lidar com os ciclos da violência, na maior parte das vezes sem o apoio necessário para que possam voltar a ter uma vida saudável.

As execuções sumárias, com origens no período da ditadura militar, constituem expressões extremas e frequentes de violência até aos dias de hoje. No Rio de Janeiro, são os jovens do sexo masculino, negros e de comunidades pobres, os principais alvos destas práticas. Os corpos enfileirados em Vigário Geral, as vinte e nove vítimas de Nova Iguaçu e Queimados, e a chacina da Candelária, incorporaram-se irremediavelmente na história do Rio de Janeiro. E são filhos, maridos, esposas, pais e ou amigos de alguém.

Para as pessoas que vivem este drama de perto, tais factos não terminam, nem se encerram na tragédia dessas chacinas. Regra geral são as mães – por vezes irmãs e esposas – que iniciam o percurso pelos caminhos da justiça, na esperança de resgatar algum sentido do que lhes resta e lutar contra a impunidade. Muitas dessas mães experimentam adversidades comuns: stress pós-traumático, desestruturação económica, vivência de longos processos judiciais em condições desfavoráveis, convivência com os assassinos ou ameaças de retaliação. São essas vítimas ocultas da violência armada, que não fazem parte das estatísticas da criminalidade violenta do Rio de Janeiro, as protagonistas deste filme.

2. Os casos

CHACINA DO VIA SHOW

Elizabeth Medina Paulino, mãe de Rafael, 18 anos, e Renan, 13 anos. **Siley Muniz Paulino,** mãe de Bruno, 20 anos.

Na noite de 5 de Dezembro de 2003, Geraldo Sant'Anna de Azevedo Júnior, 21 anos, Bruno Muniz Paulino, 20 anos, e os irmãos Rafael, 18

Soares, Glaúcio et al. (2006), As vítimas ocultas da violência urbana no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Record.

169:



anos, e Renan Medina Paulino, 13 anos, foram juntos à casa de espectáculos Via Show, localizada na Baixada Fluminense. Já na madrugada do dia 6 de Dezembro, foram vistos pela última vez por um amigo, Wallace Lima, às 04:40h no estacionamento do local.

Os corpos dos rapazes foram encontrados no dia 9 de Dezembro, com marcas de tortura e tiros de espingarda na cabeça. As investigações revelaram que os rapazes foram agredidos e espancados por polícias militares que trabalhavam em *part time* como seguranças da casa de espectáculos Via Show. Em seguida, as vítimas foram conduzidas em três veículos, sob ameaça de armas de fogo, para uma fazenda abandonada em Duque de Caxias, onde foram brutalmente executados. Dos nove polícias denunciados, apenas dois se encontram presos. Um foi julgado e condenado a 25 anos e 7 meses de prisão (aguardando novo julgamento por tribunal de júri) e o outro aguarda julgamento. Além disso, um foi assassinado e outro encontra-se internado num manicómio. O Estado reconheceu o envolvimento dos seus polícias na chacina. Foi atribuída uma pensão aos familiares dos quatro jovens.

CHACINA DA BAIXADA

Dulcinéia Sipriano, mãe de Marcus Vinicius, 15 anos. **Luciene Silva**, mãe de Rafael, 17 anos.

Na noite do dia 31 de Março de 2005 foram assassinadas 29 pessoas nos bairros de Moquetá, Posse, Cerâmica e Rua da Gama, pertencentes ao município de Nova Iguaçu, e nos bairros Fanchen, Centro, Morro do Cruzeiro e Praça da Bíblia, em Queimados. Os crimes, cometidos de forma aleatória, visaram demonstrar a força do grupo, em retaliação ao novo comandante do Batalhão que vinha combatendo práticas de corrupção e desvios de conduta. Dois dias antes da chacina, um grupo de polícias militares retirou dois corpos de dentro de uma viatura da polícia e deixou-os próximo ao muro dos fundos do Batalhão. Uma câmara instalada numa escola ao lado filmou toda a acção dos polícias, que receberam prisão administrativa.

Dos corpos das vítimas foram retiradas dezoito balas de pistolas calibres 40 e 380, de uso exclusivo das polícias Civil e Militar. Segundo o



então chefe de Polícia Civil, Álvaro Lins, os criminosos recolheram algumas cápsulas e estojos das balas para não deixar pistas sobre os assassinos. Dos onze polícias indiciados, apenas seis foram denunciados, sendo que um deles foi assassinado. Um dos polícias foi condenado a 543 anos de prisão e os outros aguardam julgamento. Até ao momento foram marcadas quatro audiências, mas três delas foram adiadas. O Estado reconheceu o envolvimento dos seus polícias na chacina, tendo sido atribuída uma pensão aos familiares.

ASSASSINATO DO LINS DE VASCONCELOS

Márcia Jacinto, mãe de Hanry, 16 anos.

Em 21 de Janeiro de 2002, Hanry, 16 anos, foi executado por polícias com um tiro no coração. Hanry havia chegado recentemente do estado de Minas Gerais para visitar sua mãe, Márcia Jacinto. Testemunhas contaram aos familiares de Hanry que viram quando ele foi conduzido pelos polícias até a viatura e acrescentam ainda que a polícia simulou uma saída da favela, tendo, na verdade, retornado em direcção ao seu cume, onde Hanry foi assassinado.

O Inquérito Policial foi instaurado imediatamente para apurar a morte de Hanry, contudo o Ministério Público só denunciou os polícias em Novembro de 2006, quatro anos depois do sucedido. Em Setembro de 2007, os policiais foram pronunciados e aguardam pela data do julgamento.

CASO ACARI

Marilene Souza Lima, mãe de Rosana, 18 anos. Vera Flores Leite, mãe de Cristiane, 16 anos.

Em Julho de 1990, onze jovens saíram para uma fazenda em Magé, tendo sido sequestrados e assassinados. Há várias versões para o que aconteceu naquela fazenda, sendo que uma das versões é que os jovens, depois de torturados, foram colocados numa carrinha que foi depois incendiada. Há também a versão de que os seus corpos foram



dados aos leões que existiam na fazenda onde os jovens se encontravam.

Julga-se que o crime foi perpetrado por policiais, que até hoje não foram indiciados. Uma das mães de Acari, Édimeia, foi assassinada em 1993, na saída de um estabelecimento prisional, no Rio de Janeiro. Tinha ido encontrar-se com uma testemunha

No dia 19 de Outubro de 2010, vinte anos após a morte/desaparecimento dos onze moradores de Acari, foi expedida a primeira certidão de morte presumida (facto que se considera mesmo sem o corpo) de uma das vítimas. A família de Viviane Rocha da Silva, na época com 14 anos, foi a primeira a receber o documento.

Desta forma, os parentes podem processar o Estado se ainda quiserem, uma vez que se trata de uma prova em como elas foram mortas. A chacina prescreveu este ano, sem que os corpos fossem encontrados e os culpados, punidos.

CHACINA DA CANDELÁRIA

Patrícia Oliveira da Silva, irmã de Wagner dos Santos.

Em 1994, Wagner dos Santos foi uma das vítimas da chacina perpetrada por polícias na Igreja da Candelária. Presume-se que a chacina tenha sido ordenada por comerciantes para "limparem a área". Um ano mais tarde, Wagner foi novamente vítima de polícias, num atentado na Estacão Central do Brasil.

Neste momento, encontra-se a viver na Suíça, já fora do programa de protecção de testemunhas através do qual saiu pela primeira vez do país.

Dos seis policiais denunciados no caso da Candelária, apenas três foram condenados, sendo que apenas um deles cumpriu pena de prisão. O segundo atentado encontra-se em fase de inquérito policial.



3. O Projecto

A experiência do projecto de apoio a familiares de vítimas de chacinas



O Projecto de Apoio a Familiares de Vítimas de Chacinas², conduzido pelo CESeC (Universidade de Cândido Mendes, Brasil) e pelo Centro de Estudos Sociais (Universidade de Coimbra, Portugal), procurou contribuir para amplificar a voz dos grupos de mulheres que há muito vinham lutando por justiça e reparação no Rio de Janeiro, promovendo, além do seu fortalecimento psicológico e emocional, o acesso à informação e à justiça.

Tendo em vista ampliar o foco da perspectiva individual para a acção colectiva, foi criada uma rede de psicanalistas que se dispôs a atender gratuitamente as pessoas interessadas em submeter-se a tratamento, e realizados, mensalmente, encontros onde se discutiam questões de natureza política, mas também se facultava um espaço de troca e de escuta pessoais. Ou seja, constituíam canais de expressão, de pressão e de identificação mútua.

Projecto desenvolvido desde 2005 pelo Centro de Estudos Sociais e pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes (Rio de Janeiro) e financiado pela Fundação Ford Brasil.



Ainda nesse contexto, e considerando as necessidades de formação identificadas pelas próprias mães ao longo do processo de entrevistas, foi organizado um Curso de Promotoras Legais Populares (PLP), usando a metodologia desenvolvida pela ONG THEMIS, no Rio Grande do Sul, e adaptando-o às exigências e aspirações do grupo envolvido no projecto. Foram realizados desde então duas etapas do curso (em 2008 e 2009), em que foram contemplados temas como Direitos Humanos, estrutura e fluxo do Sistema de Justiça Criminal, mediação de conflitos, geração de rendimentos, história contemporânea do Brasil e oratória, entre outros. Simultaneamente, tiveram lugar reuniões de apoio psicossocial e psicológico, bem como encontros de aconselhamento jurídico e actividades de lazer.

Ao longo da realização dos cursos e encontros foi surgindo a ideia de, pela primeira vez na história deste movimento de mães, se publicar um livro e se realizar um documentário que homenageasse a memória dos familiares perdidos, contando as suas histórias, bem como a luta quotidiana travada por estas sobreviventes. Esta ideia foi ganhando forma e, três anos após os primeiros esboços, nasceu o livro Auto de Resistência. Relatos de Familiares de Vítimas de Violência Armada³, escrito a múltiplas mãos, e o documentário Luto Como Mãe⁴.

Segundo uma das mães,

este documentário é uma espécie de documento vivo para a história, porque muita gente não sabe que tem essa luta das mães. Ele pode ir onde, na verdade, a gente não tem tanto acesso, até por falta de oportunidade. Foi muito difícil, não foi fácil, falar sobre meus filhos. É um assunto muito doloroso, mas necessário. Este filme é diferente de todos os outros sobre a violência no Rio, porque ele mostra o que vem depois dessa violência, dá visibilidade à nossa luta e humaniza as vítimas. Mostra que elas não são só estatísticas. Tinham uma história⁵.

^{3.} Auto de Resistência: relatos de familiares de vítimas da violência armada. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2009. Escrito por 19 familiares, com a participação da equipa técnica e organização de Bárbara Soares, Tatiana Moura e Carla Afonso.

Produzido pelo Cinema Nosso, Jabuti Filmes e TV Zero e realizado por Luis Carlos Nascimento, em parceria com o CES e CESeC.

^{5.} Ver em www.lutocomomae.com, secção Testemunhos.



Um dos objectivos dos cursos de PLP, bem como das actividades associadas, foi fornecer conteúdos e facilitar contactos para que as familiares estruturassem a sua luta, através de um movimento colectivo ou de uma organização consolidada, capaz de agregar o conjunto de mulheres e homens envolvidos em torno de uma agenda específica. De facto, em alguma medida, os sucessos judiciais de alguns casos dos familiares que constituem o grupo podem ser associados, de forma não exclusiva, a um maior protagonismo de algumas mães em termos mediáticos e à sua participação em actividades de formação que lhes forneceram algumas ferramentas de compreensão dos processos, como foi o caso do curso de PLP. Nas palavras de uma das mães:

Antes, ninguém tinha acesso ao Ministério Público, à Defensoria Pública. Hoje, quando ligo para o Ministério Público, sou atendida. Quando quero falar com o procurador geral, vou lá e ele me atende. Alguma pontinha de esperança a gente já tem. O aspecto positivo dessa luta é este. Através das manifestações, dessa união dos familiares de vítimas, conseguimos pelo menos dez por cento de tudo $(\dots)^6$.

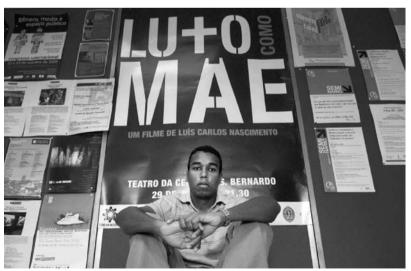
Apesar das contradições inerentes a luta por justiça apareceram, recentemente, focos de estruturação de uma organização no estado do Rio e de mobilização em torno de uma organização nacional. Uma parte do grupo com que trabalhamos tem assumido um papel activo em encontros e conferências, articulando a partir daí uma rede de pessoas (predominantemente mulheres) dispostas a uma actuação militante. Tratase, portanto, de um momento privilegiado, não apenas para observar um novo patamar organizativo que se prenuncia e um novo actor social que se constitui mas, sobretudo, para dar uma contribuição concreta a esse esforço, tendo em vista o seu fortalecimento. Torna-se essencial, a partir de agora, desenvolver actividades que requeiram efectivamente o protagonismo das mulheres envolvidas e que contribuam para a vocalização de suas propostas e para a construção de uma agenda comum a todas. Na opinião de Carlos Martín Beristain, um dos espe-

^{5.} Soares et al. (2009: 149), Auto de Resistência: relatos de familiares de vítimas da violência armada. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2009. Escrito por 19 familiares, com a participação da equipa técnica e organização de Bárbara Soares, Tatiana Moura e Carla Afonso.



cialistas em saúde mental envolvidos no projecto, vários factores dificultam a abertura de espaços sociais alheios à dinâmica da violência, em contextos do conflito. As experiências de resistência necessitam de abrir um espaço civil no meio de um conflito que habitualmente tende a controlar todas as suas iniciativas. Perante estas dificuldades, e ainda segundo Beristain, é essencial organizar um trabalho de rede que permita a articulação com outras iniciativas, gerar conhecimento e difusão de experiências, possibilitar intercâmbios que ajudem a entender aquilo que, num encontro sobre resistência civil para as Comunidades de Paz que realizamos há uns anos, nos foi dito por um líder camponês durante a avaliação: "Gostei deste encontro porque pudemos ver que aquilo que estamos a tentar fazer aqui na Colômbia, outras pessoas já fizeram na Guatemala. Portanto não estamos loucos... e não estamos sós."

4. O processo de realização do filme: entrevistas e opiniões



Luis Carlos Nascimento, antestreia do filme Luto como Mãe, Coimbra, Escola da Noite, Julho de 2009 Fotografia: Hélio Gomes



Mais do que um resultado de um projecto de investigação-acção, o filme Luto como Mãe fez parte de todo o processo de consolidação e trabalho do Grupo de Familiares de Vitimas de violência armada, do Rio de Janeiro. Para efeitos de apresentação e divulgação do filme, entrevistamos o seu realizador, Luis Carlos Nascimento, que explica como se envolveu neste percurso

LCN – Foi muito curiosa a forma como cheguei até as personagens do filme. Há uns anos, os conflitos que pude observar sobre a terra, tanto no campo quando na cidade, me levaram a fazer um filme sobre a condição da territorialidade das favelas. Um documentário simples e pequeno chamado "Vida Nova com Favela", que ganhou muitos espacos de exibicão no mundo todo.

Numa das viagens de apresentação desta curta-metragem, em 2005, mais precisamente em resposta ao convite da Tatiana Moura, do CES-Universidade de Coimbra, em Portugal, conheci a equipa do Núcleo de Estudos para a Paz-CES que na altura estava indo para o Brasil, iniciar uma pesquisa sobre "violência armada invisível". A pesquisa "Mulheres e Meninas em contextos de violência armada. O caso do Rio de Janeiro", entre outras coisas, fala de mulheres vítimas indirectas de violência policial, que perderam filhos brutalmente assassinados, na sua maioria em espaços populares do estado do Rio de Janeiro. A questão social em que estes contextos de violência estão centrados, em mais de 90% dos casos, deixa demarcada questões territoriais e principalmente raciais, nas quais estão incluídas as vítimas directas e indirectas destes crimes.

A condição social na qual estive inserido mais de 22 anos me levou a acompanhar de perto casos como os das mães deste filme, e até mesmo entender o processo no qual a minha família esteve inserida, após o assassinato do meu tio às mãos de um policial militar em 1968, antes mesmo de eu ter nascido. Cresci acompanhando a dor de meus familiares e conhecendo as dificuldades de uma luta silenciosa por justiça, que travaram nos anos de chumbo num Rio de Janeiro dominado pelas forças militares.

Foi movido por estas coincidências que enxerguei nestas mulheres verdadeiras "Antígonas brasileiras". Do seu lugar de mulheres ocuparam



espaços maioritariamente de domínio masculino, lutando por justiça e pela integridade de seus filhos. Foi então que decidimos fazer um filme que fosse fiel às histórias de luta destas mulheres, filmado com um olhar muito interno e particular dos casos. Foram quatro anos de trabalho e de uma relação profunda com um grupo de oito mulheres de diferentes regiões do Rio de Janeiro. Além de serem personagens, as mulheres de "Luto como Mãe" foram roteiristas, câmaras e directoras, em boa parte, da construção deste documentário. Juntos trabalhámos por um processo estético que dialoga com a plástica, dando vida a diversas narrativas que convergem entre si.

Considera que o cinema é a melhor solução na abordagem a este tema?

É uma questão muito complexa. Não acredito que o cinema vá alterar a realidade destas mulheres, que vá interferir numa política de Estado ou que possa reverter todo o processo até ao momento. Eu acredito que o cinema pode revolucionar o cinema, não a política.

O nosso objectivo é mais o de contar essas histórias, no sentido de informar. O acto de informação é um acto tão ausente na sociedade brasileira, que grande parte da população desconhece essa realidade, desconhece o sofrimento dessas mulheres e muitas vezes desconhece até a realidade dos homicídios, mesmo estando tão próxima destes. Penso que o filme vai servir muito mais como fonte de informação para a sociedade e mobilização para a luta delas, podendo desencadear acções vindas da sociedade, de mobilização colectiva. Acredito que a partir daí se possa dar uma mudança na realidade.

Mas nem o filme, por si só, conseguiria tanto. Todo o trabalho de pesquisa que o CES e o Observatório sobre Género e Violência Armada (Universidade de Coimbra, Portugal) vem realizando em parceria com o CESEC (Universidade Cândido Mendes, Brasil) e todas as outras actividades paralelas que têm sido realizadas – o trabalho das promotoras legais populares, e a rede de apoio jurídico, que lhes proporcionam uma possibilidade de luta pela justiça gratuitamente e o acompanhamento psicológico – vêm mudando, pelo menos, a realidade emocional delas, permitindo-lhes manter-se de pé lutando por justiça. Acho que isso já é um grande passo.



O filme, assim como o livro que foi lançado em Julho de 2009, Auto de Resistência. Relatos de familiares de vítimas de violência armada (Editora 7 Letras), escrito colectivamente pelo grupo, vem enriquecer esse trabalho, contando as suas histórias e tentando tirar da invisibilidade pessoas que não podem ser invisíveis.

Você distribuiu câmaras pelas mães. Qual foi o objectivo? O resultado foi o esperado?

Na verdade, nós compramos uma câmara, parece que são várias? Elas não paravam de ligar: "Você tem que filmar isso!", "Amanhã tem manifestação!" Era muita actividade, nunca iríamos conseguir filmar tudo. E em alguns casos é difícil entrar com a equipa em momentos de comemoração, situações pessoais. A solução viável foi comprar uma câmara simples e ensinar como operar. Algumas aprenderam e usaram, outras não, nada foi imposto.

As mães usaram o equipamento para registar outros casos?

A determinada altura perdemos o controlo do que elas estavam fazendo. A Márcia Jacinto, do Morro do Lins, na Cachoeirinha, fez a reconstituição do assassinato do filho dela. Ela reconstituiu o crime e anexou ao processo. O juiz e os promotores nunca foram ao local, não sabiam como era a geografia do local, e ficaram sabendo através das imagens que a Márcia gravou com a câmara da produção. Elas foram além do que nós pensávamos, utilizaram o equipamento para além do filme proposto. E nós incorporamos isso. Você sabia que o filme mudou o modo como elas vêem o cinema? As mães se reúnem no Cinema Nosso, uma vez por mês. Assistem a um filme e depois ficam debatendo, discutindo. Isso já virou um hábito. Em alguns casos, nós trazemos o director e eles ficam debatendo, analisando. E algumas, talvez a majoria, nunca tinham entrado num cinema antes.



Entrevista com as Produtoras

Como se deu o envolvimento do OGiVA/NEP/CES com o filme Luto como Mãe?

Tatiana Moura: A história do processo de realização deste documentário é peculiar. A partir de um projecto de investigação, que passou a ser de investigação-acção, sobre mulheres e violência armada no Rio de Janeiro, e das histórias de vida que nos eram relatadas quase diariamente por mulheres que tinham perdido os seus filhos em resultado de execuções sumárias no Rio de Janeiro, percebemos que não podíamos ser nós, pesquisadoras, a contar as suas histórias e vivências. Conversando com o Luis Carlos Nascimento, coordenador do Cinema Nosso, começou a tomar forma a ideia de um documentário realizado com elas, sobre as vidas destas mulheres. Já lá vão mais de quatro anos...

Como foi o trabalho de conceptualização do filme?

Tatiana Moura: Depois de apresentada a ideia ao grupo de mães, que imediatamente a aceitaram entusiasticamente, fizemos várias reuniões para entendermos que mensagens queriam passar através do documentário. Mas, acima de tudo, que mensagens não queriam passar. Assim, percebemos que existem outros filmes, livros, relatos, etc., que narram a morte dos seus filhos. Mas que muito poucos, se algum, narram as suas lutas. Por sobrevivência, por justiça, por dignidade. E que, além dos nomes que são atribuídos às chacinas, a sociedade brasileira pouco sabe sobre estas mulheres, que são remetidas para o silêncio depois das manchetes dos jornais no dia que se segue à chacina. Assim, pegando em três casos que foram, por elas, considerados representativos do grupo como um todo (em termos cronológicos, geográficos, de tipologia), tentámos contar, em conjunto (equipa técnica e o grupo de mães) as experiências de perda, de luto, os obstáculos, mas também as conquistas e o companheirismo que caracterizam todo este percurso, que parece não ter fim.

Quais os aspectos do processo de produção que gostaria de destacar?

Carla Afonso: Todo o processo de produção foi atípico. Pudemos contar com a participação de todos os personagens na definição de roteiro



e na planificação de filmagens e pesquisa para a contextualização histórica. Para além disto, foram abertas as portas do dia-a-dia das respectivas famílias. Pudemos entrar nas vidas destas mulheres e de quem as rodeia: irmãs e irmãos, filhas e filhos, maridos, companheiros e todas as amigas e amigos que as acompanham na luta. Destaco em particular o profissionalismo e seriedade com que todo o processo foi levado a cabo. A presença de câmaras, luzes e microfones, depois dos primeiros contactos, deixaram de ser incómodos e passaram a ser encarados com total profissionalismo.

Com o filme pronto, qual considera ser mais importante: o processo ou a ferramenta?

Carla Afonso: Todo o processo de filmagens, que contou com a participação das oito personagens e o apoio de todo o grupo que faz parte do projecto, foi acompanhado por actividades de apoio psicossocial, acompanhamento jurídico e resultou num empoderamento individual e colectivo. Contudo, será a divulgação do documentário nos espaços públicos de discussão, escolas e comunidades afectadas pela violência que poderá permitir um efeito multiplicador positivo da luta destas mulheres, não só para familiares de vítimas de violência mas igualmente para a sociedade civil. Há que fazer uso destes instrumentos para dar a conhecer a luta e as dificuldades enfrentadas e partilhadas com os milhares de mulheres que não fazem parte deste documentário mas no qual certamente se irão rever.

Acha que o filme consegue, por si só, dar conta desta realidade particular e muitas vezes esquecida da cidade e destas familiares?

Carla Afonso: O documentário servirá para abrir as portas a uma realidade que a maior parte da sociedade não tem acesso. As dificuldades de acesso à justiça, o quotidiano que passa a centrar-se, para muitas destas mulheres num entra-e-sai em instituições que muitas das vezes lhes restringem o acesso. Trata-se de um longo percurso jurídico que, infelizmente na maior parte dos casos, fica a meio do caminho, sem que se chegue à verdade nem a condenação dos responsáveis. Este é mais um instrumento da luta pacífica do grupo de familiares de vítimas do Rio de Janeiro.



Quais são os horizontes futuros do trabalho de acompanhamento deste grupo de familiares?

Tatiana Moura: Aprendemos, ao longo destes anos, que o trabalho de acompanhamento deste grupo é necessariamente um caminho de ida e volta. E que não tem um início e fim definidos, como acontece com outros projectos de intervenção, desenvolvimento, entre outros. Não se trata mais de um projecto de acompanhamento, mas de um processo de acompanhamento e camaradagem entre vidas que se cruzaram. Ao grupo inicial, reduzido, juntaram-se muitas outras mulheres e homens – familiares de vítimas, pesquisadoras, psicólogas, juristas, etc. Desejavelmente muitas outras pessoas se juntarão, tanto no Brasil como internacionalmente, e seremos capazes de criar laços e redes internacionais que façam com que este problema deixe de estar na invisibilidade e seja camuflado.

5. O que dizem

Infelizmente, um filme necessário. Christian Jafas, crítico de cinema (Brasil)

Esta mobilização que as mães fazem é um exemplo de busca de cidadania. Nós não devemos arrefecer, este filme é uma bandeira que nos anima a continuar. Desembargador Ciro Darlan (Brasil)

Com esse filme, o Luis Carlos construiu um instrumento de luta. O que aconteceu com essas mães é uma política de extermínio da juventude negra nesse país. Não podemos encarar isso como uma fatalidade. Sandra Carvalho, Justiça Global (Brasil)

Há lutos e lutas de que andamos distraídos. Os nossos olhos precisam de renovados alertas. Este filme é isso mesmo. José Manuel Pureza, Professor Universitário e deputado do Bloco de Esquerda (Portugal)

Se me contassem tal história, eu dizia que era mentira". Quem o disse foi uma mãe. Não, não é uma mentira, mas é uma história invisível à maioria dos olhos. É por isso que elas lutam, em nome de todos/as nós. Marisa Matias, Eurodeputada (Portugal)



O documentário Luto como Mãe, ao dar mais uma oportunidade para que os familiares articulem sua experiência e sua voz, é fundamental para que cada vez mais brasileiros conheçam e se espelhem nesta luta tão decisiva para a construção de um futuro de liberdade e justiça. Maurício Campos, Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência (Brasil)

Conclusões

Passar para o papel e para o ecrã as histórias, as experiências, os lutos e as lutas destas mulheres não é fácil. A morte e a perda de entes queridos, vividos muitas vezes em silêncio e que são difíceis de nomear, afectam, de forma bem directa, a vida de quem fica e tenta lidar com a perda. Ignorá-los e subalternizá-los significa perpetuar, perante a ausência de respostas, ciclos de violências.

Apesar de o longo caminho a percorrer por estas mães na luta contra a impunidade ter nessa mesma impunidade um dos seus maiores obstáculos, constatamos que a experiência traumática da perda e da dor levou vários familiares e amigos a procurar partilhar a sua dor e a sua luta com outros familiares que passaram pela mesma situação. As semelhanças dos seus relatos, a dor carregada desde o acontecimento trágico e a própria luta que travavam solitariamente pela punição dos assassinos constituem o ponto de partida para que se associem, acompanhem os processos umas das outras, partilhem as suas dores e procurem sentido para a vida conjuntamente. Nas palavras de uma das mães do grupo, "Nós somos movidas pela nossa dor, e ninguém sabia. A dor virou a luta, não é?"

CAPÍTULO 7: ECONOMIAS SOLIDÁRIAS EM ACÇÃO

7.1. CONVÍVIO E SOLIDARIEDADE: PRÁTICAS DE XITIQUE EM MOÇAMBIQUE

Catarina Trindade

1. Introdução

Grande parte da população moçambicana, em especial as mulheres, recorre aos chamados sistemas informais de poupança e de ajuda mútua. Esta situação acontece por diversas razões, entre as quais, a incapacidade do Estado para disponibilizar serviços sociais básicos, não haver confiança nas instituições bancárias ao mesmo tempo que estas não existem em todo o país. As redes de solidariedade e os grupos de poupança, grupos de entre-ajuda ou outras formas de solidariedade, são meios de auto-organização e constituem iniciativas de base comunitária na origem da resolução de problemas (Cruz e Silva, 2005: 1).

Sendo moçambicana e convivendo com diferentes pessoas fui observando e percebendo que as práticas de poupança fora dos sistemas considerados formais ou convencionais, além de muito actuais, estão bem mais enraizados do que supunha. Desde a vendedora do mercado, passando por uma secretária ou uma professora primária, motoristas, empregadas domésticas, serventes ou enfermeiras, toda a gente, e em especial as mulheres, está envolvida em alguma forma de poupança informal. Como cientista social, o meu interesse por este tipo de sistema foi-se tornando cada vez maior, à medida que ia descobrindo diferentes vertentes destas práticas e a sua importância para as pessoas, principalmente aquelas que, com o seu salário, não conseguem suprir todas as necessidades e despesas que vão aparecendo.

Admitindo a importância que estes sistemas informais representam para a maioria da população é objectivo deste texto dar a conhecer o seu funcionamento, nomeadamente as características, os tipos de sistemas existentes, as vantagens e desvantagens, assim como apresentar alguns exemplos concretos. Porém, darei mais atenção a um tipo de



sistema, o mais conhecido em Moçambique e também o mais praticado, designado *xitique*. Apresentarei a sua definição, as principais características, os vários tipos existentes, em que circunstâncias se pratica e, mais importante, porque é que continua a ser o principal sistema de poupanças para a maioria da população, aquela que se encontra à margem dos sistemas oficias de crédito e poupança porque a eles não tem acesso. Para tal, foi feita uma revisão da bibliografia existente, assim como algumas entrevistas não estruturadas a mulheres que utilizam estes mecanismos. Os trabalhos de pesquisa realizados anteriormente¹, principalmente as entrevistas feitas a vendedoras serviram também como fonte de pesquisa.

2. Sistemas informais de poupança e ajuda mútua

De acordo com o censo realizado em 2007, a população de Moçambique é de 20.632.434 de habitantes, dos quais 10.702.238 são mulheres, o que equivale a 51,9%. A população rural corresponde a 69,6%, contra 30,4% que vive nas zonas urbanas. Moçambique tem uma população jovem, o que se traduz em 46,9% de pessoas abaixo de 15 anos de idade (INE: 2007). A taxa de analfabetismo corresponde a 50,3% da população, dos quais 64,1% são mulheres, maioritariamente das zonas rurais e de algumas províncias no norte e centro do país. A taxa global de fecundidade é de 5,7 filhos por mulher. Apenas 1,9% da população possui água canalizada dentro de casa. A esperança média de vida da população é de 50,9 anos, sendo 48,8 para os homens e 52,9 para as mulheres (Ibid.).

Muitas vezes definida em termos do que não é – actividades económicas e empresas sem registo, sem regulação e que não pagam impostos – a economia informal tem como base as actividades caracterizadas por um baixo nível organizacional, com limitada ou inexistente divisão entre o trabalho e o capital e onde as relações de trabalho são sempre

Ver, entre outros, Como as instituições de micro-crédito promovem a autonomia das mulheres em Moçambique
 – estudo de caso da TCHUMA, Cooperativa de Crédito e Poupança, 2007, tese de licenciatura apresentada
 à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

baseadas em colaborações ocasionais, as ligações familiares, entre outras. Inclui pequenas empresas sem qualquer tipo de registo e trabalho remunerado sem contratos, seguros, benefícios ou protecção legal. Engloba, ainda, as situações seguintes:

- Auto-emprego em empresas informais
- Empregadores
- Trabalhadores por conta própria
- Familiares que trabalham sem qualquer remuneração
- Empregados de empresas informais, entre outros (Trindade, 2007: 13-14).

A situação conjuntural do país demonstra que o sector informal continua a ser a principal alternativa para a sobrevivência de muitas famílias. A informalidade resulta do grande êxodo rural² e da rápida urbanização que vem acontecendo nas últimas quatro décadas. Esta foi reforçada pelas transformações políticas e económicas que influenciaram o ritmo do crescimento económico, em geral, e da economia informal, em particular. No período pós-independência³, com a situação urbanística e económica, precária, a agravar-se e o mercado formal e privado a tornar-se cada vez mais inviável, tanto do ponto de vista económico, como social e financeiro, a informalidade converteu-se na única solução disponível para a maioria da população (Paulo e Francisco, 2006: 27-28). Um aspecto importante a observar no sector informal é que a maior parte das pessoas envolvidas e agentes⁴ são mulheres. Estas fazem parte dos primeiros grupos que dinamizaram a criação e o desenvolvimento do sector informal e continuam a representar a maior parte da população que opera neste sector. Isto significa ainda que se trata de uma actividade que até muito recentemente era considerada pouco convencional para indivíduos do sexo feminino (Cruz e Silva, 2005: 2-3, 16). Tendo iniciado as suas actividades de comércio informal para suprir a grande crise alimentar que afectou o país e, particularmente a cidade de Maputo na década de 80.

O êxodo rural e a fixação das pessoas nas áreas urbanas não foram acompanhados por um ordenamento adequado

^{3.} Depois de 1975

Nome que se dá aos praticantes da actividade informal (segundo as entrevistas por mim efectuadas durante o trabalho de campo, para a tese de licenciatura)



os efeitos das reformas económicas – em 1987 Moçambique iniciou a aplicação de um Programa de Reabilitação Económica, PRE, quando ainda se encontrava em guerra – de meados da mesma década levaram um número cada vez maior de mulheres a engrossar este sector (Ibid.). Contudo, hoje a mulher não está apenas ligada a actividades do pequeno comércio retalhista de bens alimentares e vestuário, mas negoceia em áreas mais diversificadas, nomeadamente o comércio interprovincial e transfronteirico (de Vletter, 2006: 33). Em especial na cidade de Maputo. o sector informal é a maior fonte de emprego, principalmente de autoemprego, para as mulheres (*Ibid.*: 31-32). Um aspecto importante deste sector é o facto de a maioria das/os vendedoras/es procurar o que pode ser considerado como actividades de sobrevivência devido à falta de alternativas económicas e porque requer pouco mais do que o fundamental para começar. Pode-se constatar ainda que não existindo ambições empresariais, estes negócios não mudam muito ou desenvolvemse muito pouco ao longo dos anos (Ibid.).

Apesar de se associar mais o sector informal às grandes cidades, a informalidade é um fenómeno tanto rural como urbano. No meio urbano, o sector informal abrange 68%, contra cerca de 32% no sector formal. No meio rural, o sector informal tem um peso muito maior, cerca de 95% do total dos trabalhadores, contra 5% no sector formal (Paulo e Francisco, 2006: 45).

Existem iniciativas locais e saberes populares que são parte das estratégias de sobrevivência económica e se constituem como alternativas para fazer face à exclusão social. Elas assumem por vezes características extra-económicas que envolvem a preservação da dignidade humana, mesmo em condições de extrema pobreza (Trindade, 2007: 16-17). Estas actividades ou práticas encontram-se tanto no sul do país como no norte e, embora tenham designações diferentes, na sua maioria possuem as mesmas características, objectivos e mesma forma de funcionamento (Dava *et al.*,1996-1997: 321-322). De maneira geral, as actividades mais conhecidas são:

- Kurhimela/Xitoco, Tsima/Ntimo: actividades relacionadas com o trabalho agrícola, baseadas na amizade e convivência comunitária;
- Xitique: sistema informal de poupança;

Existem ainda outras que, apesar de menos conhecidas, penso ser importante mencionar:

- Matsoni/Xivunga: práticas tradicionais que se baseiam na troca de mão-de-obra por mão-de-obra;
- Thôthôtho, Kuthekela, Ganho-ganho: troca de mão-de-obra por alimentos ou dinheiro:
- Kuvekhelissa e Ovaliha: troca de mão-de-obra pela acumulação de gado; (Ibid.)

Estas práticas variam em termos de objectivos, durabilidade e estabilidade, têm designações distintas mas apresentam muitas similitudes. Estas experiências comunitárias de ajuda mútua sempre existiram e continuam a existir, tanto nas zonas rurais como nas urbanas, com maior incidência na região sul (Ibid.).

Nos espaços urbanos predominam as iniciativas que privilegiam o dinheiro nas relações sociais enquanto que, no meio rural, a troca de mão-de-obra e o pagamento em espécie são mais comuns. No entanto, existe uma tendência que aponta para uma gradual substituição das práticas que privilegiam as relações de amizade, convivência comunitária e troca de mão-de-obra por aquelas que dão importância ao dinheiro. A mais provável causa desta tendência parece ser a crescente mercadorização das relações sociais e uma monitorização da economia em que o principal indicador de bem-estar é a posse de dinheiro (1bid.).

As mulheres apresentam-se como as maiores participantes nestas práticas tradicionais, e algumas actividades como *matsoni/xivunga e xitique* aparecem particularmente dominadas por elas. Este aspecto mostra como as mulheres desempenham um papel importante na provisão de meios de subsistência às suas famílias. Mesmo quando ambos os sexos se envolvem numa actividade particular, as mulheres participam mais que os homens (Ibid.).

De todos os sistemas informais apresentados acima, *o xitique* é, sem dúvida, o mais conhecido e praticado na cidade de Maputo onde centrei a minha investigação. Nascido da necessidade de fazer face às elevadas despesas para as quais, individualmente, não se tem disponibi-



lidade financeira, o xitique é também uma maneira de reforçar a solidariedade existente entre amigos, colegas ou familiares (Gomes, 2008). Mas em que consiste, afinal, o xitique, a palavra tsonga que significa poupanca⁵? O xitique é um sistema rotativo e endógeno de amealhar que consiste num grupo de pessoas, constituído por amigas/os, colegas de trabalho ou familiares, que estipulam um montante de contribuição assim como a periodicidade dos encontros para prestação de contas e distribuição rotativa do amealhado por cada uma das pessoas envolvidas no grupo. A forma de pagamento não tem que ser necessariamente monetária, havendo casos em que essa contribuição se traduz em bens materiais, como roupas, loicas, alimentos, entre outros. Os fundos circulam entre os membros do grupo e a sua colecta e distribuição funciona, regra geral, na base da confianca e empatia, ao mesmo tempo que obriga cada membro do grupo a fazer a poupança de um montante pré-determinado e dentro da periodicidade previamente definida: diária, semanal, quinzenal, mensal, trimestral, ou outra, para o pagamento da sua guota. A distribuição da poupança entre as pessoas que pertencem a essa comunidade específica é feita periódica e rotativamente. Contudo, em casos especiais como doença, morte, casamento, podem ser abertas excepções desde que haja acordo entre os membros do grupo (Cruz e Silva, 2005: 6). Muitas das vezes, os grupos de xitique têm objectivos concretos, como a compra de produtos para vender, de material de construção para melhoria das habitações, o pagamento da escola e material escolar das crianças ou a compra de objectos para a casa, como loiça, electrodomésticos e mobília. Nestes grupos com objectivos específicos, é obrigatória a compra dos objectos estipulados e não se pode usar o dinheiro para outras coisas. Algumas vezes, são as outras pessoas do grupo que compram os objectos e os entregam à pessoa do mês para evitar que o propósito comum seja desvirtuado e é também uma maneira de o dinheiro não ser desviado para outras despesas que surgirem de repente.

Durante o meu trabalho de campo, as/os entrevistados referiram-se ao xitique como sendo poupança, tradução da palavra tsonga para o português

Alguns exemplos deste tipo de xitique que pude observar incluem:

- Grupos de poupanças para despesas com as crianças, como a escola, material escolar, fardamento, transporte, entre outras;
- Grupos para compra de bens, como loiça e panelas, capulanas⁶ ou roupas de cama, electrodomésticos, instalação de água ou electricidade nas casas:
- Grupos de poupança para casamentos ou outras cerimónias familiares;
- Grupos de compra de cimento, que inclui outros materiais de construção, para melhoria ou construção de moradias;
- Grupos de poupança entre amigos, com o objectivo de saírem à noite ou fazerem festas entre eles⁷.

No entanto, não é obrigatório que assim seja; existem grupos de xitique em que cada pessoa faz o que quer com o dinheiro que recebe. O mais importante a reter é que estes grupos baseiam-se na confiança mútua pois não é qualquer pessoa que entra num grupo de xitique.

Relativamente à duração dos grupos, também há variações. Há grupos com uma duração efémera, em que os membros se juntam para fazer face apenas a um problema concreto e há os mais duradoiros, em que a necessidade de poupar é constante.

Uma vertente muito particular do *xitique* é a familiar. A maior parte das pessoas pertence, normalmente, a dois tipos de *xitique*: com amigos//vizinhos/colegas e com os familiares. O *xitique* familiar, normalmente sem fins lucrativos, é feito entre membros de uma mesma família. Tem como objectivo promover visitas regulares, funcionando estes sobretudo como convívios dentro das relações de família. A escolha da casa onde se vai fazer o encontro é rotativa e, durante as cerimónias, são discutidos vários assuntos de interesse comum sempre acompanhados por um almoço ou lanche, com actividades culturais⁸ à mistura. Para os encontros, os membros do grupo fazem uma contribuição, em dinheiro ou produtos. Algumas famílias fazem contribuições em dinheiro, que é

Tecido tradicional moçambicano de algodão muito usado pelas mulheres tanto para vestir, decoração de espaços e mobiliário e muitos outros usos domésticos e públicos.

O chamado txiling, expressão que se usa muito na linguagem comum entre os jovens, derivada do inglês to chill e que significa divertir-se, sair à noite com os amigos

^{8.} Danças ou cânticos são mais comuns



depois depositado numa conta no banco e que serve para eventuais emergências ou cerimónias familiares. Também se costuma fazer, em algumas famílias, uma pequena cerimónia de entrega de ofertas, que podem ser capulanas, loiças, objectos para a casa, ou outras coisas, à pessoa em casa de quem é feito o encontro. As ofertas variam consoante a necessidade actual da pessoa, ou seja, do que ela está a precisar.

Existe também, especialmente nas cidades de Maputo e Matola (Gomes, 2008) um outro tipo de *xitique*, chamado de *xitique* geral. Este é muito popular nos mercados informais e consiste num sistema de poupança diário depositado nas mãos de operadores que ali trabalham. É uma espécie de banco informal móvel, onde os comerciantes – do chamados sectores formal e informal – depositam, diariamente, um montante fixo durante 31 dias, sendo que o valor referente ao último dia reverte a favor dos operadores. Esse montante varia de acordo com as capacidades de cada contribuinte (Ibid.).

O xitique, como ferramenta de poupança, tem duas vertentes: a realização de despesas significativas e o adiamento de outras. Quem contribui com o dinheiro está a adiar certas despesas e quem o recebe está a realizar despesas que, por si só, nunca seria capaz de realizar. É necessário que cada membro do grupo assuma um compromisso, que é o de cumprir com todos os pagamentos, pois de outra maneira os restantes membros do grupo saem prejudicados. A maior parte das senhoras com quem falei⁹ afirma que o xitique é a única maneira de conseguirem arcar com determinadas despesas, pois são "obrigadas" a poupar o valor estipulado o que de outra maneira não aconteceria pois aparecem sempre despesas inesperadas.

O facto de serem as mulheres as que mais participam destes sistemas de poupança, mostra como elas desempenham um papel importante na provisão de meios de subsistência para os agregados familiares e ainda ser uma prática que fora do controlo dos familiares, mais propriamente o marido, possibilitando que esta tenha poder de administração do seu dinheiro podendo fazer planos com o que vai receber. É interessante verificar que as pessoas que recorrem às instituições formais microfinanceiras, também fazem parte de grupos de *xitique*. O

^{9.} Conversei com 5 empregadas domésticas.

facto de poderem aceder a sistemas formais de microcrédito não impede que recorram aos sistemas informais; a verdade é que estes dois sistemas complementam-se na medida em que se utiliza o *xitique* ou o *xitique* geral para fazer poupanças para o reembolso dos créditos.

Conclusão

Sendo o xitique um sistema endógeno de poupança e ajuda mútua praticado há imenso tempo (Dava et al., 1996-1997: 323), é interessante constatar como se foi transformando e moldando de acordo com as mudanças socioeconómicas que o país vem vivendo nos últimos 35 anos e as necessidades vividas pelas pessoas. De sistema de ajuda mútua baseado na troca de bens alimentares, objectos para a casa, mão-de-obra, ou outros, o xitique é hoje também um sistema baseado fundamentalmente na poupança de bens monetários. Os grupos mais desfavorecidos da sociedade, aqueles que não têm acesso a um emprego nem aos sistemas formais bancários foram desenvolvendo mecanismos colectivos de poupança de dinheiro para diversos fins, para além da troca de mão-de-obra.

Apesar da proliferação de sistemas formais de micro-crédito e bancários, o *xitique*, nas suas diversas modalidades, continua a funcionar como o principal sistema de poupança e ajuda mútua, servindo muitas das vezes como um complemento a estes sistemas. Todas as mulheres com quem falei afirmaram que o xitique lhes tem permitido poupar dinheiro mas, acima de tudo, deter o controlo da sua utilização, numa situação em que os salários não cobrem as necessidades básicas.

Referências bibliográficas

Casimiro, Isabel; de Souto, Amélia (2010), Empoderamento económico da mulher, movimento associativo e acesso a fundos de desenvolvimento local. Maputo: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane.

Cruz e Silva, Teresa (2005), A organização dos trabalhadores do sector informal dos mercados de Maputo e sua acção na promoção de melhores condições de vida e de trabalho — O papel da



- Associação dos Operadores e Trabalhadores do Sector Informal ASSOTSI. Bureau Internacional do Trabalho, Genebra. http://www.ilo.org/public/portugue/region/eur-pro/lisbon/pdf/assotsi.pdf Consultado em 12 de Outubro de 2010
- Dava, Gabriel, Low, Jan e Matusse, Cristina (1996-1997), Capítulo 6: Mecanismos de ajuda mútua e redes informais de protecção social: estudo de caso das províncias de Gaza e Nampula e a cidade de Maputo in: Pobreza e Bem-Estar em Moçambique. http://www.ifpri.org/sites/default/files/pubs/portug/pubs/books/ch6.pdf Consultado em 12 de Outubro de 2010
- de Vletter, Fion (prepared by) (2006), Microfinance in Mozambique Achievements, Prospects and Challenges. A report of the Mozambique Microfinance Facility. http://www.gdrc.org/icm/country/microfinance-mozambique.pdf Consultado em 12 de Outubro de 2010
- Francisco, António e Paulo, Margarida (2006), Impacto da Economia Informal na Protecção Social, Pobreza e Exclusão: A Dimensão Oculta da Informalidade em Moçambique. Maputo: Cruzeiro do Sul, Instituto de Investigação para o Desenvolvimento José Negrão. http://www.iid.org.mz/impacto da economia informal.pdf Consultado em 12 de Outubro de 2010
- Gomes, Xadreque, "Viver com o dinheiro dos outros". Jornal Verdade, 17 de Outubro de 2008 http://www.verdade.co.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=241:xitique&catid=43:economia&Itemid=27 Consultado em 10 de Outubro de 2010
- INE (2007), "Distribuição Percentual da População de 15 e mais Anos Empregada
 Por Condição de Assalariado na Actividade Económica Principal 2004/05".
 Maputo: INE. http://www.ine.gov.mz/populacao/ftrab/pop assal15mais
 Consultado em 15 de Outubro de 2010
- INE (2007), "Distribuição Percentual da População de 15 e mais anos Empregada Por Conta Própria na Actividade Económica Principal, por Sector de Actividade 2004/05". Maputo: INE. http://www.ine.gov.mz/populacao/ftrab/pop contap Consultado em 15 de Outubro de 2010
- INE (2007), "Índices da Actividade Económica". Maputo: INE. http://www.ine.gov.mz/publicacoes/iae_dir/fev2010ieaN70.pdf Consultado em 15 de Outubro de 2010
- INE (2007), "Indicadores Básicos de Moçambique". Maputo: INE. http://www.ine.gov.mz/populacao/indicadores/Document.2010-10-28.7436072050 Consultado em 23 de Outubro de 2010
- Trindade, Catarina Casimiro (2007), "Como as instituições de micro-crédito promovem a autonomia das mulheres em Moçambique Estudo de caso da Tchuma, cooperativa de crédito e poupança". Dissertação da licenciatura em Sociologia do Trabalho e do Emprego. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (mimeo)

7.2. PIRILAMPA: A MERCEARIA SOLIDÁRIA DA GRANIA DO ULMEIRO

Teresa Amal Tatiana Moura Sandra Silvestre Sofia Silva

A solidariedade não é uma variação do assistencialismo, é uma outra coisa. A solidariedade, tal como a queremos tratar neste texto, além de procurar a reciprocidade e a equidade, busca valorizar todo o potencial de imaginação, criatividade e iniciativas humanas para organizar uma sociedade assente num paradigma de abundância acessível a todas as pessoas. Uma mercearia solidária é uma das ferramentas que permitem criar, colectivamente, uma socioeconomia que transforma a ideia de que a pobreza é um mal inevitável. É ainda um exemplo vivo de que há formas eficazes de transformar as nossas vidas, ao mobilizar pessoas e comunidades para a participação implicada em acções que fracturem os mecanismos sociais, políticos e económicos que sustentam e alimentam as injustiças e o princípio da riqueza só para alguns. A nossa mercearia solidária Pirilampa, assenta nestes princípios fundamentais, existe para levar por diante, todos os dias, um combate radical à pobreza.

A Granja do Ulmeiro é uma aldeia onde se podem viver e experimentar as transformações, seja em termos dos padrões de consumo, seja nas relações sociocomunitárias que a globalização do capitalismo trouxe às nossas vidas e escolhas. A génese da constituição desta aldeia relaciona-se com o facto de este local ter sido escolhido para a instalação de um importante entreposto ferroviário. A Granja do Ulmeiro, que na actualidade apresenta características próprias de um espaço periurbano entre as cidades de Coimbra e Figueira da Foz, tem sofrido, nos últimos anos, um aumento da sua zona habitacional com construções em altura e uma alteração profunda nas suas relações sociais. Uma parte da população da Granja do Ulmeiro é constituída por pessoas que aqui chegaram há décadas, de outros pontos do país, à procura de trabalho e que hoje estão em idade da reforma ou perto de a atingir. Estas pessoas que aqui levantaram as suas casas e criaram as suas famílias



foram criando laços e um sentimento de pertença, transformando-os numa identidade que articulam com as suas actividades agrícolas nos seus quintais e as profissões industriais ou ferroviárias que exerceram ou ainda exercem. Uma outra franja da população trabalha nas cidades e apenas vem dormir à Granja onde conseguiu comprar um apartamento a custos mais razoáveis. Não têm aqui referências, familiares ou outras, que estejam directamente relacionadas com a história ou tradições desta comunidade e não revela particular apego às questões de gestão e governação da terra. O perfil socioeconómico da freguesia revela que estas pessoas novas na Granja do Ulmeiro estão a ser, na sua maioria, profundamente afectadas pelo desemprego ou emprego precário nas cidades vizinhas. Muitas vezes percebe-se que se torna difícil, para muitas, encontrar motivação suficiente para participar em actividades socioculturais que vão acontecendo por iniciativa das associações, autarquia, escola ou igreja locais. Por outro lado, essas actividades nem sempre parecem ser adequadas e estar a responder aos interesses e necessidades deste tipo de populações que estabelece relações de pertença diversificadas com o local e com a sua organização mais tradicional. É neste contexto territorial e social tenso e dilemático que surge a Pirilampa – Mercearia Solidária que visa contrariar tudo o que tem levado as pessoas a encontrar nos centros comerciais das cidades a atracção principal para passar o seu tempo livre e, com isso, reforçar o consumo como um modo de inclusão e reconhecimento sociais. A mercearia Pirilampa tem ainda a pretensão de construir, localmente, uma ferramenta e um espaço-tempo não-capitalista cuja visão e actividade possam contribuir para a dignificação humana e ser uma alternativa solidária que crie e fortaleça os laços com a terra, preocupar-se com ela, sempre em interacção com o mundo todo.

A Acção para a Justiça e Paz – AJP –, ao longo dos últimos vinte anos, tem vindo a desenvolver, na Granja do Ulmeiro, diversas intervenções comunitárias. As suas opções têm privilegiado a liderança e participação activa de mulheres nos processos de decisão, de transformação e de coesão social na freguesia. Tendo estas experiências e aprendizagens como pano de fundo, a Pirilampa procurou condensar, num espaço particular, virtualidades e princípios das economias solidárias respondendo não só às necessidades de muitas pessoas desta comunidade, procu-

rando também e ao mesmo tempo, criar uma resposta social inovadora que concilie as potencialidades e os recursos endógenos, dando uma atenção especial às capacidades sociais e de governação das mulheres. Como já referimos anteriormente, as mercearias solidárias são modalidades de economia solidária que têm re-emergido com uma forca renovada nas Américas do sul e central e também em muitos países europeus. A aprendizagem e apropriação deste conceito pela AJP advém do trabalho que tem desenvolvido em redes e plataformas internacionais através da observação, contacto e conhecimento das experiências e práticas de outras comunidades e organizações. A AJP tem vindo a aprofundar esta temática e os conceitos que lhe estão intimamente ligados incorporando-os na sua intervenção estratégica no respeito pelas características particulares da realidade social onde actua. Alicercada nos valores de justica, paz e igualdade, a AIP desenhou uma primeira intervenção constituída pela organização e realização regular de mercados solidários na freguesia da Granja do Ulmeiro. Há seis anos que estes mercados acontecem na aldeia proporcionando um espaço de troca de bens, produtos e serviços numa lógica de justa redistribuição das riquezas com recurso a uma moeda social local, as aranjas.

A experiência daqui advinda, os conhecimentos adquiridos e a continuação do trabalho em rede, levou à verificação da necessidade de implementar um projecto mais consistente e alargado que se desenvolveu em torno do conceito de uma mercearia solidária enquanto ferramenta económica e infra-estrutura de intervenção e transformação social: a Pirilampa, a nossa mercearia solidária da Granja do Ulmeiro. A Pirilampa abriu as suas portas em Fevereiro de 2010. Ao entrar, as pessoas encontraram um espaço em tudo semelhante ao existente no seu imaginário acerca das lojas locais, onde se pode encontrar um pouco de tudo, todos os dias. No entanto, por detrás do balcão viamse novos cheiros e sabores, rostos jovens e ansiosos por transmitir uma mensagem de inovação e, acima de tudo, mostrar uma outra forma de acesso a bens conduzida por uma nova intencionalidade: substituir a venda lucrativa pela troca solidária.

A inovação está presente, desde logo, na denominação de Pirilampa conjuga a ideia de feminilidade com a capacidade da criatura emitir luz



no escuro, tornando-se visível. No nosso imaginário é uma luzinha avançando pela noite, com determinação, a rasgar o obscurantismo e a opressão a que o capitalismo e o sexismo nos querem sujeitar. A Pirilampa sugere-nos ainda a ideia de uma comunidade em mudança, pois as danças fosforescentes que se desenham pelos arbustos, quando as condições atmosféricas e ambientais são favoráveis, ainda que na noite mais escura, levam-nos a julgar ser possível romper, mudar, transformar.

Queremos partilhar mais algumas coisas acerca da nossa luzinha solidária. A Pirilampa apoia-se sobretudo numa rede de trabalho e de voluntariado que é constituída, maioritariamente, por mulheres. Na AIP temos como desígnio, como vontade política, potenciar e destacar as accões criativas e promotoras do bem-viver, organizadas por mulheres. em especial as que são consideradas pobres; as que estão isoladas e confinadas aos espaços rurais sem meios próprios para se deslocarem; as idosas; as desempregadas, enfim, todas as que pouco passaram pela escola, mas que muito trabalham para organizar a vida e o sustento das suas famílias e comunidades. Na nossa análise e no nosso entendimento são elas que a sociedade portuguesa contemporânea mais invisibiliza, não deixando transparecer o potencial das suas acções nem dando o devido reconhecimento e valor aos projectos que realizam e, muito menos, ao facto de a vida ser sustentada acima de tudo pelos trabalhos, esforcos e compromisso destas senhoras. Assim, a ideia passou por encontrar uma identidade distintiva que pudesse conter algumas das características das protagonistas do projecto em questão. O perfil das pessoas que utilizam e fazem a Pirilampa são, na sua maioria, mulheres com uma média de idades situada entre os 45 e os 60 anos que, por opção ou falta delas, se dedicam às responsabilidades familiares. Estas características não são, no caso destas mulheres, sinónimo de inactividade ou dependência. Pelo contrário, estas mulheres são líderes familiares, socialmente activas e participativas, impulsionando as actividades comunitárias; elas são agências, são racionalidades de interacção, resistência, inovação e convívio.

Esta feminilidade atribuída à mercearia solidária é também um tributo a estas mulheres que, diária e incansavelmente, contribuem para o desenvolvimento da Granja do Ulmeiro.

Este é o perfil mais comum das prossumidoras l da comunidade da Granja do Ulmeiro. Importa definir, desde já, o que são prossumidoras/es: são as pessoas que consomem mas, para tal, têm que contribuir para um qualquer ciclo de produtivo. Esta condição implica que alguém que consome e produz está dentro do ciclo de trocas, alimentando-o de forma regular. Por outro lado, as/os prossumidoras/es acompanham a relação complementar e virtuosa entre a oferta existente e as necessidades reais, isto é, elas deverão harmonizar a sua produção à procura do que é útil e importante na comunidade, adaptando também o seu consumo à oferta. A importância dada à participação das mulheres prossumidoras não significa que não haja homens a trocar e a guerer ser parte destes processos. No entanto, a sua presença é mais reduzida e assumem, normalmente, a figura de acompanhantes das mulheres, ou seja, a sua intervenção e participação verifica-se, embora não pareçam querer assumir protagonismos especiais no sistema de trocas. Na verdade, estes podem produzir ou partilhar o processo de produção dos bens, produtos e serviços, no entanto, o negócio é efectuado e regulado pelas mulheres, pois estas são ainda as responsáveis pelas economias familiares.

Esta maneira como mulheres e homens se colocam neste processo e se apropriam ou não da ferramenta económica, de troca, de produção e consumo com base em critérios diferenciados tem-nos feito reflectir. Não temos essa reflexão sistematizada, mas apenas algumas perguntas e perplexidades que estão anotadas e a fazer trabalhar as nossas cabeças. Por um lado, até que ponto as metodologias utilizadas na mercearia solidária não chegam a colocar em causa a distribuição sexual dominante do trabalho doméstico e da organização do sustento das famílias que sobrecarregam as mulheres? Se assim for, o que podemos fazer para introduzir factores de ruptura acerca deste assunto tão crucial para pensar de forma nova a emancipação e as economias não capitalistas. Por outro lado, esta constatação tem-nos conduzido a consolidar a ideia de que há um espaço para pedagogias comunitárias que deve ser levado a sério pois todas estas pessoas, de uma maneira ou

^{1.} O conceito de prossumidora designa a pessoa que articula e não separa a produção de bens, produtos ou serviços do seu consumo, ou seja, é sempre e simultaneamente produtora e consumidora. Este conceito é critico no sistema económico solidário e pós-capitalista que preside à mercearia solidária.



de outra, estão activas e são proponentes de ideias, discutem regras e procedimentos e, sobretudo, não estão indiferentes aos rumos escolhidos e às ideias e conceitos utilizados. Por fim, a atracção que a mercearia não exerce sobre as gerações mais novas pois nem as mulheres jovens e muito menos o rapazes aparecem e participam nas trocas nos mercados e na mercearia. Perguntamo-nos, recorrentemente, sobre o que temos que fazer para que a mercearia solidária seja capaz de resgatar todo o potencial de dignificação humana, transformação social, alteração de comportamentos e de questionamentos político-sociais de que pode ser portadora, e não apenas uma experimentação de trocas com valor económico diferente.

Até agora, a Pirilampa tem sido aquilo que as pessoas que escolheram fazer parte deste projecto de combate radical à pobreza querem que seja. Para lá das interrogações que as práticas e as experiências nos têm imposto também importa analisar o que, ao mesmo tempo, a torna especial, inovadora e diferente de outras mercearias ou lojas sociais que se têm espalhado por muitos lugares carenciados do nosso país. As situações de pobreza e exclusão social que se têm manifestado de forma mais aguda ao longo dos últimos tempos encontram algumas respostas de emergência, desde a distribuição de roupa e alimentos, passando pelo recurso aos serviços sociais de aconselhamento e acompanhamento. Nós, na AJP, sempre quisemos que a nossa mercearia Pirilampa fosse outra coisa do que socorro a vítimas. Nós queremos que não seja apenas uma resposta a necessidades urgentes, mas que se constitua num motor propulsor da sustentabilidade e coesão socioeconómica mais alargada e solidária, do aprofundamento da democracia através de metodologias participativas e do estímulo ao desenvolvimento de competências pessoais e colectivas de todas/os as/os prossumidoras/es. Além de se constituir como um espaço de trocas de produtos, bens e servicos com uma moeda local social, pretendemos que esta mercearia contribua para dignificar as relações humanas e comunitárias, promova valores como a justiça e equidade, onde todas as pessoas se possam sentir, reciprocamente, responsáveis e respeitadas. No fundo o nosso objectivo mais ambicioso é que a mercearia possa ser uma experiência viva e viável da ligação estreita entre política e economia com vista à emancipação humana.

A Pirilampa quer ser, nesta lógica, um espaço de transformação social e coesão comunitária, onde a riqueza pode ser redistribuída de forma justa. Enfim, onde os excedentes agrícolas familiares, as competências de cada pessoa, os serviços que todas e todos sabemos prestar, as coisas úteis que somos capazes de imaginar e produzir, possam ser aproveitados e rentabilizados, onde todas as pessoas se sintam comprometidas com o bem viver de toda a comunidade. O objectivo passa por tornar visível e intencional a construção de uma visão emancipatória do mundo através de redes solidárias alargadas, a partir de um balcão social virado para o mundo onde as trocas são intermediadas pela nossa moeda social, as granjas.

As trocas são promovidas e trabalhadas em conjunto com a comunidade e pelas animadoras e agentes de desenvolvimento da AIP. desde a definição do que pode ser útil estar acessível no mercado, à atribuição de um valor em moeda social a cada item. Relativamente aos valores dos produtos e serviços trocados na mercearia, trabalhamos com uma tabela de referência com valores em moeda social consensualizados em assembleias comunitárias, ao longo dos últimos anos, e utilizados nos mercados solidários. Na mercearia, para que o processo se aprofunde, se torne ainda mais justo e participativo, em cada troca poderão verificar-se diferenças e acertos dos valores a atribuir em moeda social a cada empreendimento disponível como produtos da terra, produtos transformados, artesanato, servicos, entre outros. Os acertos de valores podem advir de diversos factores como a aparência dos produtos e a sua qualidade, as condições em que foram produzidos e os saberes e competências implicados nestes, ou mesmo as condições naturais que podem reflectir a sua abundância, utilidade social, significado económico, entre outros aspectos.

Há bens e serviços trocados na mercearia solidária que não são tabelados nem transaccionados embora contribuam para a promoção e o reforço da coesão social. Na verdade, as pessoas dirigem-se à nossa loja não só para trocar produtos e serviços, mas também para falar sobre os diversos assuntos que as preocupam, desde questões pessoais inerentes às suas histórias de vida, o seu futuro, a sociedade e a política. A Pirilampa preenche, assim, um espaço informal de reflexão, conversa e convívio onde é possível interagir e comunicar com pessoas



de todas as idades e de todas as procedências culturais e sociais. É também, por todas estas características, um espaço que se transforma numa plataforma privilegiada de concepção e divulgação de outros projectos e actividades que visam complementar a acção da mercearia e dos mercados solidários na comunidade onde a AJP está inserida.

Para nós, a AJP, a mercearia Pirilampa é um trabalho em progresso, estando a equipa ainda a experimentar, a ajustar, a encontrar caminhos e formas de trabalho mais adequadas ou pelo menos mais próximas dos objectivos e expectativas da comunidade e da própria AJP. Até agora o número de prossumidoras/es é estável, realizando-se cerca de 160 visitas mensais com trocas efectivadas. Estas visitas têm em vista, na sua maioria, a troca de produtos, bens ou serviços que estão fundamentalmente relacionados com a produção de produtos hortícolas e bens de artesanato tradicional, havendo maior escassez de servicos que poderiam ser úteis a algumas faixas da população. Os produtos mais procurados são os não perecíveis, tais como massa, arroz, enlatados, entre outros, pois são aqueles que exigem recurso à moeda convencional penalizando muito os parcos rendimentos familiares. Esta análise torna-se importante, na medida em que permite à equipa da AJP procurar formas de envolver outros agentes no circuito económico solidário que possam ampliar e garantir a sustentabilidade dos objectivos de curto e médio prazo da mercearia no combate radical à pobreza. O reforco desta estratégia passará pelo estímulo da participação da comunidade ao nível do abastecimento de bens, produtos e serviços de produção endógena, e ainda pelo recurso a contratos de responsabilidade social com empresas e pelo alargamento da rede de voluntariado e de prossumidoras/es dentro da freguesia da Granja e junto de comunidades vizinhas. Por outro lado, o projecto da mercearia Pirilampa não ficará completo se não trabalharmos também na sua divulgação e complementar todo o trabalho local social com uma accão política no sentido de contribuir para a emergência de alternativas substantivas das escolhas em termos de governação do país, modelos de desenvolvimento, economia e sustentabilidade.

Tendo em consideração os tempos críticos e viragem que atravessamos, sobretudo para as pessoas mais pobres como são a maioria das mulheres e dos homens que trocam nos nossos mercados e mercearia solidária, acreditamos que esta resposta está na contracorrente dos sistemas de consumo e economia capitalistas e das soluções assistencialistas de alívio da pobreza que não aprofundam a justiça, a democracia e a emancipação. A nossa missão é fracturar o que nos é apresentado como inevitável e argumentar, através da acção comprometida e da experiência, que é possível as pessoas organizarem-se de outras maneiras, à qual preside a justiça e a solidariedade recíprocas. Estamos convencidas que a Pirilampa, com tudo aquilo que temos a melhorar, a questionar, a promover e a aprofundar, já está a trilhar caminhos para que se encontrem e se globalizem soluções e respostas não-capitalistas para as desigualdades, para o empobrecimento, para a injustiça redistributiva e para a indignidade humanas. Porque a solidariedade não é uma variedade do assistencialismo, é uma outra coisa.







BIOGRAFIAS

Adriana Bebiano

Adriana Bebiano é investigadora do Centro de Estudos Sociais e Professora Auxiliar do Departamento de Línguas. Literaturas e Culturas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Lecciona na Licenciatura em Línguas Modernas, sendo também coordenadora executiva dos programas em Estudos Feministas da FLUC. Mais recentemente co-organizou, com Maria Irene Ramalho, o número 89 da Revista Crítica de Ciências Sociais "Estudos Feministas e Cidadania Plena" (2010). Resultados das suas investigações e trabalhos de parceria científica poderão também ser encontrados em http://estudosfeministas.wordpr ess.com.

Catarina Casimiro Trindade

Catarina Casimiro Trindade nasceu em Maputo, em 1983. Estudou em Maputo, em escolas com currículo português, até ao 12ºano. Em 2007 licenciou-se em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Regressou a Maputo, onde trabalhou durante 1 ano como Oficial de Programas na MULEIDE -Mulher. Lei e Desenvolvimento – primeira associação mocambicana de defesa dos direitos humanos das mulheres Em 2008 iniciou as suas actividades como Técnica de Género na Rede Salesiana de Formação Profissional, onde está até agora. As suas actividades incluem formações em género e HIV/SIDA a professores do ensino profissional, para além do desenvolvimento de programas de género a serem implementados nas escolas profissionais salesianas. Durante a faculdade, fez trabalhos sobre as mulheres em Moçambique, entre os quais a violência doméstica e a participação na guerra de desestabilização. A sua tese de licenciatura teve como tema o micro-crédito em Moçambique.



Celina dos Santos

Celina dos Santos, licenciou-se em 2003 em Relações Internacionais na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Frequentou formação avançada internacional pelo Conselho da Europa (2004) e pelo Colectivo Polígono (2006), composto por CIDAC - Portugal, ITECO - Bélgica, HEGOA - País Basco e CIP – Espanha). Co--organizou e editou 4 números da **art.º** \mathbf{Q} e é autora de vários textos da colecção Agitanç@s. É dirigente associativa da AJP, coordenadora de Projectos de Intervenção Comunitária e formadora especializada em Educação para os Direitos Humanos e para o Desenvolvimento

Rita Santos

Rita Santos é investigadora júnior do Centro de Estudos Sociais, onde integra o Núcleo de Estudos para a Paz e o Observatório sobre Género e Violência Armada (OGiVA). É doutoranda em Política Internacional e Resolução de Conflitos, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Tem o grau de Mestre em Estudos para a Paz, pela Universidade de Bradford, Reino Unido, e é licenciada em Relações Internacionais pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Os seus actuais interesses de investigação centram-se em questões relacionadas com violência e armas ligeiras; movimentos pró-desarmamento, sociedade civil global e desmilitarização; media, paz e violências, e media, masculinidades e feminilidades.

Sandra Silvestre

Licenciada em Relações Internacionais pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra: frequentou vários cursos de formação avançada no Conselho da Europa, no Centro de Teatro da/o Oprimida/o do Rio de Janeiro e especializou-se em Cooperação para o Desenvolvimento pelo Instituto nacional de Administração de Portugal. É formadora especializada em Educação para os Direitos Humanos e Igualdade entre Mulheres e Homens tendo regido vários cursos em escolas profissionais e centros de formação. É dirigente associativa da AJP, coordenou diversos projectos de



intervenção comunitária e é autora e co-autora de várias publicações das quais se destaca o livro 'Somos Diferentes, Somos Iguais. Diversidade, cidadania e educação'. Desenvolve ainda projectos de Teatro da/o Oprimida/o com a movimentos feministas e associações educativas. Desde Setembro de 2010 exerceu funções de assessora parlamentar no Bloco de Esquerda.

Sofia Silva

Sofia Silva é natural de Monserrate, Viana do Castelo. Licenciou-se em Ciências da Educação. É mestre e doutoranda em Ciências da Educação, no domínio da Educação de Adultos. Desde Outubro de 1999 que é docente na Escola Superior de Educação de Coimbra, tendo leccionado aos cursos de formação inicial de formação de professores, Animação Socioeducativa e Gerontologia Social. Recentemente, é também professora no Mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local.

Tatiana Moura

Tatiana Moura coordena o Observatório sobre Género e Violência Armada (OGiVA) do Centro de Estudos Sociais. abordando temáticas como as novas guerras, a violência urbana e violência armada, feminilidades. Licenciada em Relações Internacionais pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, tem o grau de Mestre em Sociologia pela mesma Faculdade e é Doutorada em Paz. Conflitos e Democracia pela Universidade Jaume I, Espanha. Recentemente desenvolveu o projecto "Mulheres e violências armadas. Estratégias de guerra contra mulheres em contextos de não guerra", um estudo sobre o Rio de Ianeiro. San Salvador e Medellin, financiado pela Fundação Ford Brasil e publicou o livro Novíssimas Guerras Espaços, Identidades e Espirais da Violência Armada. Coimbra: Almedina

Teresa Cunha

Teresa Cunha é investigadora na área dos pós-colonialismo e feminismos e tem trabalhos publicados em vários países dos quais se destacam os livros:

Timor-Leste. Crónica da observação da



coragem, Vozes das mulheres de Timor-Leste e Sete mulheres de Timor – Feto Timor nain hitu É co-editora da revista feminista **art.º** Ω premiada pelo Ano Europeu para a Igualdade de Oportunidades e Human Rights Education Associates em 2007. Doutorada em sociologia pela Universidade de Coimbra com uma tese intitulada Para além de um Índico de desesperos e revoltas. Uma análise feminista pós-colonial das estratégias de autoridade e poder das mulheres de Moçambique e Timor-Leste. É formadora sénior e perita do Conselho da Europa e

professora na Escola Superior de Educação de Coimbra.

Miguel Augusto Meneses Mesquita

(Autor da fotografia da capa)
Miguel Mesquita, nasceu em
Coimbra no ano de 1951.
Licenciou-se em Medicina no
ano de 1976, tendo-se
especializado em Medicina
Geral e Familiar. Exerce a sua
actividade profissional na
Unidade de Saúde Familiar Cruz
de Celas em Coimbra. Desde há
vários anos que tem como
principal hobby a fotografia.